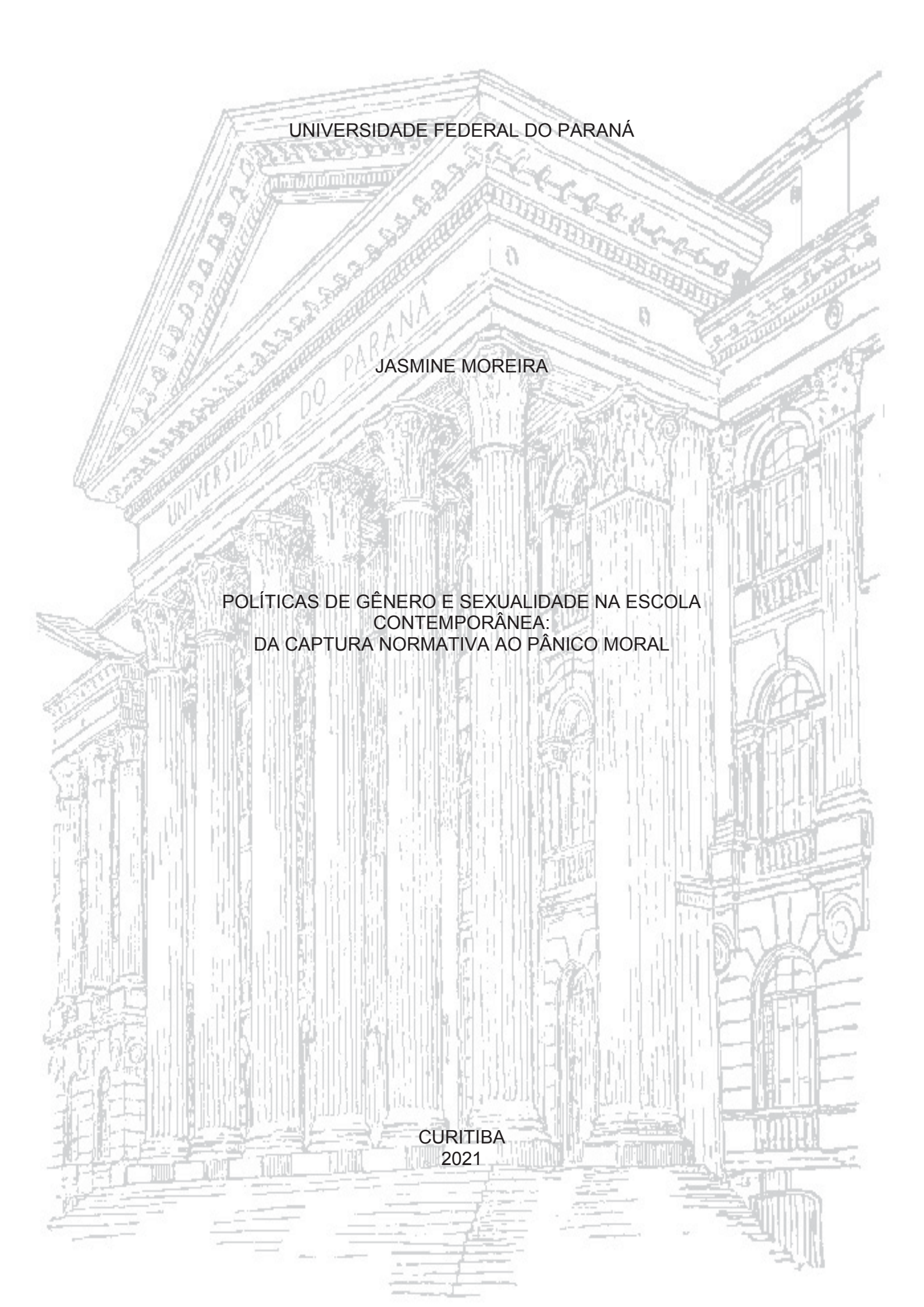




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JASMINE MOREIRA

POLÍTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA
CONTEMPORÂNEA:
DA CAPTURA NORMATIVA AO PÂNICO MORAL

CURITIBA
2021

JASMINE MOREIRA

POLÍTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA
CONTEMPORÂNEA:
DA CAPTURA NORMATIVA AO PÂNICO MORAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná - linha Diversidade, Diferença e Desigualdade Social - como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Rita de Assis César

CURITIBA
2021

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca do Campus Rebouças
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584

Moreira, Jasmine.

Políticas de gênero e sexualidade na escola contemporânea : da captura
normativa ao pânico moral / Jasmine Moreira – Curitiba, 2021.
118 f.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de
Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientadora: Profª Drª Maria Rita de Assis César

1. Políticas educacionais. 2. Gênero – Sexo – Aspectos sociais. 3.
Educação e Estado. 4. Internet. 5. Plano Nacional de Educação. I. Título.
II. Universidade Federal do Paraná.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -
40001016001P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **JASMINE MOREIRA** intitulada: **Políticas de gênero e sexualidade na escola contemporânea: da captura normativa ao pânico moral**, sob orientação da Profa. Dra. MARIA RITA DE ASSIS CESAR, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 28 de Junho de 2021.

Assinatura Eletrônica
30/06/2021 10:02:25.0
MARIA RITA DE ASSIS CESAR
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
01/07/2021 09:10:52.0
ELIANE ROSE MAIO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ)

Assinatura Eletrônica
30/06/2021 11:12:51.0
ANDRÉ DE MACEDO DUARTE
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
15/07/2021 17:43:38.0
KARLA SCHUCK SARAIVA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL)

Assinatura Eletrônica
30/06/2021 15:30:22.0
ANGELA COUTO MACHADO FONSECA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Para Claudia e Malu.

AGRADECIMENTOS

Para minha querida amiga e orientadora Maria Rita de Assis César, pela atenção e generosidade com que me orientou neste trabalho.

Para as professoras Angela Machado Couto Fonseca, Eliane Rose Maio, Karla Schuck Saraiva e para o professor André de Macedo Duarte, cujas preciosas contribuições foram essenciais para a conclusão da tese.

Para minha esposa Claudia, pelo amor dedicado, pela interlocução constante e pelo apoio recebido desde o primeiro momento.

Para minha filha Maria Luiza, pelo amor, apoio e compreensão.

Para meus amigos e professores, que de todas as formas me apoiaram nesta jornada.

I am pleased to see that we have differences.
May we together become greater than the sum of both of us.

Surak
(Personagem de Star Trek)

RESUMO

Esta pesquisa concentra-se em compreender por que a educação foi convertida em uma arena de disputa por um modelo biopolítico, na qual polarizam-se de um lado, os movimentos LGBTI+ e feminista e, de outro, o movimento conservador/fundamentalista, representado sobretudo por grupos como o Movimento Escola sem Partido e igrejas neopentecostais e católica. Busca-se compreender de que forma o discurso moral conservador produz efeitos na sociedade e interfere no processo de elaboração de políticas para a educação. Para analisar a movimentação discursiva, é desenvolvido um modelo para “**inferência do discurso**”, composto por uma etapa de análise do discurso e outra de mapeamento computacional. Identifica-se a presença do discurso da *ideologia de gênero* em postagens do Facebook, nas discussões do PNE 2014 e em proposições apresentadas na Câmara dos Deputados brasileira. Desenvolve-se o conceito de sequestro semântico, um processo de apropriação e ressignificação discursiva de teorias e/ou conceitos oriundos de um campo de estudo com o objetivo de desestabilizá-lo. O texto conclui que a educação ainda é uma arena de disputa, na qual o discurso de combate à “ideologia de gênero” se mantém vivo, reverberando na sociedade e impactando a vida de todos aqueles que divergem de um modelo cis-hetero-normativo.

Palavras-chave: Inferência do discurso. Sequestro semântico. População cis-hetero-divergente. LGBTI+. PNE 2014. Ideologia de gênero.

ABSTRACT

This research focuses on understanding why education has been converted into an arena of dispute for a biopolitical model, in which the LGBTI+ and feminist movements are polarized on one side, and on the other, the conservative/fundamentalist movement, represented mainly by groups such as the School without Party Movement and neo-Pentecostal and Catholic churches. We seek to understand how the conservative moral discourse produces effects in society and interferes in the process of policy-making for education. To analyze the discursive movement, a model for "discourse inference" is developed, composed of a discourse analysis stage and another of computational mapping. The presence of gender ideology discourse is identified in Facebook posts, in discussions of the PNE 2014, and in propositions presented in the Brazilian House of Representatives. It develops the concept of semantic hijacking, a process of appropriation and discursive re-signification of theories and/or concepts from a field of study with the aim of destabilizing it. The text concludes that education is still an arena of dispute, in which the discourse of combat against "gender ideology" remains alive, reverberating in society and impacting the lives of all those who diverge from a cis-hetero-normative model.

Keywords: Discourse inference. Semantic hijacking. Cis-hetero-divergent population. LGBTI+. PNE 2014. Gender ideology.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - NUVEM CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA.....	69
GRÁFICO 2 - TENDÊNCIA DE PESQUISAS NO GOOGLE	81
GRÁFICO 3 - POSTAGENS DO ESP NO FACEBOOK.....	82
GRÁFICO 4 - POSTAGENS DO MBL NO FACEBOOK.....	83
GRÁFICO 5 - NUVEM DE PALAVRAS.....	97
GRÁFICO 6 - FREQUÊNCIA DOS TERMOS	97
GRÁFICO 7 - FREQUÊNCIA DE TRIGRAMAS.....	98
GRÁFICO 8 - ANÁLISE DE TÓPICOS	99
GRÁFICO 9 - DISTRIBUIÇÃO DOS TÓPICOS	100
GRÁFICO 10 - TÓPICOS DAS POSTAGENS DO ESP NO FACEBOOK	101
GRÁFICO 11 – TÓPICOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2018	103
GRÁFICO 12 - NUVEM DAS PROPOSIÇÕES DE 2021.....	104
GRÁFICO 13 - FREQUÊNCIA DE PALAVRAS DAS PROPOSIÇÕES DE 2021	104
GRÁFICO 14 - TRIGRAMAS NAS PROPOSIÇÕES DE 2021	105
GRÁFICO 15 - TÓPICOS NAS PROPOSIÇÕES DE 2021	106
GRÁFICO 16 - DISTRIBUIÇÃO DOS TÓPICOS NAS PROPOSIÇÕES DE 2021	107

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ENVIESAMENTO PRESENTE NO TRADUTOR DA GOOGLE.....	18
FIGURA 2 - ESTRUTURA DE ARQUIVOS DO CORPUS PARA ANÁLISE.....	95
FIGURA 3 - INTERFACE DE CONTROLE DO SISTEMA.....	96

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - ALTERAÇÕES NO TEXTO DO PL8035/2010	62
--	-----------

LISTA DE SIGLAS

AGEE – Agenda Globalmente Estruturada para a Educação

BM – Banco Mundial

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CCJ – Constituição, Justiça e Cidadania

CECE – Comissão de Educação, Cultura e Esportes

CE – Comissão Especial

CECE – Comissão de Educação, Cultura e Esportes

CID – Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde

CHD – Classificação Hierárquica Descendente

CONAE – Conferência Nacional de Educação

DEM – Partido Democratas

DSM – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

ESP – Escola Sem Partido

FHC – Fernando Henrique Cardoso

LGBTI+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexo e outros grupos

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

MBL – Movimento Brasil Livre

OMS – Organização Mundial da Saúde

PL – Partido Liberal

PL – Projeto de Lei

PLC – Projeto de Lei Complementar

PLC – Projeto de Lei da Câmara dos Deputados

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos

PNE – Plano Nacional de Educação

PNEDH – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PP – Partido Progressista

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido da República

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SNE – Sistema Nacional Articulado de Educação

SOC – *Standards of Care*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	A PRODUÇÃO DA DIFERENÇA E DA DESIGUALDADE	22
2.1	SEXUALIDADE: uma preocupação de estado	23
2.2	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	33
2.3	PARADOXOS DA INCLUSÃO	40
3	EDUCAÇÃO EM DISPUTA	45
3.1	AGENDA ECONÔMICA, BIOPOLÍTICA e educação	45
3.2	REDES DE PODER, AGENDA GOVERNAMENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	49
3.3	CONAE 2010	51
3.4	PNE 2014	58
4	PÂNICO E EMPREENDIMENTO MORAL.....	65
4.1	PÂNICO MORAL	65
4.2	EMPREENDIMENTO MORAL	70
4.3	ESCOLA SEM PARTIDO.....	75
5	MÍDIAS SOCIAIS E DISCURSO.....	80
5.1	MÍDIAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO	80
5.2	INFERÊNCIA DO DISCURSO	84
5.2.1	Foucault e o Discurso	85
5.2.2	Sequestrando Significados	88
5.2.3	Processamento de Língua Natural	90
5.2.4	Projeto NOCTUA	94
5.3	EXPLORANDO DISCURSOS - PNE 2014.....	101
6	CONCLUSÃO.....	108
	REFERÊNCIAS	110
	ANEXOS.....	116

1 INTRODUÇÃO

A Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016, realizada pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, revela que 60,2% dos alunos pertencentes ao grupo LGBTI+¹ sentem-se inseguros na escola em função de sua orientação sexual, ao passo que 42,8% sentem-se inseguros em função da maneira pela qual expressam seu gênero. Os dados foram coletados por meio de um questionário aberto, aplicado no ano de 2015, envolvendo estudantes maiores de 13 anos matriculados no Ensino Fundamental (ABGLT, 2016).

A pesquisa ressalta um dado já conhecido acerca da relação entre escola e população LGBTI+: o ambiente escolar é hostil às expressões da sexualidade que não se enquadram na suposta “naturalidade” de um modelo heterossexual hegemônico. Em outras palavras, a heterossexualidade é a norma que organiza o espaço escolar, classificando os alunos de acordo com as únicas categorias possíveis, homem e mulher, heterossexuais e cisgêneros².

Em função dessa realidade, as demandas por políticas de inclusão escolar tornaram-se uma pauta recorrente do movimento LGBTI+, que entende a educação como premissa necessária à plena cidadania e ao exercício democrático. Por meio da ação de agentes sociais e políticos, essa necessidade de inclusão tornou-se objeto de projetos de lei, programas sociais e campanhas educativas. O que nos chama a atenção, no entanto, é a intensa movimentação de grupos fundamentalistas religiosos e ultraconservadores, formados por políticos, movimentos sociais e sociedade civil, que vem ocorrendo em sentido contrário a essa demanda. Como afirmam Maria Rita César e André Duarte (2017, p. 145),

¹ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Intersexo e outros grupos.

² De origem incerta, o termo “cisgênero” vem sendo utilizado pelo movimento LGBTI+ com o objetivo de romper com a ideia de naturalidade do gênero, historicamente associado às características biológicas do indivíduo. Neste sentido, o termo refere-se àqueles indivíduos cujas identidades de gêneros estão em consonância com as que lhes foram designadas ao nascer. Aos indivíduos cuja identidade de gênero difere daquela designada ao nascer, reserva-se o termo transgênero. Esta distinção é politicamente importante, pois retira o status de naturalidade ou normalidade das identidades hegemônicas (ABGLT, 2016).

no Brasil, testemunhamos, desde os primeiros anos da década de 2000, um conjunto de ações do Estado visando o reconhecimento dos direitos das mulheres e da população LGBTI enquanto Direitos Humanos fundamentais, cabendo mencionar, em particular, o direito à equidade de gênero e ao combate à violência contra as mulheres e à população LGBTI. Tais ações estatais decorriam de um conjunto de conquistas dos movimentos sociais feminista e LGBTI, que então passavam a fazer parte de uma agenda de governo e de governo de corpos, sexualidade e gênero que poderia ser descrita como uma parceria entre Estado e movimentos sociais de caráter progressista. Assim, é possível afirmar que estamos agora diante de um quadro de disputa entre dois dispositivos de governo biopolítico opostos.

Recentemente, a atuação desses grupos tornou-se objeto de estudo no meio acadêmico, despertando o interesse de pesquisadoras e pesquisadores nas Ciências Sociais, Filosofia, Educação, Psicologia, Direito e em outros campos de pesquisa. Podemos citar como exemplo os trabalhos de Letícia Lanz (2014), Carlos Roberto Jamil Cury (D'AVILA-LEVY; CUNHA, 2018), Gaudêncio Frigoto (2017) e Paulo Vinícius Baptista da Silva (GOUVEIA, 2015).

Para o campo da educação, há um interesse particular no processo de formulação de políticas públicas, que pode ser afetado diretamente pelos interesses políticos e econômicos desse movimento, como pode ser observado nos trabalhos de Jasmine Moreira (2016), Amanda da Silva (2017) e Karina Veiga Mottin (2019).

Nesse sentido, o **objetivo** desta pesquisa concentra-se em compreender por que a educação foi convertida em uma arena de disputa por um modelo biopolítico³, na qual polarizam-se de um lado, os movimentos LGBTI+ e feminista e, de outro, o movimento conservador/fundamentalista, representado sobretudo por grupos como o Movimento Escola sem Partido, igrejas neopentecostais, deputados conservadores e até mesmo o atual presidente da república. Busca-se ainda compreender de que forma o discurso moral conservador produz efeitos na sociedade e interfere no processo de elaboração de políticas para a educação, buscando institucionalizar-se no meio escolar e acadêmico.

Como parte dos recursos mobilizados por esses grupos, um fenômeno que tem chamado a atenção: a sua presença em mídias sociais como *Facebook*, *Whatsapp*, *Telegram*, *YouTube*, *Instagram* e outros aplicativos e plataformas.

³ O conceito foucaultiano de biopolítica trata da atuação do Estado sobre o corpo social e será estudado no capítulo 2.

Esse assunto é abordado por José Luís Garcia (2016) e Luiz Ismael Pereira e Camilo Onoda Luiz Caldas (2017). Por meio de reiteradas enunciações, um discurso moralista de combate às demandas LGBTI+ têm sido propagado e tomado força. O que causa preocupação é a sedimentação desses discursos, que muitas vezes expressam ódio e violência, não apenas na cultura e nas práticas sociais, mas também na regulamentação das instituições.

Esta sedimentação torna-se nociva quando pensamos que as variáveis e os indicadores que orientam a formulação de políticas públicas para a educação, as práticas pedagógicas e a própria organização do espaço escolar, podem ser diretamente afetadas por esses discursos de ódio, apresentando vieses que reiteram a exclusão de determinadas populações, como LGBTI+ negros, indígenas e vários outros grupos.

Recentemente, um campo chamado “ciência de dados” emergiu com o objetivo de melhorar a tomada de decisão, utilizando dados históricos de diversas áreas, inclusive da administração pública. Embora não se trate de um campo científico precisamente definido, ela abrange um conjunto interdisciplinar de princípios, definições de problemas, algoritmos e processos para extrair padrões dos conjuntos de dados. Hoje, ela não apenas auxilia, mas automatiza a tomada de decisões em muitas esferas das sociedades modernas.

A ciência de dados afeta a vida diárias das pessoas, determina coisas simples como quais anúncios são apresentados, filmes, livros, sugestões de amigos, e-mails filtrados etc. Porém, os sistemas de inteligência artificial vão mais longe, podendo ser utilizados para determinar custos de seguros saúde, concessão de crédito, abertura de contas bancárias, análise de processos criminais, distribuição de matrículas e até a definição de conteúdos educacionais, dentre outras operações sensíveis. Não é difícil compreender que, ao fazer uso de decisões anteriores como referência, os sistemas automatizados carregam consigo todos os vieses construídos do ponto de vista histórico, cultural e social⁴.

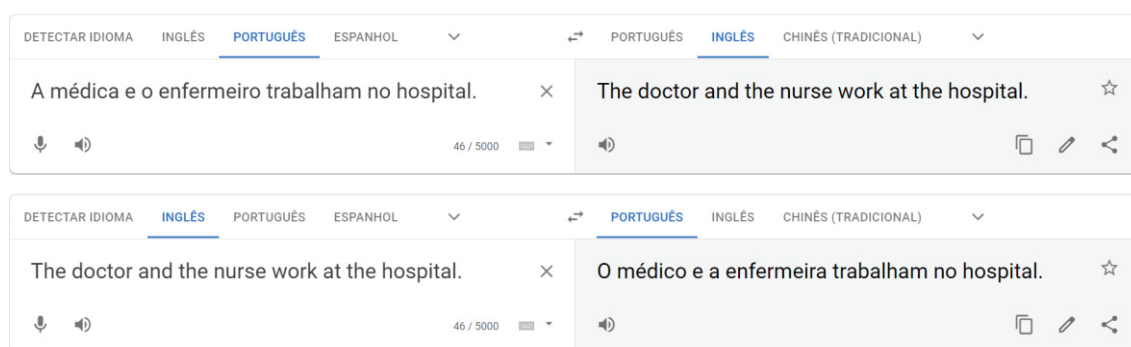
Por isso, torna-se necessário observar os discursos que reverberam nas mídias sociais, pois eles podem ser sedimentados não apenas nas práticas

⁴ Para mais informações sobre os impactos causados pelo enviesamento dos modelos de inteligência artificial, sugere-se a leitura do seguinte texto: <https://www.mckinsey.com/featured-insights/artificial-intelligence/tackling-bias-in-artificial-intelligence-and-in-humans>.

sociais e na legislação, mas nos próprios modelos computacionais responsáveis pelas tomadas de decisão. É preciso dar atenção aos desafios éticos que se apresentam no uso dos dados sociais e individuais, buscando evitar que tais modelos sejam um reflexo das desigualdades presentes em nossa sociedade.

Apenas para ilustrar a questão, podemos visualizar o problema causado pelos vieses com um exemplo simples. Ao solicitar ao tradutor da Google para que uma frase seja traduzida do português para o inglês e depois para o português novamente, percebemos que o sistema automaticamente assume o papel de médico é masculino e o de enfermeira é feminino. Não há nenhum aviso sobre a questão da neutralidade na língua inglesa, apenas uma decisão tomada a partir das referências com as quais o modelo foi treinado.

FIGURA 1 - Enviesamento Presente no Tradutor da Google



FONTE: A autora (2021), a partir do uso do Google Tradutor.

Por outro lado, a ciência de dados oferece novas possibilidades para a análise de informações de uma forma jamais imaginada. Antes, nossas análises dependiam de dados altamente estruturados em tabelas, das quais eram retirados extratos, sumarizações, indicadores, séries temporais e outras informações por meio de métodos estatísticos. Hoje, temos acesso a algoritmos de redes neurais⁵ capazes de capturar informações ocultas aos olhos humanos e às ferramentas estatísticas.

⁵ Redes neurais são estruturas computacionais que emulam de forma bastante simplificada o funcionamento de uma rede de neurônios presente em um cérebro biológico. Seu mérito reside na capacidade que apresentam de serem treinadas para reconhecer ou gerar padrões de dados, podendo ser aplicadas em diferentes áreas (AZEVEDO, 2000).

Porém, uma das maiores revoluções na análise da informação está ocorrendo no campo do processamento de linguagem natural (*natural language processing* – NLP), também conhecido como linguística computacional. A análise de texto sempre foi um desafio, uma vez que se trata de um tipo de conteúdo dito não estruturado⁶, o que demanda o uso de ferramentas específicas para seu tratamento.

Há apenas alguns anos, os algoritmos linguísticos concentravam-se na frequência de ocorrência de palavras (número de vezes uma palavra aparece num texto) e na estrutura sintática das frases (classificação gramatical das palavras). Mais recentemente, essa análise se estendeu para o campo semântico (compreensão de significados). Os textos passaram a ser analisados a partir de seu conteúdo, o que oferece novas possibilidades de pesquisa, em especial na análise de documentos das mais diversas origens.

Esta tese apresenta um percurso metodológico que envolve a análise de documentos utilizando Processamento de Linguagem Natural (línguas faladas e escritas por diferentes grupos) - PLN. Porém, trata a questão do discurso na perspectiva das teorias de Michel Foucault. O que se propõe nesta tese é uma metodologia para o que estamos chamando de “**inferência do discurso**”, composta por uma etapa de análise do discurso e outra de mapeamento computacional, utilizando PLN. Dessa forma, há a confluência, por incorporação, das diferentes trajetórias desta pesquisadora que iniciou sua formação acadêmica no campo da Engenharia e que, neste texto, propõe uma tese para o campo da Educação, com uma forte interface teórica no campo da Filosofia.

No entanto, para que o percurso pudesse ser percorrido, a autora desenvolveu uma ferramenta computacional específica para esse propósito. Isso foi necessário devido às limitações que as ferramentas disponíveis para processamento de textos apresentam ao trabalhar com grandes **corpora**.

A tese é dividida em cinco partes, inclusa esta Introdução. O capítulo dois trata da produção da diferença e da desigualdade de gênero como reflexo de um mecanismo governamental para o controle das populações, abordando

⁶ Dados estruturados são aqueles que se encontram organizados de forma regular em tabelas e bases de dados com o objetivo de facilitar seu processamento. Os dados não estruturados, como a linguagem natural, não apresentam estruturas regulares, dificultando a extração de informação útil e por isso demandam maior esforço computacional (SILGE; ROBINSON, 2017).

conceitos que serão utilizados durante o desenvolvimento desse trabalho. A partir das contribuições de Michel Foucault (1988, 2004, 2008) busca-se compreender como a questão da sexualidade torna-se uma preocupação de Estado. As ideias de Judith Butler (1990), em especial os conceitos de heteronormatividade e abjeção, são acionadas para analisar a exclusão, em especial na educação. Incorpora-se também uma crítica às políticas de inclusão, desenvolvida à luz dos trabalhos de Alfredo Veiga-Neto e Maura Corcini Lopes (2002).

O capítulo três coloca a educação no centro de uma disputa que envolve uma agenda econômica e redes de poder formadas pelos movimentos sociais e por grupos conservadores/fundamentalistas. O pano de fundo é o processo de elaboração e tramitação do Projeto de Lei n. 8035/2010 (BRASIL, 2010a), que instituiu o Plano Nacional de Educação a partir da aprovação da Lei n. 13.005/2014 (BRASIL, 2010a). A análise parte das discussões em torno do relatório final da Conferência Nacional de Educação de 2010 (CONAE, 2010) e segue até a sanção do Plano Nacional de Educação de 2014 (PNE, 2014). O conceito de Agenda Globalmente Estruturada para a Educação (AGEE), de Roger Dale (2004), é acionando para analisar os efeitos da ação neoliberal sobre a educação no Brasil e em outros países.

O capítulo quatro trata do surgimento e da difusão do discurso denominado “ideologia de gênero”, analisando em especial a forma de atuação de grupos fundamentalistas/conservadores, como o Escola sem Partido (ESP). O conceito de pânico moral, desenvolvido por Stanley Cohen (1972) e atualizado por Gayle Rubin (1984) e, mais tarde, por Gilbert Herdt (2009), nos ajuda a compreender os mecanismos que promovem a amplificação e o rápido estabelecimento desse discurso na sociedade. Maria Rita César (2018), Michel Foucault (2008) e Judith Butler (1990) nos oferecem instrumentos que permitem observar a articulação desse discurso durante a tramitação do PL 8035/2010, em uma verdadeira cruzada moral. Em seguida, é feita uma análise do chamado “Projeto de Lei Escola sem Partido”, sua relação com o discurso da “ideologia de gênero” e seus impactos nos contextos de produção de leis e das práticas escolares. É apresentado um estudo sobre o mecanismo utilizado por esses grupos para desarticular a produção acadêmica no campo dos estudos de gênero e a própria ação dos movimentos LGBTI+ e feminista.

O capítulo cinco nos traz um extrato do processo de difusão do discurso da “ideologia de gênero” nas mídias sociais. Faz-se uso de ferramentas de NLP, como análises de frequências e tópicos, para identificar sua presença em mídias, livros, textos de referência, leis e projetos de lei presentes na base de dados Câmara dos Deputados. Esses documentos compõem um corpus de análise que permite explicitar a articulação discursiva descrita nos capítulos anteriores. Inicia-se com a observação da ação do Movimento Escola sem Partido e do Movimento Brasil Livre (MBL) no *Facebook*. Em seguida, é apresentada a construção do método de **inferência do discurso** e um dos produtos desse processo, o projeto **Noctua**⁷, desenvolvido pela autora. Trata-se de um sistema integrado para análise textual, desenvolvido em linguagem R e que será disponibilizado para a comunidade como *software* livre. O sistema é utilizado para analisar o corpus de análise no decorrer de toda a tese.

As mídias sociais configuram uma nova arena de articulação política, na qual as informações fluem livremente. Nessa arena, os mais variados discursos reverberam, ganham corpo, agregam pessoas ao redor do mundo e podem ser sedimentados por meio de práticas sociais ou até mesmo em políticas públicas. Esses centros de reverberação impactam o processo político mundial, uma vez que são capazes de criar fluxos de poder e sustentação política para grupos que promovem a violência e a exclusão.

Esse trabalho busca contribuir para o monitoramento de alguns desses discursos, em especial aqueles que afetam grupos social, cultural e historicamente marginalizados pelos mecanismos de controle do Estado, sobretudo os identificados como lésbicas, gays, transgêneros e todos aqueles que divergem de um padrão cisgênero e heterossexual.

⁷ O projeto Noctua é parte integrante desse trabalho e faz referência à coruja da deusa Atena cuja espécie é denominada *Athene Noctua*.

2 A PRODUÇÃO DA DIFERENÇA E DA DESIGUALDADE

Esse capítulo articula conceitos essenciais para o desenvolvimento do trabalho. Busca-se explicitar a ação do Estado sobre as populações e o papel central que a sexualidade assumiu na criação de determinados mecanismos de controle. Apresentam-se análises dos problemas derivados da formulação de políticas públicas que partem de uma sexualidade dita “normal” ou “natural”, ou seja, calcada em um padrão cisgênero e heterossexual. Essa “normalidade” institucionalizada provoca inúmeras desigualdades, violência e exclusão. Ela é um dos alicerces que sustenta a existência de discursos de ódio e violência contra as populações que divergem desse padrão.

Como veremos no capítulo 4, um dos principais discursos que se apoiam em um modelo padrão de sexualidade é aquele denominado “ideologia de gênero”. Ele torna-se relevante na medida em que grupos políticos conservadores e religiosos fundamentalistas, como católicos e evangélicos neopentecostais, passam a utilizá-lo para ganhar visibilidade e obter certo poder junto a uma parcela da sociedade civil. Nesse sentido, busca-se compreender o contexto histórico, social e cultural no qual se desenvolvem normas e aparatos que permitem a reverberação desse discurso na sociedade, bem como seu impacto na educação.

A distribuição desigual do poder na sociedade contemporânea abrange os mecanismos de produção, manutenção e reiteração de hierarquias, normatividades e outras fontes de opressão, em especial àquelas voltadas ao gênero e à sexualidade, por meio de suas representações, assim como também as ausências nos processos discursivos. A escola não está imune a isso, pelo contrário, em muitos casos expressa as desigualdades de maneira explícita e, por isso, é preciso compreender a forma pela qual determinados discursos afetam a produção de políticas para educação e as próprias práticas escolares.

[...] na escola, pela afirmação ou pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou nos cantos escondidos e privados, é exercida uma pedagogia da sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras. Muitas outras instâncias sociais, como a mídia, a igreja, a justiça etc também praticam tal pedagogia, seja coincidindo na legitimação e denegação de sujeitos, seja produzindo discursos distantes e contraditório (LOURO, 2000).

A escola é ainda uma das instituições que conectam os indivíduos aos mecanismos de normalização e regulação da sexualidade,

a fábrica não exclui os indivíduos; liga-os a um aparelho de produção. A escola não exclui os indivíduos; mesmo fechando-os; ela os fixa a um aparelho de transmissão do saber. O hospital psiquiátrico não exclui os indivíduos; liga-os a um aparelho de correção, a um aparelho de normalização dos indivíduos [...]. Trata-se, portanto, de uma inclusão por exclusão (FOUCAULT, 2013, p. 113).

Assim, a escola constitui-se como parte de um mecanismo de subjetivação dos indivíduos, por meio do qual uma norma heterossexual é mantida e reproduzida.

2.1 SEXUALIDADE: UMA PREOCUPAÇÃO DE ESTADO

A relação entre Estado, economia e educação não é um assunto novo, as formas de exercício de governo atuam diretamente sobre os indivíduos e as populações. Michel Foucault (1988) demonstrou a emergência de dispositivos disciplinares para a normalização dos corpos, fazendo análises de uma série de práticas a partir da segunda metade do século XVIII. Neste período, surgiu um novo conjunto de normas que passou a orientar o comportamento e serviu de base para a criação de inúmeros mecanismos de controle dos corpos. Estas normas serviram ainda como base de um discurso científico acerca da sexualidade, que deu origem a uma ciência médica dedicada à categorização e patologização dos indivíduos (FOUCAULT, 1988).

Michel Foucault (1988) realizou uma análise de caráter genealógico da modernidade ocidental. Segundo Judith Revel (2011, p. 70), “o método genealógico é uma tentativa de “desassujeitar” os saberes históricos, isto é, de torná-los capazes de se opor e de lutar contra “a ordem do discurso”.

Isso significa que a genealogia não busca somente no passado a marca de acontecimentos singulares, mas que ela se questiona a respeito dos acontecimentos nos dias de hoje”. Ele percebeu uma transformação na forma do exercício do poder, isso é, do poder soberano, para um tipo de poder mais insidioso e plurilateral com o objetivo do controle dos corpos individuais, assim como também um poder de controle das populações. O primeiro ele denominou

de poder anátomo-político e o segundo de biopolítico. Segundo Foucault (1988, p. 130),

Concretamente, esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais; que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois pólos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações. Um dos pólos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos — tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população.

Além de disciplinar corpos e condutas, o sexo e as práticas sexuais tornam-se objetos do controle estatal, tanto do ponto de vista do poder disciplinar, quanto biopolítico. Buscava-se interrogar o comportamento dos indivíduos e populações, separando comportamentos e produzindo uma cisão entre uma ideia de “normalidade” versus “patologia”. Desta forma, seria possível atuar sobre variáveis como taxas de natalidade, mortalidade, sanitização, epidemias e até mesmo sobre a forma de viver e das práticas sexuais das pessoas (FOUCAULT, 1988).

Para além do monitoramento dos fenômenos populacionais, foram definidas políticas para atuação sobre o próprio corpo social por meio das diversas instituições controladas pelo Estado. Este poder sobre a vida caracterizou o que ele conceituou de biopoder. Segundo Foucault (1988, p. 132),

este bio-poder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. Mas, o capitalismo exigiu mais do que isso; foi-lhe necessário o crescimento tanto de seu reforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade; foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isto torná-las mais difíceis de sujeitar; se o desenvolvimento dos grandes aparelhos de Estado, como instituições de poder, garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de bio-política, inventados no século XVIII como técnicas de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por

instituições bem diversas (a família, o Exército, a escola, a polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades) [...].

Entre os anos de 1977 e 1978, no curso *Segurança, território e população*, no *Collège de France*, Foucault introduz os conceitos de governo e governamentalidade. Para Maria Rita de Assis César (2010, p. 224), “a governamentalidade é um instrumento heurístico para a investigação da racionalidade das práticas de controle, vigilância e intervenção governamental sobre os fenômenos” (CÉSAR, 2010).

Esses conceitos contribuíram para o refinamento de suas análises sobre as formas de exercício do governo. Entre 1978 e 1979, ainda no mesmo curso e posteriormente no curso *Nascimento da Biopolítica*, esses conceitos foram ampliados, permitindo uma análise do Estado e da economia. Nessa perspectiva, Foucault (2004) compreende que o poder do Estado não era mais calcado em um modelo de interdição legal, mas em mecanismos complexos e mais sutis de controle e atuação. Foucault (2004) classificou o liberalismo como uma técnica de governo que passou a agir sobre as populações utilizando todo um conjunto de novas tecnologias de poder. Segundo Foucault (2004, p. 404),

a sociedade civil não é uma realidade primeira e imediata. A sociedade civil é uma coisa que faz parte da tecnologia governamental moderna. Dizer que ela faz parte dessa tecnologia não quer dizer que seja o seu produto puro e simples, mas tampouco quer dizer que não tem realidade. A sociedade civil é como a loucura, é como a sexualidade. É o que chamarei de realidades de transação, ou seja, é precisamente no jogo das relações de poder e do que sem cessar lhes escapa, é daí que nascem, de certo modo na interface dos governantes e dos governados, essas figuras transacionais e transitórias que, mesmo não tendo existido desde sempre, nem por isso são menos reais e que podemos chamar, neste caso, de sociedade civil, em outros de loucura, etc. Sociedade civil, portanto, como elemento de realidade transacional na história das tecnologias governamentais, realidade transacional que me parece plenamente correlativa dessa forma de tecnologia governamental chamada de liberalismo, isto é, uma tecnologia de governo que tem por objetivo sua própria autolimitação, na medida em que é indexada à especificidade dos processos econômicos.

Em sua análise no curso *O Nascimento da Biopolítica*, Foucault (2004) analisa a Escola de Chicago⁸ que marca o início de um novo pensamento econômico. A ascensão das ideias neoliberais nos Estados Unidos ocorreu após a crise do petróleo na década de 1970, momento em que se observou a emergência de um novo conjunto de práticas governamentais, alinhadas ao novo modelo econômico. O que caracteriza esse movimento é uma maior ênfase na mercantilização da sociedade e consequentemente no próprio mercado. Foucault (2004) aborda o surgimento da visão da pessoa como capital, da sociedade como um empreendimento e da livre competição, como pilares para novas formas de normalização das populações.

O neoliberalismo trata da conduta econômica dos indivíduos como algo fundamental, um dos temas principais da economia política. Isso ocorre porque, segundo as teorias da Escola de Chicago, indivíduo e capital formam um amálgama, mais especificamente, aquilo que Theodore Schultz (1972, p. chamou de **capital humano**:

Human capital is strictly an economic concept. Although it pertains to particular attributes of man, it is not intended to serve those who are engaged in analysing psychological, social, or cultural behaviour. It is a form of capital because it is the source of future earnings, or of future satisfactions, or of both of them. It is human because it is an integral part of man⁹ (SCHULTZ, 1972, p. 5).

De acordo com esta ideia, pode-se caracterizar o capital humano como a medida pela qual a capacidade de trabalho dos indivíduos é capaz de atender a demandas específicas do mercado. Neste sentido, cada pessoa é responsável por uma espécie de autoempreendimento, não apenas oferecendo o próprio

⁸ Segundo Costa (2009, p. 174) “originalmente, o termo *Escola de Chicago* surgiu na década de 1950, aludindo às ideias de alguns professores que, sob influência do paradigma econômico neoclássico e sob a liderança de Theodore Schultz, atuavam junto ao Departamento de Economia da Universidade de Chicago, mas também junto à Escola Superior de Administração e à Faculdade de Direito dessa mesma universidade. Por outro lado, o termo remete também a um grupo de economistas que, a partir do início dos anos 1960, influenciados por Milton Friedman (Nobel de 1976), George Stigler (Nobel de 1982) e seus discípulos, além de servir de arauto à defesa do livre mercado, refutava e rejeitava os princípios da doutrina keynesiana”.

⁹ Livre tradução: O capital humano é um conceito estritamente econômico. Embora refira-se a determinados atributos humanos, não se destina a servir àqueles que estão envolvidos na análise dos comportamentos cultural, psicológico ou social. É uma forma de capital, porque é a fonte de lucros futuros, ou de satisfações futuras, ou de ambos. É humano porque é uma parte integral do homem.

trabalho ao mercado, mas principalmente buscando agregar valor a si mesmo de forma contínua. Foucault (2004) aponta para o surgimento de uma nova racionalidade, orientada pelas demandas do mercado, nasce um novo sujeito, o *homo oeconomicus*, dotado de uma subjetividade orientada a essa racionalidade.

A aptidão a trabalhar, a competência, o poder fazer alguma coisa, tudo isso não pode ser separado de quem é competente e pode fazer essa coisa. Em outras palavras, a competência do trabalhador é uma máquina, sim, mas uma máquina que não se pode separar do próprio trabalhador, o que não quer dizer exatamente, como a crítica econômica, ou sociológica, ou psicológica dizia tradicionalmente, que o capitalismo transforma o trabalhador em máquina e, por conseguinte, o aliena. Deve-se considerar que a competência que forma um todo com o trabalhador é, de certo modo, o lado pelo qual o trabalhador é uma máquina, mas uma máquina entendida no sentido positivo, pois é uma máquina que vai produzir fluxos de renda. [...] é, portanto, um conjunto máquina-fluxo, e vocês veem que estamos aqui no antípoda de uma concepção da força de trabalho que deveria se vender a preço de mercado a um capital que seria investido numa empresa. Não é uma concepção da força de trabalho, é uma concepção do capital-competência, que recebe, em função de variáveis diversas, certa renda que é um salário, uma renda-salário, de sorte que é o próprio trabalhador que aparece como uma espécie de empresa para si mesmo. [...] E esse *homo oeconomicus* parceiro da troca implica, evidentemente, uma análise do que ele é, uma decomposição dos seus comportamentos e maneiras de fazer em termos de utilidade, que se referem, é claro, a uma problemática das necessidades, já que é a partir dessas necessidades que poderá ser caracterizada ou definida, ou em todo caso poderá ser fundada, uma utilidade que trará o processo de troca. *Homo oeconomicus* como parceiro da troca, teoria da utilidade a partir de uma problemática das necessidades: é isso que caracteriza a concepção clássica do *homo oeconomicus* (FOUCAULT, 2004, p. 309).

Essa mudança na economia política fez com que Foucault (2004) se interessasse cada vez mais pela “análise das formas flexíveis e sutis de controle e governo das populações e dos indivíduos, tal como elas se exercem por meio das regras neoliberais da economia de mercado” (CÉSAR; DUARTE, 2009, p. 122). Ele descreve o surgimento de um novo sistema de poder, que se caracteriza por uma biopolítica neoliberal na qual a economia se torna o elemento direcionador do modo de governo. Segundo o autor, “é preciso governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado” (FOUCAULT, 2004, p. 165). Como resultado dessa análise, Foucault (2004, p. 369) desenvolve a ideia de uma **governamentalidade biopolítica neoliberal**, um instrumento analítico que trata do novo sistema político-econômico e da

normatização e regulação do *homo oeconomicus* pelo Estado, em resposta às demandas mercadológicas:

o *homo oeconomicus* é aquele que obedece ao seu interesse, é aquele cujo interesse é tal que, espontaneamente, vai convergir com o interesse dos outros. O *homo oeconomicus* é, do ponto de vista de uma teoria do governo, aquele em que não se deve mexer. Deixa-se o *homo oeconomicus* fazer. É sujeito ou o objeto do *laissez-faire*. É, em todo caso, o parceiro de um governo cuja regra é o *laissez-faire*. E eis que agora [...] o *homo oeconomicus*, isto é, aquele que aceita a realidade ou que responde sistematicamente as modificações nas variáveis do meio, esse *homo oeconomicus* aparece justamente como o que é manejável, o que vai responder sistematicamente a modificações sistemáticas que serão introduzidas artificialmente no meio. O *homo oeconomicus* é aquele que é eminentemente governável. De parceiro intangível do *laissez-faire*, o *homo oeconomicus* aparece agora como o correlativo de uma governamentalidade que vai agir sobre o meio e modificar sistematicamente as variáveis do meio.

Neste contexto, as demandas do Estado e do mercado terminam por influenciar diretamente os currículos e processos educacionais ainda hoje. Busca-se estabelecer uma certa normalização do comportamento dos indivíduos, colocando-os em ressonância com os padrões econômicos estabelecidos. Este processo não fica totalmente a cargo do Estado, uma vez que ele age de forma conjunta com o mercado. Cria-se desta forma um complexo sistema de subjetivação dos indivíduos, que busca inseri-los no jogo mercadológico, transformá-los em capital humano.

Ao mesmo tempo, este sistema faz com que cada um deseje fazer parte desse processo. Assim, para Foucault (2004), esta biopolítica neoliberal busca fazer com que cada indivíduo seja uma fonte potencial de produção e consumo, garantindo o livre fluxo de capital nas redes que se formam.

Partindo da premissa da existência de mecanismos de subjetivação dos indivíduos, resta entender de que forma a sexualidade passou a ser uma preocupação do Estado no neoliberalismo no ocidente. Com este objetivo, é necessário antes entender que o controle do Estado/mercado sobre as populações demanda processos de subjetivação calcados em normas que definam formas válidas de comportamento e socialização.

Para Foucault (1988), a partir do século XVIII, na França, houve a ascensão do discurso burguês sobre o sexo, como contraponto das práticas sexuais da aristocracia, que buscava estabelecer o controle sobre as populações

e seu potencial produtivo e que, ao classificar as práticas sexuais como normais e anormais, implementou a heterossexualidade monogâmica e conjugal como norma social. Foucault (1988, p. 76) demonstrou que a própria definição do sujeito ficou marcada pela sexualidade, pois, “[...] a questão sobre o que somos, em alguns séculos, uma certa corrente nos levou a colocá-la em relação ao sexo. Nem tanto ao sexo-natureza [...] mas ao sexo-história, ao sexo-significação, ao sexo-discurso”.

Além de instaurar um discurso sobre o sexo, através de técnicas médicas, psicológicas, pedagógicas e forenses, foram estabelecidas estratégias para seu controle, que foram materializadas por meio das instituições e de práticas discursivas. Esse quadro compõe o que Foucault (1988) definiu como **dispositivo da sexualidade**. Para ele, esse dispositivo abrange sociedade e instituições e se constitui de forma histórica, social e cultural. Nessa perspectiva, a sexualidade não deve ser compreendida como um dado da natureza, mas como um construto heterogêneo composto por diversos elementos explícitos e implícitos. Nas palavras do próprio autor,

através deste termo tento demarcar [...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Por meio do dispositivo da sexualidade, toda forma de desejo e de exercício da sexualidade não produtiva¹⁰ foi recolhida para o campo da patologização. As instituições médica, psiquiátrica e pedagógica colocaram-se em um processo crescente de controle e extração de discursos dos corpos que, ao serem escutados e auscultados, forneciam informações sobre as práticas sexuais, os desejos e os modos de vida, sendo que estes seriam a própria matéria dos processos de patologização. Inaugurou-se um novo moto-perpétuo.

¹⁰ Sexualidade não produtiva, no contexto da História da Sexualidade I – A vontade de Saber (FOUCAULT, 1988), pode ser entendida como qualquer forma de expressão sexual não relacionada à reprodução e/ou exercida fora do casamento.

Poder, prazer e saber¹¹ se retroalimentam de forma intensa, criando novas espécies e patologias, inserindo a sexualidade em uma “economia política”. Segundo o autor,

trata-se, portanto, de levar a sério esses dispositivos e de inverter a direção da análise: ao invés de partir de uma repressão geralmente aceita e de uma ignorância avaliada de acordo com o que supomos saber, é necessário considerar esses mecanismos positivos, produtores de saber, multiplicadores de discursos, indutores de prazer e geradores de poder. É necessário segui-los nas condições de surgimento e funcionamento e procurar saber de que maneira se formam, em relação a eles, os fatos de interdição ou de ocultação que lhes são vinculados. Em suma, trata-se de definir as estratégias de poder imanentes a essa vontade de saber. E, no caso específico da sexualidade, constituir a “economia política” de uma vontade de saber (FOUCAULT, 1988, p. 71).

Esse processo, em certa medida e com algumas transformações, persiste até a atualidade e sustenta todo um conjunto de especialistas em sexualidade, que se ocupam de normalizar os corpos, dos genes às vestes. Berenice Bento (2012) nos ajuda a compreender a lógica por trás dos processos de normalização dos corpos em termos da inteligibilidade que definirá o binário homem-mulher e a heterossexualidade como norma. Assim, evidencia-se o processo de deslocamento das sexualidades divergentes para a periferia das políticas do Estado. Segundo a autora,

os gêneros inteligíveis obedecem à seguinte lógica: vagina-mulher-feminino versus pênis-homem-masculino. A heterossexualidade daria coerência às diferenças binárias entre os gêneros. A complementaridade natural seria a prova de que a humanidade é necessariamente heterossexual e que os gêneros só têm sentido quando relacionados às capacidades inerentes de cada corpo [...]. Os gêneros inteligíveis estão condicionados à heterossexualidade e esta precisa da complementaridade dos gêneros para justificar-se como norma (BENTO, 2012, p. 44).

Seguindo a ideia de “complementaridade natural” os discursos médico e biológico construíram uma associação entre um suposto corpo biológico à sua sexualidade. Por conseguinte, somente o comportamento heterossexual seria oriundo de uma natureza e, por essa razão, passível de compreensão e possível

¹¹ No livro História da Sexualidade 1, Foucault (1988) articula os conceitos de poder, prazer e saber para explicar a captura das sexualidades não produtivas por meio do que chama de “dispositivo da sexualidade”.

de aceitação. Dessa forma, o desejo e o sexo foram fixados nos campos da Biologia e da Medicina. Esse processo de deslocamento do desejo e do sexo para a Biologia e para a natureza produziu uma naturalização do sexo e da sexualidade em seu caráter heterossexual. Guacira Lopes Louro (2007, p. 209) discorre sobre essa naturalização da heterossexualidade, demonstrando como foi construída como um dado biológico.

Voltando a atenção mais diretamente para a sexualidade, fica ainda mais evidente a diversidade de conceptualizações que aí são assumidas. A ancoragem da sexualidade na biologia costuma ser mais resistente do que ocorre em relação ao gênero. A aceitação da existência de uma matriz biológica, de algum atributo ou impulso comum que se constitui na origem da sexualidade humana persiste em algumas teorias. Quando isso ocorre, opera-se com uma noção universal e trans-histórica da sexualidade e, muitas vezes, remete-se ao determinismo biológico.

Gayle Rubin (2003) aponta na mesma direção ao afirmar que o essencialismo sexual, isto é, conceber o sexo como uma essência da natureza, foi incorporado ao discurso médico, criando novas categorias de sujeito. Do ponto de vista da produção científica, aquilo que se deu foi a reprodução desse essencialismo. Segundo Rubin (2003, p. 10),

um tal axioma é o essencialismo sexual – a ideia de que o sexo é uma força natural que existe anteriormente à vida social e que molda as instituições. O essencialismo sexual é incorporado no saber popular das sociedades ocidentais, as quais consideram o sexo como eternamente imutável, a-social e trans-histórico. Dominado por mais de um século pela medicina, psiquiatria e psicologia, o estudo acadêmico do sexo tem reproduzido o essencialismo. Estes campos classificam o sexo como propriedade dos indivíduos. Talvez seja inerente aos hormônios ou a psique. Talvez seja construído como fisiológico ou psicológico. Mas dentre essas categorias etnocientíficas, a sexualidade não tem história e tampouco tem determinantes sociais significativos.

Munida desse essencialismo, a ciência se ocupou em estampar as novas categorias criadas nos periódicos científicos e catálogos de doenças como o DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), o CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados

com a Saúde) e o SOC (*Standards of Care*)¹². Como a norma heterossexual é devidamente embasada pelo discurso científico, o Estado passa a fazer uso desse conhecimento para implementar mecanismos de controle sobre as populações. A regulação sexual se dá em múltiplas dimensões da vida social e não trata mais dos chamados “crimes sexuais”, mas de todo o cotidiano sexual dos indivíduos de uma forma que não se observa em outras esferas. Rubin (2003, p. 22) define como “legislação sexual” o conjunto de instrumentos utilizados pelo Estado para regular o comportamento sexual dos indivíduos.

Legislação sexual é o instrumento mais rígido da estratificação sexual e da perseguição erótica. O estado intervém no comportamento sexual em um nível que não seria tolerado em outras áreas da vida social. Muitas pessoas não estão conscientes da extensão da legislação sexual, a quantidade e qualidade do comportamento sexual ilegal e o caráter punitivo das sanções legais. [...] deste modo há uma tremenda quantidade de variação nas leis aplicável a qualquer lugar determinado. Além de que o reforço das leis sexuais varia dramaticamente de acordo com o clima político local. Apesar dessa floresta legal, uma pessoa pode tentar fazer algumas generalizações qualificadas (RUBIN, 2003, p. 22).

Essa interferência do Estado na vida sexual dos indivíduos configura o quadro a partir do qual se desenvolvem as lutas do movimento LGBTI+, desde o início do movimento gay, com a Revolta de Stonewall em 1969, até os recentes movimentos pela despatologização das identidades transgêneras. As formas de regulação das práticas sexuais, tornam-se mais acentuadas à medida em que elas rompem com a norma heterossexual. Essas práticas são geralmente alvo de avaliação moral e política e, de acordo com o risco que oferecem à norma, podem desencadear reações violentas na sociedade, o que Rubin (2003) define como “pânicos sexuais”. Estas reações podem ser capitalizadas como “motor político”, fornecendo a energia necessária para a geração de novas regulações, expressas por meio de leis que proíbem e penalizam determinadas práticas.

¹² O DSM foi criado em 1952, é publicado pela American Psychiatric Association (APA) e está em sua quinta versão, o DSM-V. O CID é publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), foi criado em 1900 e está em sua décima versão, o CID-10. O SOC é um periódico publicado pela Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association (HBIGDA), cujo propósito principal é articular um consenso profissional internacional acerca do manejo psiquiátrico, psicológico, médico e cirúrgico das “Desordens da Identidade de Gênero” (BENTO; PELÚCIO, 2012, p.571).

A legislação sexual não é um reflexo perfeito das avaliações morais prevalecentes na conduta sexual. A variação sexual per se é mais especificamente policiada por profissionais da saúde mental, ideologia popular e práticas sociais extra-legais. Alguns dos mais detestáveis comportamentos eróticos, como o fetichismo e o sadomasoquismo, não são tão completamente ou rigorosamente regulados pelo sistema de justiça criminal como práticas de alguma forma menos estigmatizadas, como a homossexualidade. Áreas do comportamento sexual chegam ao alcance da lei quando se tornam objeto de preocupação social ou tumulto político. Cada pânico sexual ou campanha moral deposita novas regulações como um tipo de registro fóssil de sua passagem. O sedimento legal é mais espesso – e a legislação sexual tem sua potência máxima – em áreas que envolvem obscenidade, dinheiro, menores e homossexualidade (RUBIN, 2003, p. 23).

Mesmo que a nomenclatura científica não mais considere a homossexualidade como uma condição sexual desviante¹³, sua expressão ainda é estigmatizada e cercada por tabus e limitações sociais, sendo alvo de violência e discriminação. De forma análoga, a legislação sexual se aplica às demais sexualidades que divergem da norma heterossexual.

2.2 GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO

Vimos a maneira pela qual a sexualidade foi compreendida como um dispositivo de controle, por meio de um discurso essencialista que estabelece a heterossexualidade como norma organizadora da sexualidade para as sociedades ocidentais. A escola é uma das principais representantes de todo um conjunto de instituições que reproduzem a norma heterossexual. É um espaço de sexo e gênero naturalizados, no qual não há lugar para alunos e alunas gays, lésbicas e transexuais ou qualquer expressão de sexualidade/gênero divergente da norma.

No ambiente escolar, as próprias políticas e práticas pedagógicas são orientadas por uma norma heterossexual, pois essa instituição nasceu disciplinar e normalizadora (CÉSAR; DUARTE, 2009), assim, tudo o que estiver fora da norma sexual, mostra-se intolerável por transgredir os limites do conhecido e aceitável. Judith Butler (2004) teoriza sobre gênero enquanto norma e estende

¹³ Em 17 de maio de 1990 a Organização Mundial da Saúde (OMS) removeu a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID).

o conceito ao defini-lo como um mecanismo por meio do qual o masculino e o feminino são produzidos e naturalizados.

To claim that gender is a norm is not quite the same as saying that there are normative views of femininity and masculinity, even though there clearly are such normative views. Gender is not exactly what one “is” nor is it precisely what one “has.” Gender is the apparatus by which the production and normalization of masculine and feminine take place along with the interstitial forms of hormonal, chromosomal, psychic, and performative that gender assumes. To assume that gender always and exclusively means the matrix of the “masculine” and “feminine” is precisely to miss the critical point that the production of that coherent binary is contingent, that it comes at a cost, and that those permutations of gender which do not fit the binary are as much a part of gender as its most normative instance. To conflate the definition of gender with its normative expression is inadvertently to reconsolidate the power of the norm to constrain the definition of gender. Gender is the mechanism by which notions of masculine and feminine are produced and naturalized, but gender might very well be the apparatus by which such terms are deconstructed and denaturalized (BUTLER, 2004, p. 42).¹⁴

Assim, a heterossexualidade se estabelece como norma para a manutenção de um modelo biopolítico que regulamenta políticas públicas para a educação, práticas pedagógicas e o próprio ambiente escolar. Judith Butler (2004) lança críticas sobre a questão da heteronormatividade, questionando as teorias essencialistas acerca da sexualidade, o binarismo, que coloca o masculino em oposição ao feminino, as definições relativas aos “papéis de gênero” e a abjeção em relação às identidades divergentes.

A atuação do movimento LGBTI+ conseguiu obter avanços nas últimas décadas, porém, a norma heterossexual ainda reina hegemônica em grande parte das instituições e faz parte de nossa cultura e práticas cotidianas. Mesmo provocando um deslocamento nas normas morais, tornando os mecanismos de controle sobre a sexualidade menos explícitos, o regime heterossexual se

¹⁴ Livre tradução: Afirmar que gênero é uma norma não é exatamente o mesmo que dizer que existem visões normativas de feminilidade e masculinidade, embora haja claramente tais visões normativas. Gênero não é exatamente o que se “é” nem é precisamente o que se “tem”. Gênero é o aparelho pelo qual a produção e a normalização do masculino e feminino ocorrem juntamente com as formas intersticiais do hormonal, cromossômico, psíquico e performático que o gênero assume. Assumir que gênero sempre e exclusivamente significa a matriz do “masculino” e “feminino” é justamente perder o ponto crítico de que a produção desse binário coerente é contingente, que vem a um custo, e que essas permutações de gênero que não se encaixam no binário são tanto parte do gênero quanto sua instância mais normativa. Confundir a definição de gênero com sua expressão normativa é inadvertidamente reconsolidar o poder da norma para restringir a definição de gênero. Gênero é o mecanismo pelo qual noções masculinas e femininas são produzidas e naturalizadas, mas o gênero pode muito bem ser o aparelho pelo qual tais termos são desconstruídos e desnaturalizados.

reconfigura e assume novas formas e outros espaços. Observa-se assim, em maior ou menor grau, a manutenção das práticas de exclusão e violência. César (2009, p. 44) apresenta sobre essa questão ao tratar das reconfigurações do dispositivo da sexualidade,

nesse meio tempo, entretanto, talvez tenhamos criado outros mecanismos tão perversos quanto os anteriores, na medida em que, por exemplo, ainda nos deparamos com uma verdadeira obsessão médica com o corpo, com a saúde e, sobretudo, com as chamadas “identidades sexuais”. Assim, é possível que nossa história da sexualidade tenha uma origem e desdobramentos com os quais não desejamos mais ter qualquer familiaridade, mas certos desdobramentos dessa história são ainda exemplos de exclusão e violência em torno das práticas sexuais não normativas.

Percebe-se que, apesar dos avanços obtidos pelos movimentos identitários, os mecanismos de controle heteronormativo se reconfiguram continuamente de forma a capturar as expressões de sexualidade divergentes da norma heterossexual. Utilizaremos o termo **cis-hetero-divergente** como referência a todas as sexualidades que não pertençam a um modelo heterossexual e cisgênero. O termo busca explicitar a relação existente entre a manutenção de um modelo biopolítico heteronormativo e as práticas de exclusão e violência dele derivadas; busca ainda expressar a ação política de contestação dos privilégios estabelecidos a partir desse modelo.

Os efeitos práticos da normatização nos interessam, uma vez que produzem um lugar de alteridade para as sexualidades cis-hetero-divergentes, que na prática se apresenta como o lugar da abjeção, como define Butler (2004, p. 3),

the abject designates here precisely those “unlivable” and “uninhabitable” zones of social life which are nevertheless densely populated by those who do not enjoy the status of the subject, but whose living under the sign of the “unlivable” is required to circumscribe the domain of the subject.¹⁵

Essa abjeção pode ser verificada nas escolas e demais espaços destinados à educação. Há relatos tanto de alunos quanto de professores

¹⁵ Livre tradução: O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “inviáveis” e “inabitáveis” da vida social que são, no entanto, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cuja vida sob o signo do “inviável” é necessária para enquadrar o domínio do sujeito.

envolvendo questões sobre a sexualidade e a respectiva dificuldade em tratar do tema. A falta de material específico, a ausência do tópico no processo de formação, a falta de programas integrados de combate à LGBTIfobia¹⁶, demonstram a fragilidade das políticas de combate à exclusão. Observa-se, desse modo, que as atuais políticas públicas para a educação não são abrangentes o suficiente para romper com a heteronormatividade presente nas escolas, nem para garantir a permanência da população cis-hetero-divergente no processo de formação escolar. César (2009, p. 47) descreve as dificuldades presentes no quadro atual das práticas de inclusão na escola, sendo que

mesmo que algumas experiências educacionais já tenham definido que questões sobre a homossexualidade requerem uma abordagem específica a respeito da diversidade sexual, o esforço para minimamente colocar perguntas sobre a heteronormatividade permanece um grande desafio ainda não contemplado. Para o discurso escolar, em um primeiro momento, o importante é negar a existência de alunos e alunas homossexuais e bissexuais, pois a infância e a juventude são aclamadas como fases transitórias em relação ao exercício da sexualidade, de modo que, se bem conduzida por profissionais competentes, os jovens serão restituídos ao seu curso “normal”. Se a presença de alunos e alunas homossexuais dentro da escola já é um incômodo, então, a partir daquela perspectiva, a experiência da transexualidade se torna verdadeiramente insuportável do ponto de vista da instituição escolar, pois, diante de seus corpos transformados, a fala competente da instituição não vê esperança de retorno à norma heterossexual. Assim, aquilo que resta é o afastamento desses corpos indesejáveis, isto é, a expulsão, que hoje se constitui em um elemento importante da evasão escolar.

Nesse quadro, ocorre a desqualificação da sexualidade enquanto característica individual e a assunção de que é possível “corrigir” eventuais desvios por meio da ação de profissionais de saúde qualificados, como psicólogos e psiquiatras. Abrem-se as portas para a medicalização da sexualidade na escola, sendo estes indivíduos alvo de tratamentos que vão desde sessões de terapia até o uso de medicamentos. No ambiente escolar, a heteronormatividade é legitimada, sendo mantida e propagada pela instituição, reafirmando sua compulsoriedade em cada nova norma que se estabelece,

¹⁶ A expressão “LGBTIfobia” diz respeito aos processos de produção e reprodução da violência e discriminação sexual e de gênero às quais estão expostos gays (homofobia), lésbicas (lesbofobia), bissexuais (bifobia), travestis e transexuais (transfobia) (CÉSAR; DUARTE; SIERRA, 2013).

impedindo o avanço das políticas públicas e transformando a escola em um lugar hostil à população cis-hetero-divergente.

No caso da escola, as próprias políticas e práticas pedagógicas são orientadas por uma norma heterossexual. Para César (2009) essa instituição nasceu disciplinar e normatizadora, assim, a diferença, ou tudo aquilo que está fora da norma, em especial, a norma sexual, mostra-se insuportável por transbordar os limites do conhecido. Butler (1999) desenvolveu o conceito de **heteronormatividade** para definir esse conjunto de regulações normativas sobre as práticas sexuais e analisou seus efeitos, em especial a produção de um lugar de alteridade para as sexualidades divergentes, que na prática se apresenta com um lugar de abjeção.

Dessa forma, a heteronormatividade representa um mecanismo de exercício de poder, na medida em que as operações de normalização definem as identidades. Como já vimos, isso implica em fazer não apenas com que as identidades cisgêneras e heterossexuais sejam vistas como referência, mas também em naturalizar essas identidades ao ponto de transformá-las em verdades inquestionáveis. Tomaz Tadeu da Silva (2005, p. 83) aponta para a arbitrariedade do processo de normalização e seus efeitos nas identidades periféricas, em que

normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como parâmetros em relação às quais as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade. Paradoxalmente, são as outras identidades que são marcadas como tais.

Assim, além de se afastar da crítica mais óbvia de uma compreensão do gênero e do sexo como categorias biológicas e naturais, Butler (1999) também se afasta de uma concepção social, histórica e cultural do gênero. Evitando, dessa forma, pensar o gênero a partir de um sexo biológico e naturalizado, assim como de sua simples construção social, que não escape das armadilhas do binarismo homem/mulher no interior da lógica heterossexual, a partir da qual são organizadas a cultura e a própria sociedade.

Butler (1999) faz ainda uma crítica à implicação das teorias de gênero relacionadas ao construtivismo social, que não levavam em consideração uma produção de gênero que não estivesse de alguma forma relacionada à natureza e a um corpo biológico. Isto é, mesmo afirmando que o gênero é uma construção social, as teorias construtivistas ainda tratavam de um corpo naturalizado, pensando o sexo como um dado biológico e natural e o gênero o seu correspondente social. Tendo em vista essa crítica, Butler (1999) desenvolveu o conceito de **performatividade** de gênero para analisar a constituição do gênero e sua perpetuação.

In this sense, gender is not a noun, but neither is it a set of free floating attributes, for we have seen that the substantive effect of gender is performatively produced and compelled by the regulatory practices of gender coherence. Hence, within the inherited discourse of the metaphysics of substance, gender proves to be performative — that is, constituting the identity it is purported to be. In this sense, gender is always a doing, though not a doing by a subject who might be said to preexist the deed. [...] There is no gender identity behind the expressions of gender; that identity is performatively constituted by the the very “expressions” that are said to be its results (BUTLER, 1999, p. 33).¹⁷

Para Butler (1999, p. XV), “performativity is not a singular act, but a repetition and a ritual, which achieves its effects through its naturalization in the context of a body, understood, in part, as a culturally sustained temporal duration”¹⁸. Isso não implica em dizer que não há materialidade nos gêneros, mas que essa materialidade é constituída por meio dos processos de repetição, que produzem esse efeito de naturalização. Ou seja, o gênero se constitui e se expressa nos corpos pela repetição de um ato, que se supõe pertencer à natureza, mas que é uma teatralização repetida dos “papéis de gênero” (BUTLER, 1999).

¹⁷ Livre tradução: Nesse sentido, o gênero não é um substantivo, mas também não é um conjunto de atributos livremente flutuantes, pois temos visto que o efeito substantivo do gênero é produzido performativamente e compelido pelas práticas regulatórias de coerência de gênero. Assim, dentro do discurso herdado da metafísica da substância, o gênero se mostra performático, ou seja, constituindo a identidade que se pretende ser. Nesse sentido, o gênero é sempre um fazer, embora não um fazer por um sujeito que preexistia ao ato. [...] Não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; a identidade é performativamente constituída pelas próprias “expressões” que dizem ser seus resultados.

¹⁸ Livre tradução: performatividade não é um ato singular, mas uma repetição e um ritual, que atinge os seus efeitos através de sua naturalização no contexto de um corpo, entendido, em parte, como uma instância temporária, culturalmente sustentada.

A partir das interrogações críticas de Butler (1999), sobre a questão do gênero, além de um conjunto de ações políticas artísticas e debochadas, nasceram também as **teorizações queer**¹⁹, que assumem uma perspectiva crítica em relação à matriz heteronormativa, bem como às relações de poder que se estabelecem por meio dela. A Teoria *Queer* está preocupada em lançar um olhar crítico sobre as abordagens heterossexistas acerca da sexualidade.

A teoria queer, partindo das indagações de Foucault e de Butler, representa um acervo importante de novas “perguntas-respostas”, pois não é prescritiva, questionando principalmente as condições de possibilidade do conhecimento [...]. Contra as abordagens da sexualidade marcadas pelo sistema heteronormativo de correspondência entre sexo-gênero, a teoria queer traz à tona a discussão não somente sobre a constituição dos sujeitos da sexualidade, como também sobre os próprios limites daquele modelo de construção de conhecimento e o quanto cada sujeito ou grupo suporta (des)conhecer. Neste sentido, a teoria queer demonstra que o sexo, o corpo e o próprio gênero são construções culturais, linguísticas e institucionais geradas no interior das relações de saber-poder-prazer, determinadas pelos limites do pensamento moderno (CÉSAR, 2009, p. 48).

A Teoria *Queer* se concentra em interrogar a matriz heteronormativa, questionando o sistema de poder por meio dela constituído. Dessa forma, as políticas de inclusão social, a partir dessa perspectiva crítica, podem ser colocadas sob suspeita. Essa suspeição vem do fato dos processos de inclusão não se distanciarem da lógica da heteronormatividade e, por isso, raramente questionarem a norma heterossexual e a abjeção produzida. Assim, os processos de inclusão mantêm a naturalização da diferença por meio de operações de aceitação e tolerância em relação ao outro.

¹⁹ “Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais. Um insulto que tem, para usar o argumento de Judith Butler, a força de uma invocação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homófobos, ao longo do tempo, e que, por isso, adquire força, conferindo um lugar discriminado e abjeto àqueles a quem é dirigido. Este termo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, queer significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora” (LOURO, 2001, p. 546).

A teoria queer recusa a incorporação da alteridade no modelo hegemônico da norma sexual e social, argumentando que esta seria uma ação originária das “políticas de tolerância” que assumem a existência do binômio normal/anormal e, portanto, tendem a pacificar e normatizar, na medida do possível, a alteridade. Ao contrário disso, a teoria queer questiona as condições de possibilidade do conhecimento que produz a norma sexual e social (CÉSAR, 2009, p. 49).

Essa teorização busca escapar dos dispositivos de captura do modelo hegemônico. Ao mesmo tempo, estabelece a crítica e fixa a heteronormatividade como um elemento central na geração de diferenças e desigualdades em nossa sociedade.

2.3 PARADOXOS DA INCLUSÃO

É possível afirmar que a captura das políticas de inclusão faz parte do conjunto de práticas da governamentalidade biopolítica neoliberal, havendo conexões entre as políticas e o contexto político/econômico. Como vimos, o contexto identitário que permeia a geração de políticas públicas inclusivas voltadas à população cis-hetero-divergente, é responsável pela manutenção de um modelo heteronormativo e pela criação de novas zonas de exclusão. Partindo dessa premissa, cabe-nos primeiramente estabelecer um olhar crítico em relação ao atual quadro das políticas públicas para inclusão. Nesse sentido, Alfredo Veiga-Neto e Maura Corcini Lopes (2002, p. 122) definem que

fazer uma crítica à inclusão — visando olhar outras coisas que ainda não olhamos e pensar coisas que ainda não pensamos sobre as práticas que a determinam e as políticas que a promovem — implica, entre outras coisas, ir contra a corrente dominante. Isso nada tem a ver com ser “contra a inclusão”; tem a ver, sim, com a prática da suspeita radical frente às verdades estabelecidas e tidas tranquilamente como “verdades verdadeiras”. Desde o célebre curso Os anormais, que Foucault ministrou no Collège de France no inverno de 1975, é possível compreendermos que a inclusão não é “boa” por si mesma; além disso, ela não é, necessariamente, o outro da exclusão. Do mesmo modo, pode-se compreender que muito frequentemente inclui-se para excluir, isto é, faz-se uma inclusão excludente.

Embora sob a perspectiva neoliberal a inclusão possa ser pensada como uma demanda mercadológica, ela opera sob a lógica do gerenciamento de crise, na medida em que incluem parcialmente a população cis-hetero-divergente. Isso

pode ser verificado nas lutas pelo uso de nome social e proteção dessas pessoas na escola e em outros espaços da vida social. Assim, as políticas inclusivas acabam negando a dimensão histórica das lutas sociais e escamoteando os problemas enfrentados pelas populações marginalizadas. A prática de reduzir questões estruturais à chave da inclusão se converte em uma estratégia de governo, como aponta Maura Corcini Lopes (2009a, p. 158),

atribuir à exclusão os múltiplos sentidos ligados à privação da população de direitos conquistados enfraquece a questão e a obscurece politicamente. Lógicas distintas estão em circulação, e usamos para nomeá-las uma mesma expressão — exclusão. Castel (2007) afirma que uma lógica, a da exclusão, acontece por discriminações oficiais e que a outra, a de marginalização, de precariedade, de expurgação, etc., acontece em processos de desestabilização por marginalização, por degradação das condições de trabalho e de sociabilidade.

Nesse sentido, como aponta Lopes (2009a, p. 158), “as políticas de assistência que proliferam no Brasil contribuem para que situações de marginalização e de degradação das condições básicas de vida não se transformem em exclusão social”. Ou seja, busca-se por meio da aplicação de políticas públicas conduzir as populações marginalizadas da exclusão social para uma outra região, na qual é possível exercer controle biopolítico. Esse deslocamento, no entanto, não provoca necessariamente o fim da exclusão, em alguns casos apenas move as populações para uma região onde provoquem o menor impacto político-econômico possível, uma região de controle.

A crítica à inclusão não implica em invalidar os esforços no atendimento às pessoas excluídas. Antes, significa problematizar estas ações no sentido de ampliar seu escopo por meio de uma inversão discursiva, um olhar que evidencia as zonas de privilégio ao invés de camuflá-las em meio às políticas de combate à exclusão. Em termos foucaultianos, a crítica se configura em tornar difíceis os gestos fáceis, ou seja, não aceitar um dado contexto como ‘verdade absoluta’, mas buscar em sua genealogia as relações de poder que a sustentam. Se as políticas públicas são criadas para garantir direitos a uma parcela da população, que denominamos como incluídos, cabe então definir quem são os excluídos, isto é, compreender a dicotomia entre inclusão e exclusão. Assim, as consequências da ausência do poder do Estado na vida destes indivíduos, os excluídos, pode ser lida nos relatórios sobre evasão escolar, violência e

mortalidade da população cis-hetero-divergente. Paradoxalmente, apesar dos esforços de inclusão promovidos pelo Estado, e pelas entidades de defesa dos direitos humanos, na década passada, essa população ainda se encontra em posição de exclusão. Veiga-Neto e Lopes (2002, p. 122) problematizam o uso dos dois conceitos:

diante do quadro político que determina parte das condições de possibilidade para a emergência e a potência das práticas de inclusão em nosso país, torna-se urgente questionar os usos da palavra inclusão para se referir a um número cada vez maior e mais diverso de indivíduos a incluir ou já incluídos. Torna-se urgente, também, questionar os usos alargados da palavra exclusão, quando ela é entendida como “o outro da inclusão”. Nesse caso, excluídos refere-se àqueles que, de alguma maneira, são discriminados pelo Estado e/ou pela sociedade.

Partindo destes questionamentos, podemos pensar os processos inclusivos como parte essencial de uma governamentalidade biopolítica neoliberal. Ao entendermos a inclusão enquanto um instrumento de subjetivação dos indivíduos, veremos que as políticas sociais, culturais, educacionais, de saúde e segurança, dentre outras, buscam disciplinar, acompanhar e regulamentar suas vidas. Isso implica em atribuir à inclusão um caráter político fundamental para a existência do próprio indivíduo, uma vez que é por meio dela que lhe será garantido o direito de se auto-representar, participar do espaço público e ser objeto da formulação de políticas públicas pelo Estado.

O problema está na abordagem que vem sendo feita em relação àqueles denominados excluídos. Uma vez que estes indivíduos são o “outro da inclusão”, todos são localizados em uma categoria generalizada ou alargada de excluídos, na qual as demandas específicas são muitas vezes ignoradas. Veiga-Neto e Lopes (2002, p. 126) defendem que a educação se tornou um imperativo quando se trata de políticas públicas de inclusão, pois

a naturalização dos processos sociais funciona como uma espessa camada de concreto que sepulta, sob si, o caráter inventado de tais processos. Esquecendo-se de que foram inventados, de que dependeram de determinadas contingências históricas localizadas e datadas, esses processos sociais passam a ser considerados como necessários, imutáveis e, assim, imunes à crítica. Esse é o caso da inclusão escolar. Nos últimos anos, ela tornou-se um imperativo que praticamente ninguém se arrisca a contestar. Seja porque se vive em realidades cujas fronteiras se apresentam cada vez mais tênues, seja porque a inclusão é colada às noções de democracia, cidadania e

direitos humanos, o fato é que qualquer problematização que se pense fazer sobre as políticas e as práticas inclusivas logo é vista como uma posição autoritária, conservadora, reacionária.

Como resultado desse imperativo, o processo de formulação de políticas públicas inclusivas tende a ser também generalizado, muitas vezes atropelando as demandas dos movimentos sociais ou simplesmente ignorando os indivíduos invisibilizados pela própria falta de peso político-econômico-social. Em outras palavras, o Estado neoliberal acaba atendendo às demandas daqueles que possuem algum poder de influência ou que oferecem algum risco ao modelo econômico. Nessa perspectiva todos os demais continuarão excluídos. Lopes e Veiga-Neto (2002, p. 131) usam o termo in/exclusão para definir esse processo:

In/exclusão foi a expressão criada para marcar as peculiaridades de nosso tempo, ou seja, para “atender à provisoriedade determinada pelas relações pautadas pelo mercado e por um Estado neoliberal desde a perspectiva do mercado”. Dessa forma marcadamente relacional, a in/exclusão se caracteriza pela presença de todos nos mesmos espaços físicos e pelo convencimento dos indivíduos de suas incapacidades e/ou capacidades limitadas de entendimento, participação e promoção social, educacional e laboral.

Dessa forma, a população cis-hetero-divergente está exposta a uma dupla exclusão. Por um lado, temos os processos identitários que garantem a hegemonia do padrão heterossexual e impõem uma heteronormatividade, rotulando essa população como “anormal” e promovendo a exclusão. Por outro lado, temos a generalização das pautas, que acabam dissolvidas nos programas de combate à discriminação de qualquer natureza, e a própria inviabilização destas populações.

A heteronormatividade estabelece as fundações a partir das quais se desenvolvem discursos, práticas e políticas que promovem a desigualdade e a exclusão. Percebemos que as políticas inclusivas demandam ações coordenadas em várias esferas da vida social, econômica e política para que sejam de fato efetivas.

Pensar a inclusão não a partir de identidades delimitadas, mas a partir dos privilégios das identidades hegemônicas pode ser uma abordagem

produtiva. Além de nos permitir escapar um pouco dos mecanismos de captura, remete-se ao problema da exclusão e da violência ao próprio modelo heteronormativo.

Nesse sentido, ações que envolvam a educação precisam não apenas para questionar a arbitrariedade da norma heterossexual, mas viabilizar à população cis-hetero-divergente outras formas de viver e de expressar sua sexualidade no espaço social.

3 EDUCAÇÃO EM DISPUTA

Esse capítulo busca analisar a centralidade da educação em uma disputa que envolve uma agenda econômica e redes de poder formadas pelos movimentos sociais e por grupos conservadores/fundamentalistas. O pano de fundo é o processo de elaboração e tramitação do Projeto de Lei n. 8035/2010, que instituiu o Plano Nacional de Educação a partir da aprovação da Lei n. 13.005/2014. A análise parte das discussões em torno do relatório final da Conferência Nacional de Educação de 2010 (CONAE) (BRASIL, 2010b) e segue até a sanção do Plano Nacional de Educação de 2014 (PNE) (BRASIL, 2014).

São articuladas reflexões dos campos dos Estudos de Gênero e Políticas Públicas em educação, compondo uma grade teórica que permite capturar a influência destes movimentos sobre a educação no Brasil. Por meio de análise documental, é traçado o percurso de um discurso de bloqueio às demandas da população cis-hetero-divergente. Percurso esse que se estende pelos campos político, jurídico e econômico e que se sedimenta nas políticas públicas para a educação, perpetuando a violência e a exclusão sofridas por essa população e impactando a sociedade, o mercado e a democracia.

3.1 AGENDA ECONÔMICA, BIOPOLÍTICA E EDUCAÇÃO

Vimos que no neoliberalismo a conduta econômica dos indivíduos é um tema central para a economia política, que os encara como capital humano, capaz de produzir e consumir. Foucault (2004) chamou esse novo sujeito de *homo oeconomicus*, conforme apresentado no capítulo anterior. O autor aponta ainda para um novo regime, uma biopolítica neoliberal que se caracteriza pela preponderância da economia sobre um modo de governo.

Uma nova forma de normalização provoca profundas transformações no comportamento dos indivíduos, que passam a agir de acordo com determinados padrões econômicos. Ressalta-se que essas mudanças não são provocadas exclusivamente pela ação Estado, mas sobretudo pelo mercado, criando uma rede de subjetivação que termina por envolver os indivíduos em um **jogo de mercado**. Segundo Foucault (2004), o objetivo principal da biopolítica neoliberal

seria promover o maior número possível de formas de empresa, estabelecendo-se, dessa forma, uma rede que permitirá o livre fluxo de capital e a concorrência.

Partindo desse pressuposto, é possível conectar as demandas do Estado e do mercado aos processos educacionais, uma vez que estes serão essenciais à subjetivação dos indivíduos, tanto para o controle dos corpos, quanto para a sua inserção no jogo de mercado. Assim, ao analisarmos o comportamento desse novo sujeito econômico, percebemos claramente essa correlação, segundo César (2010, p. 232),

se refletirmos a partir da discussão foucaultiana da noção neoliberal de “capital humano”, compreenderemos que o novo sujeito econômico ativo deverá produzir-se a si mesmo por meio das novas tecnologias informacionais, nutricionais, educativas e físicas, as quais deverão ampliar suas capacidades corporais e cognitivas no sentido de torná-lo um “empreendedor de si mesmo”.

Na década de 2000, os governos Dilma e Lula não representaram uma ruptura em relação a este modelo, antes, retomaram algumas das práticas neoliberais de uma agenda político-econômica global. Como aponta Claudia Moreira (2021, p. 5), embora uma parcela historicamente excluída tenha sido incluída na pauta das políticas públicas, isso se deu por meio do consumo:

[...] a teoria do capital humano, amalgamada à retórica e às reformas impostas pelo ideário da nova gestão pública, orientou as políticas educacionais entre a década de 1990 e 2016 e, salvo melhor juízo, mesmo as iniciativas que tensionaram no reconhecimento do direito à Educação, sucumbiram à essa lógica. Não se trata, portanto, de uma ambiguidade, mas de uma captura. Cabe lembrar que uma das principais críticas dirigidas pelo campo progressista aos governos do Partido dos Trabalhadores foi a de que o reconhecimento e a inclusão de amplos setores, antes marginalizados na sociedade, se deu pelo consumo, o que, grosso modo, inclui também as políticas educacionais. A acolhida pelas escolas e, sobretudo, a democratização do acesso às instituições de educação superior, aconteceram com o aceno de que o futuro guardava a possibilidade de mobilidade social, de sucesso individual, secundarizando (e mesmo inviabilizando) o compromisso da educação com uma formação republicana, com compromisso com a vida compartilhada em sociedade.

Roger Dale (2004, p. 436) nos ajuda a conectar as economias local e global à educação por meio de uma abordagem que chamou de Agenda Globalmente Estruturada para a Educação, ou simplesmente AGEE que, segundo o autor, define a globalização como

[...] um conjunto de dispositivos político-econômicos para a organização da economia global, conduzido pela necessidade de manter o sistema capitalista, mais do que qualquer outro conjunto de valores. A adesão aos seus princípios é veiculada através da pressão econômica e da percepção do interesse nacional próprio [...]. Na abordagem AGEE, a globalização é vista como sendo construída através de três conjuntos de atividades relacionadas entre si, econômicas, políticas e culturais.

Nessa abordagem, ele estabelece relações entre os movimentos da economia mundial e a agenda do Estado e seus componentes, inclusive a educação. Aborda ainda as alterações das políticas e práticas educacionais de determinados países, principalmente dos blocos da Ásia, América do Norte e Europa. Segundo o autor, a globalização se desenvolve de forma extra ou supranacional, como resultado da necessidade de perpetuação do sistema capitalista. Segundo Dale (2004, p. 425) “[...] a globalização, na medida em que pode afetar as políticas e as práticas educativas nacionais, implica a apreciação da natureza e da força do efeito extranacional”.

Para o autor, o motor da globalização não é estritamente econômico, no entanto, “[...] a abordagem AGEE vê o capitalismo como a principal força causal, conduzida pela procura do lucro” (DALE, 2004, p. 438). De acordo com essa abordagem, a globalização se caracteriza por um conjunto permeável de dispositivos político-econômicos voltados à organização da economia global e capazes de prosperar em diferentes culturas:

[...] a abordagem AGEE não pretende que a mudança seja conduzida apenas por fatores materiais. É possível aceitar que as ideias e as crenças mudam numa base sobre a qual o capitalismo é capaz de prosperar nas mais diferenciadas culturas normativas. Faz isso sob formas muito diferentes de estado e de governo, sob muitos e diferentes regimes religiosos, sob formas de família muito diferentes (DALE, 2004, p. 438).

Uma das diferenças da abordagem de Dale (2004) em relação à abordagem do capital humano da Escola de Chicago reside exatamente nessa permeabilidade dos dispositivos. Traduzida para as políticas públicas, essa permeabilidade permite a existência de paradoxos nas pautas de inclusão, em troca da garantia da manutenção dos mercados locais. Ou seja, nem todas as populações serão incluídas no jogo de mercado, algumas serão excluídas e

outras incluídas apenas parcialmente. Esse processo é orientado por normatividades vigentes, sendo a heteronormatividade um dos exemplos de maior impacto, uma vez que expulsa a população cis-hetero-divergente de espaços sociais como a escola. Esse deslocamento teórico permite observar de forma mais evidente como a organização social passou a ser pautada por fatores econômicos.

Nesse quadro, é possível prever que exista uma certa correlação entre os processos de formulação de políticas públicas de inclusão e o risco de impacto econômico associado à exclusão de determinadas populações. Essa correlação não é uniforme, mas orientada pela maximização do lucro e dos mercados. O argumento economicista para a inclusão está presente nas ações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Banco Mundial (BM), além de várias outras instituições econômicas e de direitos humanos. Em última instância, tais políticas públicas geram gradientes de inclusão, ou seja, implementam a inclusão mínima necessária para que os riscos sejam devidamente controlados, tese desenvolvida por Maura Corcini Lopes e Cláudia Dal'Igna (2007).

Assim, tanto a abordagem da AGEE de Roger Dale, quanto o modelo de governamentalidade biopolítica de Michel Foucault, entendem que o capitalismo possui mecanismos para exercer pressão e controle sobre as populações. O paradigma da inclusão emerge como consequência da necessidade de inserir os indivíduos no jogo do mercado, efetivando seu papel de capital humano/*homo oeconomicus*.

Ao entender essa participação no jogo de mercado como componente essencial da governamentalidade biopolítica, faz sentido pensar que as políticas públicas voltadas à inclusão são parte de uma ação coordenada de gerenciamento das populações. Assim, as sexualidades periféricas são também chamadas para o jogo de mercado por meio dos processos de inclusão, agora, das diversidades de gênero, de orientação sexual, de raça-etnia, de cultura, de geração e de classe, de deficiências, sendo-lhes 'oferecida' a possibilidade de se (re)produzirem enquanto capital humano.

Dessa forma, as diversidades poderão se integrar e, sobretudo, desejar se integrar ao mercado de consumo e produção. Isso demonstra uma transição nos discursos. Se antes os sujeitos das margens eram denominados de

minorias, agora são denominados como diversidade. Busca-se, dessa forma, valorizar a diversificação e estratificação do consumo, integrando as antigas minorias ao jogo de produção e consumo do mercado neoliberal (CÉSAR; DUARTE; SIERRA, 2013).

Porém, apesar de todo esse discurso inclusivo, a escola ainda se configura como principal representante de todo um conjunto de instituições que reproduzem a norma heterossexual. Ela se apresenta como um espaço da norma heterossexual, no qual não há lugar para alunos e alunas gays, lésbicas e transexuais ou que apresentem qualquer expressão de sexualidade divergente.

No ambiente escolar a heteronormatividade torna-se legitimada, pois é compreendida como o padrão ao qual o restante se compara, que se mantém e que se propaga pela instituição, reafirmando sua compulsoriedade em cada nova norma que se estabelece, impedindo o avanço das políticas públicas e transformando a escola em um lugar hostil à população cis-hetero-divergente. Assim, a heteronormatividade representa um mecanismo de exercício de poder, na medida em que as operações de normalização definem as identidades. Isso implica em fazer não apenas com que as identidades cisgêneras e heterossexuais sejam vistas como referência, mas também em naturalizar essas identidades ao ponto de transformá-las em verdades inquestionáveis (BUTLER, 1999).

À luz dessas questões, embora se reconheça que sob a perspectiva neoliberal a inclusão seja um imperativo, ela opera sob a lógica do gerenciamento de crise, como apontou Lopes (2009a), evidenciando a forma pela qual as políticas inclusivas negam a dimensão histórica das lutas sociais e escamoteiam os reais problemas enfrentados pelas populações marginalizadas.

3.2 REDES DE PODER, AGENDA GOVERNAMENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Quando se trata de políticas públicas, como aquelas que regulamentam a educação no Brasil, destaca-se que o texto da lei está intimamente ligado à configuração da rede política que lhe deu origem. Mapear tais redes pode ser um exercício complexo, mas podemos ao menos observar sua movimentação

por meio da materialidade de sua produção textual. Assim, embora nem sempre seja possível compreender como se configuraram os jogos de poder dentro de uma determinada rede política, podemos acompanhar seus efeitos por meio de seu vetor resultante de poder.

Assim, se tomarmos uma política pública e analisarmos sua formação, por meio dos documentos que lhe deram origem, poderemos ver a ação de uma rede política. Esse acompanhamento das redes políticas e dos jogos de força envolvendo estes atores exige um trabalho maior, fora do escopo deste trabalho, mas já desenvolvido em texto anterior (MOREIRA, 2016) para o Plano Nacional de Educação de 2014 (PNE, 2014).

Nessa perspectiva, o que se observa é que os grupos cis-hetero-divergentes possuem um certo grau de articulação que confere visibilidade a essa população. No entanto, a existência de uma produção textual não significa que as políticas públicas correspondentes sejam realmente implementadas. Ou seja, apesar da ação de determinados atores conduzir à geração de algumas políticas voltadas à inclusão da população cis-hetero-divergente, isso não quer dizer que haverá o atendimento pleno das demandas associadas a essas políticas.

Porém, estes grupos não são simplesmente descartados, pois possuem um determinado valor sob a ótica econômica, significando que poderão, em alguma medida e certo grau, participar do jogo do mercado. Como consequência disso, os programas e planos de governo destinados à inclusão da população cis-hetero-divergente serão mais eficientes à medida em que sua produção textual for mais abrangente; com alcance para atuar nas instâncias social, cultural e econômica da vida pública. Embora, sob a ótica neoliberal da inclusão, esse movimento pareça lógico, veremos que não é o que se observa nos processos de elaboração e tramitação e nem no texto final do PNE 2014 (BRASIL, 2014), no que se refere às demandas da população cis-hetero-divergente.

Na governamentalidade biopolítica as políticas públicas inclusivas são pautadas pela tentativa de inserir todos no jogo de mercado e pela necessidade de gerenciar os riscos associados às populações marginalizadas, gerenciamento de crise. Estas demandas tornam-se globalizadas por meio dos diversos acordos econômicos e de direitos humanos firmados entre os países.

Dessa forma, direitos humanos e economia se comunicam e são integrados a uma pauta comum que envolve a educação, como visto na abordagem da AGEE (DALE, 2004). Assim, o reconhecimento da questão cis-hetero-divergente enquanto problema que demanda tratamento é fruto de uma conjuntura político-econômica que envolve a pressão dos movimentos sociais, a pressão econômica globalizada e as demandas de controle biopolítico do Estado.

3.3 CONAE 2010

De 28 de março a 1º de abril de 2010 foi realizada a Conferência Nacional da Educação – CONAE. Nesse evento participaram representantes da sociedade civil, agentes públicos, entidades de classe, profissionais da educação, estudantes, dentre outros. Segundo o documento final da CONAE: “foram credenciados/as 3.889 participantes, sendo 2.416 delegados/as e 1.473, entre observadores/as, palestrantes, imprensa, equipe de coordenação, apoio e cultura” (BRASIL, 2010b, p. 10). Esse evento forneceu as diretrizes nacionais que guiaram as discussões relativas ao Plano Nacional de Educação – PNE 2014. Segundo o documento final produzido pela Conferência:

A Conae constituiu-se, assim, num espaço democrático de construção de acordos entre atores sociais, que, expressando valores e posições diferenciadas sobre os aspectos culturais, políticos, econômicos, apontam renovadas perspectivas para a organização da educação nacional e para a formulação do Plano Nacional de Educação 2011-2020. Nessa direção, a Conae representou um exemplo do princípio constitucional do regime de colaboração e construiu um patamar histórico para a efetivação do Sistema Nacional de Educação no Brasil. Dar consequência ao clima de credibilidade, de entusiasmo e de compromisso com as mudanças na educação nacional, instaurado pela Conferência, mediante o assumir de medidas concretas, a curto e médio prazo, constitui um desafio a ser enfrentado pelo Estado e a sociedade. O Documento Final da Conae expressa, portanto, o processo democrático de sua construção e a significativa participação de trabalhadores/as, mães/pais, estudantes, dirigentes, demais atores sociais e todas e todos que se preocupam com a educação, seja por meio das entidades da sociedade civil organizada ou pelo compromisso pessoal, refletindo, discutindo e propondo caminhos para a educação brasileira (BRASIL, 2010b, p. 9).

A CONAE foi precedida por conferências municipais, intermunicipais e estaduais que envolveram diversos setores da sociedade. Uma das principais pautas discutidas tratou da criação de um Sistema Nacional Articulado de Educação, com o objetivo de melhorar qualidade da educação brasileira, tendo

o PNE como base de sua construção. Observa-se que a CONAE estava alinhada à uma agenda global de direitos humanos, uma vez que a Conferência buscou consolidar o resultado das lutas de diversos movimentos sociais no sentido de garantir à educação o status de direito social universal, conforme descrito em seu documento final:

O presente documento é, pois, resultado das deliberações, majoritárias ou consensuadas, nas plenárias de eixo e que foram aprovadas na plenária final. Ele traz, assim, uma contribuição inestimável para o futuro da educação brasileira, pois concretiza o resultado de lutas históricas e de embates e debates democráticos, construídos pela sociedade civil organizada, pelos movimentos sociais e pelo governo na direção da garantia da educação como bem público e direito social. Espera-se que sua ampla divulgação, disseminação e debate possam servir de referencial e subsídio efetivo para a construção do novo Plano Nacional de Educação (2011-2020) e para o estabelecimento, consolidação e avanço das políticas de educação e gestão que dele resultarem em políticas de Estado (BRASIL, 2010b, p. 11).

O documento expressa também o anseio do governo federal em efetivar a inserção do Brasil no cenário mundial, tarefa que traz como pré-requisitos a observância dos acordos internacionais de direitos humanos e de um currículo educacional básico que permita a comunicação entre os mercados. Essa demanda indica que há uma certa influência da agenda global sobre a educação brasileira. Ao mesmo tempo, a CONAE demonstra ainda a continuidade de um programa educacional em desenvolvimento desde a década de 1990. Ou seja, percebe-se a manutenção de ideias neoliberais adotadas desde o período FHC, que pregam uma educação de qualidade como chave para o desenvolvimento:

[...] este Documento Final, resultado da Conae, contribuirá para a construção de políticas de Estado para a educação nacional, em que, de maneira articulada, níveis (educação básica e superior), etapas e modalidades, em sintonia com os marcos legais e ordenamentos jurídicos (Constituição Federal de 1988, PNE/2001, LDB/1996, dentre outros), expressem a efetivação do direito social à educação, com qualidade para todos. Tal perspectiva implica, ainda, a garantia de interfaces das políticas educacionais com outras políticas sociais, num momento em que o Brasil avança na promoção do desenvolvimento com inclusão social e efetiva sua inserção soberana no cenário mundial (BRASIL, 2010b, p. 12).

O documento final da CONAE traz ainda cinco desafios que devem ser enfrentados pela sociedade brasileira e pelo Estado. São desafios que compõem uma agenda que busca assegurar uma determinada função social à educação e

às instituições educativas. Assuntos como educação inclusiva, diversidade cultural, gestão democrática e desenvolvimento social são articulados no sentido de criar um Sistema Nacional de Educação (SNE). Por meio desse sistema, o Estado busca estabelecer um melhor controle da implementação das políticas públicas para educação em todo país, inclusive abrindo espaço para a participação social neste controle. A influência da agenda econômica global, por meio da busca pela qualidade e universalização do ensino, e o compromisso com uma agenda internacional de direitos humanos são reafirmados.

A CONAE expressa na necessidade da implementação um projeto de Estado, sociedade e democracia, com base em uma educação de qualidade. Os processos educacionais sendo pautados pelas demandas da sociedade com a inclusão dos indivíduos nas esferas social e econômica. Isso significa não apenas garantir o direito à cidadania, mas assegurar condições dignas de vida por meio da capacitação para o trabalho e garantia de renda. O *homo oeconomicus* (FOUCAULT, 2004) emerge neste momento, expresso no documento pela necessidade de subjetivação e inserção os indivíduos no jogo de mercado, assim como a necessidade de controle social e dos riscos associados à exclusão emergem do anseio de universalizar e democratizar a educação. Essa análise pode ser estendida para os seis eixos temáticos que compõem o documento, a saber:

- I - Papel do Estado na Garantia do Direito à Educação de Qualidade: Organização e Regulação da Educação Nacional;
- II - Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação;
- III - Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escolar;
- IV - Formação e Valorização dos Trabalhadores em Educação;
- V - Financiamento da Educação e Controle Social;
- VI - Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade (BRASIL, 2010b, p. 14).

Como a CONAE forneceu as diretrizes para as discussões que deram origem ao PNE, nos interessa aqui analisar a abordagem feita em relação aos termos gênero e diversidade sexual feitas no documento final. Tomaremos estes dois termos como referência para as futuras análises, inclusive no terceiro capítulo desse trabalho, onde será abordado o PNE 2014.

No Eixo I, Papel do Estado na Garantia do Direito à Educação de Qualidade, do documento final da CONAE é salientado o papel do Estado na

garantia do direito à educação, observa-se um certo reconhecimento das desigualdades que estão presentes na escola, atribuindo ao debate público entre Estado, instituições de educação e movimentos sociais a tarefa de articular o SNE no sentido de superá-las.

A consolidação de um sistema nacional de educação que articule a educação nacional não pode ser realizada sem considerar a urgente necessidade de superação das desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e relativas à diversidade sexual ainda presentes na sociedade e na escola brasileira. Por isso, sua realização - assim como o cumprimento das normas constitucionais que orientam essa tarefa - só será possível por meio do debate público e da articulação entre Estado, instituições de educação básica e superior e movimentos sociais, em prol de uma sociedade democrática, direcionada à participação e à construção de uma cultura de paz, sobretudo por meio do Fórum Nacional de Educação, do Conselho Nacional de Educação e dos conselhos estaduais e municipais de educação. Assim, os esforços prioritários do Sistema Nacional de Educação para a educação básica devem se voltar para as regiões com baixo IDH, entre outros indicadores, no sentido de serem cumpridas as metas do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2010b, p. 30).

Embora os termos gênero e diversidade sexual estejam presentes neste Eixo, eles trazem consigo uma carga identitária, isto é, a ideia de gênero completamente definida pelo binarismo naturalizado entre homem e mulher, assim como também uma percepção da diversidade sexual como um conjunto de identidades fixas e monolíticas. Isso ocorre porque o texto do documento é influenciado pelas lutas históricas da população cis-hetero-divergente, em especial do movimento LGBTI+, que faz uso de identidades como instrumento jurídico para a conquista de direitos. (CÉSAR; DUARTE; SIERRA, 2013). Dessa forma, nem o movimento LGBTI+ e nem a CONAE conseguem romper com o binarismo de gênero e com o padrão heteronormativo descrito por Butler (1990), que se faz presente em todo o ciclo de produção da política pública.

O Eixo II, Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação, trata da qualidade e da democratização da gestão da educação, por meio da implementação de políticas públicas subjacentes, que serão desenvolvidas por meio de programas e ações articuladas com a comunidade. Ressalta-se nele a participação social na construção de um projeto político-pedagógico participativo.

A gestão democrática como princípio da educação nacional, sintoniza-se com a luta pela qualidade da educação e as diversas formas e

mecanismos de participação encontradas pelas comunidades local e escolar na elaboração de planos de desenvolvimento educacional e projetos político-pedagógicos, ao mesmo tempo em que objetiva contribuir para a formação de cidadãos/ãs críticos/as e compromissados/as com a transformação social. Nesse sentido, deve contribuir para a consolidação de política direcionada a um projeto político-pedagógico (PDI), que tenha como fundamento: a autonomia, a qualidade social, a gestão democrática e participativa e a diversidade cultural, étnico-racial, de gênero, do campo. [...] Para tanto, a instituição educacional precisa ter uma relação permanente com a comunidade, construindo coletiva e participativamente o projeto político pedagógico (PPP) ou PDI, observando o seu entrelaçamento com outros espaços e setores da sociedade, especialmente com os movimentos sociais (negros/as, quilombolas, índios, mulheres, do campo, e LGBTQT), dialogando com a realidade de cada segmento, incluindo-os/as no processo de democratização da produção do conhecimento (BRASIL, 2010b, p. 57).

A chamada gestão democrática, mais especificamente a participação do movimento LGBTQT²⁰ na construção desse projeto, tem duas implicações diretas; a primeira é a captura do próprio movimento pelas políticas governamentais de controle, a segunda é a manutenção do modelo heteronormativo nas políticas públicas para educação, uma vez que as demandas da população cis-hetero-divergente são tratadas como um capítulo à parte, sob a égide da inclusão.

O Eixo III, Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escolar, é o mais representativo em termos de inserção no jogo de mercado (LOPES, 2009b), nele se expressa o desejo do Estado em inserir e fazer com que os indivíduos desejem estar inseridos no jogo. Busca-se conectar o cidadão aos modelos social, cultural e historicamente estabelecidos para que, a partir deles, ele possa ser emancipado. Emancipar neste contexto significa tornar o indivíduo apto para o mercado, gerando renda e consumindo. Ao Estado cabe então a garantia de sua formação e de sua inserção cidadã e profissional **ao longo da vida**. Ou seja, a educação aqui novamente representa um mecanismo de controle biopolítico que busca a subjetivação dos indivíduos, estando alinhado à AGE.

A demanda social por educação pública implica, pois, produzir uma instituição educativa democrática e de qualidade social, devendo garantir o acesso ao conhecimento e ao patrimônio cultural historicamente produzido pela sociedade, por meio da construção de conhecimentos críticos e emancipadores a partir de contextos concretos. Para tanto, considerando sua história, suas condições

²⁰ Na época da criação do documento era comum o uso da sigla LGBTQT que significa lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis.

objetivas e sua especificidade, as instituições educativas e os sistemas de ensino devem colaborar intensamente na democratização do acesso e das condições de permanência adequadas aos/as estudantes no tocante à diversidade socioeconômica, étnico- racial, de gênero, cultural e de acessibilidade, de modo a efetivar o direito a uma aprendizagem significativa, garantindo maior inserção cidadã e profissional ao longo da vida (BRASIL, 2010b, p. 63).

O Eixo IV, Formação e Valorização dos Trabalhadores em Educação, traz algumas propostas para elaboração de programas de formação docente. Percebe-se nelas a intenção de sistematizar o atendimento multidisciplinar às populações historicamente excluídas, buscando criar um ambiente escolar menos hostil a estas populações. Estas propostas estão em consonância com o Eixo III e procuram aprimorar a formação dos professores em relação a gênero e diversidade sexual. Assim, pretende-se não apenas reduzir o índice de evasão escolar destes indivíduos, mas aumentar seu índice de sucesso escolar. Dessa forma, a preparação dos professores é essencial não apenas para o atendimento de uma agenda global de direitos humanos, mas também para que essa população seja contemplada com a possibilidade de inserir-se no mercado de trabalho, cabendo assim aos professores a tarefa de deslocar estes indivíduos para uma região de controle, reduzindo os riscos oferecidos ao sistema econômico.

O Eixo V, Financiamento da Educação e Controle Social, trata da questão do financiamento da educação e está em consonância com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que define a educação como um direito social, cuja responsabilidade de provimento é do Estado e da família. Destaca-se que o financiamento adequado é alicerce para a construção do Sistema Nacional de Educação (SNE) e para o atingimento das metas do PNE. Como consequência, o documento aponta para a necessidade de aumentar os recursos investidos pelo Estado para garantir acesso equitativo à educação básica, garantir a permanência e o sucesso escolar das crianças, além de aumentar o número de estudantes matriculados no Ensino Superior. Objetivos esses que são coerentes com uma política de controle de biopolítico e de preparação da população para o mercado.

O Eixo VI, Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade, aborda de forma detalhada as diretrizes que deveriam ser tomadas para a geração de políticas públicas em educação no sentido de promover justiça

social, educação e trabalho para a diversidade, buscando **inclusão** e igualdade. Esse eixo aborda os seguintes temas: relações étnico-raciais; educação quilombola; educação especial; educação do campo; educação indígena; educação ambiental; crianças, adolescentes e jovens em situação de risco; formação cidadã e profissional; educação de jovens e adultos; educação prisional; educação dos pescadores; educação religiosa; educação em direitos humanos; gênero e diversidade sexual.

Vimos que a heteronormatividade institucionalizada é responsável por sustentar e propagar práticas de exclusão, discriminação e violência contra a população cis-hetero-divergente. Já problematizamos também o uso de políticas de inclusão em um contexto identitário por meio do conceito de in/exclusão (LOPES, 2009a), cujo efeito é a produção de gradientes de inclusão, ou seja, a mínima inclusão necessária. O Eixo VI do documento da CONAE afirma esse caráter identitário ao eleger como principais atores os movimentos sociais que possuem tal orientação:

os movimentos sociais, sobretudo os de caráter **identitário**, são os principais atores políticos que problematizam essa situação. São os coletivos políticos, tais como os movimentos negro, feminista, de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transsexuais (sic) e transgêneros (LGBT), das pessoas com deficiência, ecológico, do campo, indígena, quilombola, dos povos da floresta, das comunidades tradicionais, dentre tantos que problematizam e denunciam o caráter de neutralidade ainda imperante nas políticas públicas. Eles cobram que as políticas se abram para o princípio da equidade, na garantia do acesso aos direitos universais aos homens e às mulheres, por meio de ações específicas e afirmativas voltadas aos grupos historicamente discriminados. Tratar desigualmente os desiguais requer o pleno reconhecimento do direito à diferença e ao posicionamento radical na luta pela superação das desigualdades socioeconômicas, regionais, de acesso à terra e moradia, possibilitando o usufruto dos direitos humanos (BRASIL, 2010b, p. 127).

Isso ocorre porque as políticas públicas são desenvolvidas para atuar sobre determinadas identidades, ou seja, para que uma determinada política pública possa ser aplicada, é necessário que haja a inteligibilidade jurídica do sujeito. Dessa forma, a crítica *Queer* se desenvolve em torno do **caráter de exceção** a partir do qual se desenvolve o discurso de inclusão nas políticas públicas, que toma sempre como referência a matriz heterossexual, como já discutido. Como efeito prático dessas políticas públicas inclusivas, vemos que a população cis-hetero-divergente não goza do mesmo *status* jurídico dado às

identidades heterossexuais/cisgêneras, uma vez que sua inclusão é produzida por meio da diferença (LOPES; DAL'IGNA, 2007).

Partindo da premissa do combate às desigualdades, o documento traz um conjunto de 25 estratégias direcionadas especificamente aos temas gênero e diversidade sexual. Nestas estratégias é possível observar os elementos discursivos aqui tratados, a ação da governamentalidade biopolítica neoliberal, o alinhamento às agendas globais para a educação e direitos humanos, os esforços de inclusão, a preparação para o jogo de mercado, a preservação da norma heterossexual e do binário de gênero e as contradições de uma abordagem identitária.

Como afirmado em trabalho anterior (MOREIRA, 2016), criticar o caráter identitário da ação política não implica na negação dos avanços alcançados pelos movimentos sociais nas discussões que originaram o documento final da CONAE. Trata-se apenas de um alerta em relação às limitações desse processo de geração de políticas públicas para a educação, provocadas em grande medida pela captura heteronormativa. A representação identitária dos sujeitos aos quais essas políticas são destinadas permite que o Estado perpetue o dispositivo da sexualidade para exercer o controle biopolítico. Dessa forma, restringe-se o acesso da população cis-hetero-divergente, limitando o alcance dos programas de inclusão àquelas identidades devidamente suportadas pela máquina jurídica e pelas políticas públicas, deixando pouco ou nenhum espaço para as pessoas que divergem da norma cis-heterossexual.

3.4 PNE 2014

Em 20 de dezembro de 2010 foi apresentado pelo Poder Executivo a Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n. 8035/2010 - “Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências”. O documento ressalta a relevância da CONAE para o seu processo de elaboração, definindo-a como um espaço importante para discussão e proposição de políticas.

Este processo alcançou seu ponto culminante na Conferência Nacional de Educação - CONAE, realizada no período de 28 de março a 1º de abril de 2010, a qual se estruturou a partir do tema central: “Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano

Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação”. A conferência - espaço privilegiado de discussão, avaliação e proposição de políticas – apresentou, em seu documento final, concepções e proposições voltadas a balizar o processo de construção do novo PNE (BRASIL, 2010a, p. 25).

Uma das questões que precisa ser desenvolvida é o aparente paradoxo existente entre o paradigma neoliberal da inclusão e a movimentação do Estado, por meio de grupos fundamentalistas/conservadores, no sentido de excluir essa população. Segundo Foucault (2004), a participação dos indivíduos no jogo de mercado é componente essencial de uma governamentalidade biopolítica neste sentido, as políticas públicas voltadas à inclusão podem ser interpretadas como parte de uma ação de gerenciamento econômico das populações. As sexualidades ditas periféricas seriam então chamadas a participar do jogo de mercado por meio de políticas de inclusão das diversidades de gênero, orientação sexual, raça-etnia, cultura, geração e de classe, de tal modo que poderiam empreender-se para transformar-se em capital humano.

Esta forma de gerenciar as populações torna-se globalizada à medida que acordos econômicos e de direitos humanos são firmados entre os países com o objetivo de criar um patamar comum de comunicação econômica obedecendo à lógica da AGEE. Desta forma, o reconhecimento das demandas da população cis-hetero-divergente enquanto um problema que precisa ser tratado deriva de uma conjuntura político-econômica na qual estão presentes a pressão dos movimentos sociais, a pressão econômica globalizada e as demandas do controle biopolítico do Estado.

Vimos que no modelo econômico neoliberal os indivíduos são mantidos em atividade, porém, em diferentes níveis de inclusão e participação. Sua participação é compulsória e necessária para a manutenção do mercado e do Estado. Além disso, o desejo pela permanência no jogo do mercado é fundamental para a saúde e longevidade da economia e do próprio neoliberalismo (LOPES, 2009a).. Estimular esse interesse faz parte da agenda global para educação e direitos humanos, uma vez que as políticas educacionais são influenciadas diretamente pela necessidade de comunicação econômica entre os mercados (DALE, 2004). Nesse sentido, a versão de 2012 do Projeto de Lei n. 8035/2010 (BRASIL, 2010a) busca integrar a população cis-hetero-divergente ao jogo de produção e consumo do mercado neoliberal.

Após a realização, em nível nacional e estadual, de uma palestra, dezesseis audiências públicas e três seminários para discussão do PL8035/2010 (BRASIL, 2010a), o deputado Angelo Vanhoni do PT-PR apresentou um relatório contendo a análise de 2906 emendas ao projeto. Esse relatório deu origem ao primeiro substitutivo do referido PL, o SBT1. Com a apresentação desse substitutivo, foi determinado um prazo de cinco sessões ordinárias para o envio de emendas para que a Comissão Especial pudesse emitir sua conclusão. As discussões sobre o plano se desenvolveram nos meses seguintes e, no dia 16 de outubro de 2012, foi publicada a redação final do projeto, o PL3085/2010-B, que foi encaminhado ao Senado para apreciação. Neste documento, a promoção da igualdade de gênero e orientação sexual estavam presentes no artigo 2º e na estratégia 12 da meta 3:

Art. 2º São diretrizes do PNE:

[...]

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, **de gênero e de orientação sexual**;

[...]

3.12) implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação racial, **por orientação sexual ou identidade de gênero**, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;

(BRASIL, 2012, grifo nosso).

O PL8035/2010-B iniciou sua tramitação no Senado em 25 de outubro de 2012, conforme informações disponíveis no Portal da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2010b). A função do Senado seria de revisar o documento, que foi renomeado para Projeto de Lei da Câmara (PLCD) nº 103/2012. Em 29 de outubro, o presidente do Senado, senador José Sarney (PMDB-AP), comunicou em plenário o recebimento do projeto e o encaminhou para as comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Educação, Cultura e Esportes (CECE).

No mês de dezembro de 2012, é apresentado o primeiro relatório ao PLC, nele duas emendas de senadores foram rejeitadas e outras 35 foram apresentadas pelo relator. Outras 42 emendas foram apresentadas ainda em dezembro por vários parlamentares. No primeiro relatório, torna-se **clara** o objetivo de ultrapassar o limite regimental de cada comissão pois

[...] as emendas apresentadas na CAE foram além dos aspectos econômico-financeiros do PNE. Na verdade, as alterações sugeridas contemplavam ajustes redacionais e mudanças substantivas na área da Educação Inclusiva, da Educação Profissional, da Educação Superior, da Formação Docente e da Gestão Democrática (AQUINO, 2015).

Entre julho e setembro de 2013, o projeto recebeu 45 emendas e um voto em separado do senador Randolfe Rodrigues do PSOL/AP. Em 25 de setembro, um texto substitutivo foi aprovado pela CCJ, que foi produzido em conjunto com o MEC a partir de um substitutivo da CAE, recebendo duras críticas de setores da comunidade educacional por se afastar das posições majoritárias da CONAE 2010 (AQUINO, 2015). Próximo ao fim de 2013, em aproximadamente um mês, realizaram-se sete audiências públicas e um texto substitutivo foi apresentado pelo relator em 18 de novembro.

O texto proposto tomava como base a versão enviada pela Câmara dos Deputados, porém com modificações que foram sugeridas durante as audiências públicas. Dentre as alterações, houve a substituição da diretriz de promoção da igualdade de gênero e não discriminação em função de orientação sexual. A nova redação previa a promoção da equidade, da justiça social e da não discriminação de modo mais genérico. Esse texto foi proposto pelo relator e foi apoiado por grupos religiosos de diferentes denominações, porém, muito criticado por defensores dos direitos humanos (AQUINO, 2015).

No dia 27 de novembro de 2013, a matéria foi votada em menos de 10 minutos, em uma sessão da qual parlamentares da base governista não participaram. Essa votação gerou críticas por parte dos movimentos sociais e da base governista, que alegaram tratar-se de uma manobra regimental “questionável”. Porém, a votação foi considerada válida e o projeto seguiu para sua última etapa de deliberação no plenário do Senado Federal, sendo aprovado em 17 de dezembro de 2013 e reencaminhado à Câmara dos Deputados.

No texto aprovado ficou percebe-se a movimentação de bastidores e força política de grupos conservadores e fundamentalistas religiosos (evangélicos e católicos) no sentido de preservar o texto original, omitindo as expressões “identidade de gênero” e “orientação sexual”. O *lobby* da chamada bancada evangélica da Câmara dos Deputados fez com que os senadores votassem pela

retirada dos termos identidade de gênero e orientação sexual do texto, alegando que sua manutenção implicaria na promoção da “ideologia de gênero”.

Esse movimento torna explícita a existência de um grupo de interesse fundamentalista e conservador. Como resultado desse processo de tramitação, os termos foram retirados do texto, dando lugar a uma redação mais genérica, de acordo com o Quadro 1.

QUADRO 1 - ALTERAÇÕES NO TEXTO DO PL8035/2010

PL8035/2010-B	PLCD nº 103/2012
Art. 2º, inciso III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual.	Art. 2º, inciso III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.
Meta 3: 3.12) implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação racial, por orientação sexual ou identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;	Meta 3: 3.13) implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação , criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;

FONTE: BRASIL (2012a); BRASIL (2012).

Embora o novo texto pareça ter uma maior abrangência, o efeito prático é prejudicial à população cis-hetero-divergente. A generalização dos termos acaba invisibilizando as identidades jurídicas que seriam alvos das políticas públicas, tornando mais difícil a tarefa de formular políticas públicas específicas para essa população. Em 19 de março de 2014 o relator, deputado Angelo Vanhoni do PT-PR, apresentou um relatório no qual faz uma análise das modificações efetuadas pelo Senado e tenta restaurar o texto do artigo 2º à sua versão anterior, conforme constava no PL8035/2010-B.

No entanto, após a apresentação do relatório, muitos deputados solicitaram vistas, sendo que o deputado Paulo Freire (sic) do PR-SP, pastor da Igreja Assembleia de Deus, marcou sua posição no dia 02 de abril de 2014 com um voto em separado. Nele qual fica evidente a postura ativa de combate à pauta da diversidade sexual, que foi assumida pelos deputados conservadores e fundamentalistas.

Quanto ao mérito um aspecto especial nos chama a atenção e causa profundo acatamento, qual seja, a agenda de gênero e a deliberada

promoção de aspectos ideológicos por meio dos preceitos estatais. O país tem vivido um constante ataque aos princípios norteadores da família, da liberdade de convicção e exercício de liberdades públicas, pois sob o pretexto de valorizar minorias sistemicamente marginalizadas, grupos articulados criam um verdadeiro açodamento na consciência civil, com discurso intransigente, linguagem chula e debates violentamente promovidos com vistas à suplantar quaisquer posições divergentes. A política de gênero sob o manto da diversidade e realização dos interesses da minoria propõe insistentemente uma verdadeira ditadura influenciativa, que quer impor seus valores a todo custo, em todos os extratos sociais, com especial modo de agir sobre a infância. [...] Nesse ponto cabe esclarecer que as citadas expressões de “gênero” ou “orientação sexual”, guardam uma ideologia que procura eliminar a ideia de que os seres humanos se dividem em dois sexos. Esta corrente ideológica busca afirmar que as diferenças entre homem e mulher, além das evidentes implicações anatômicas, não correspondem a uma natureza fixa, mas são produtos de uma cultura de um país ou de uma época, assim, as “feministas de gênero” insistem na necessidade de “desconstruir” a família, o matrimônio e a maternidade como algo natural, deste modo, fomentam um “estilo de vida” que incentiva a homossexualidade, o lesbianismo e todas as demais formas de sexualidade fora do matrimônio (BRASIL, 2014, s/p).

A norma heterossexual foi reiterada pela ação de grupos conservadores e fundamentalistas, dos quais esses deputados faziam parte. O impacto dessa ação reside na manutenção de um sistema de controle biopolítico baseado na heteronormatividade, garantindo a representação jurídica apenas dos indivíduos que se enquadram neste modelo; excluindo aqueles que estejam fora de uma matriz heterossexual, baseada no binário homem-mulher.

No dia 06 de maio de 2014, após sofrer enorme pressão por parte de deputados e dos grupos conservadores e fundamentalistas, o deputado Vanhoni apresentou um Parecer Reformulado. Nesse novo documento, o relator acatou as mudanças sugeridas e com isso o texto do artigo 2º - inciso III foi novamente generalizado, conforme redação apresentada no Quadro 1. Ao término dos trabalhos na Comissão Especial, o projeto de lei foi encaminhado para apreciação em plenário. Sua análise iniciou no dia 28 de maio, voltando à pauta em 03 de junho de 2014, em uma Reunião Extraordinária, na qual foi aprovado. O PL8035/2010 foi então enviado à Presidência da República, onde foi sancionado sem nenhum veto em 25 de junho como Lei nº 13.005/2014 ou PNE 2014 (MOREIRA, 2016).

Finalizado o processo, percebemos que apesar de haver uma confluência entre as demandas de uma população cis-hetero-divergente e as metas e estratégias propostas desde a CONAE 2010, a tramitação do PL 8035/2010 não fluiu na mesma direção. A simples presença dos termos “identidade de gênero” e “orientação sexual” como parte integrante de uma diretriz do PNE abriria novas possibilidades para a formulação de políticas públicas voltadas ao combate das desigualdades no espaço escolar, promovendo estratégias para melhor integração e redução da evasão dessa população. Por meio da revisão das práticas e políticas pedagógicas, formação de professores e adequação de materiais e espaços seria possível pensar em uma escola menos heteronormativa e mais receptiva à diversidade.

Como veremos no próximo capítulo, esse episódio é apenas um pequeno extrato de um movimento mais amplo que vem se desenvolvendo no Brasil desde a última década, que pode ser caracterizado como um pânico moral e que apresenta como característica o surgimento da “ideologia de gênero”, como apresentado anteriormente. Como resultado da propagação deste pânico, entidades, em especial o movimento Escola sem Partido e setores das igrejas evangélicas e católica, fizeram pressão para que os mesmos termos fossem suprimidos dos planos estaduais e municipais de educação.

Para isso, usou-se como justificativa a suposta necessidade de simetria entre os três planos, além de argumentos de ordem moral e religiosa que envolviam, dentre outras coisas, a defesa da família, da moral e das leis de Deus. As consequências deste movimento são mais profundas pois endossam as práticas de violência e exclusão praticadas contra a população cis-hetero-divergente no ambiente escolar.

4 PÂNICO E EMPREENDIMENTO MORAL

Este capítulo busca analisar os discursos religiosos fundamentalistas e conservadores que se desenvolvem em resposta às demandas das populações cis-hétero-divergentes no Brasil, em especial aqueles que se aglomeram em torno da chamada “ideologia de gênero”²¹. Este sintagma carrega consigo um enorme conjunto de enunciados, que variam de país a país, mas que possuem pontos em comum, como a suposta ameaça à família e à infância. O que existe de comum entre eles é a luta pela manutenção dos dispositivos de poder que se estabelecem em torno da normatização da sexualidade.

Para esta análise, tomam-se como foco as relações de poder estabelecidas a partir da heteronormatividade e da performatividade, conceitos desenvolvidos por Judith Butler (1999), que estão presentes nestes discursos e estabelecem processos de inclusão e exclusão. Estes processos são a base para um controle biopolítico que pode configurar desde uma “inclusão em gradientes” (LOPES; DAL’IGNA, 2007) até a total exclusão de um população.

No Brasil observa-se um empreendimento moral (Becker, 2008) que toma forma pelas mãos de grupos conservadores e fundamentalistas que se apoiam no pânico moral (HERDT, 2009) da “ideologia de gênero”, que se materializa em textos de documentos oficiais, redes sociais e mídia em geral. Um dispositivo de poder se configura a partir desse pânico que, apropriado por grupos conservadores e/ou fundamentalistas, causa interferências no plano das instituições, em especial sobre aquelas dedicadas à educação. Este dispositivo tem ainda sustentado a criação de vários projetos de lei que bloqueiam as demandas da população cis-hetero-divergente no Congresso Nacional.

4.1 PÂNICO MORAL

Michel Foucault (1988) demonstra como são definidas estratégias políticas para atuação sobre o corpo social. Ele nos mostra a forma pela qual a

²¹ Temos movimentos correlatos na França, Itália, Reino Unido, Alemanha, Estados Unidos e em vários outros países. Uma rápida pesquisa no buscador da Google é capaz de trazer muitas páginas com esse conteúdo, por exemplo:
<https://www.paris.catholique.fr/la-theorie-du-genre-en-10-29379.html>
<https://www.tempi.it/cinque-comandamenti-ideologia-gender>

disciplina sobre os corpos atuou paralelamente ao controle sobre as populações, fenômeno que chamou de biopoder. Como vimos no capítulo 3, durante as discussões acerca do PNE 2014, vivenciamos uma disputa por um modelo biopolítico no terreno da educação que resultou em prejuízos para a população cis-hetero-divergente.

Esse embate pode ser analisado a partir dos estudos de gênero, tomando a escola como uma instituição edificada sobre uma concepção de gênero “natural”. Para Judith Butler (1993), essa naturalização, reflexo da ideia de uma “sexualidade normal” que serve como parâmetro de regulação para muitas das instituições humanas. A autora aponta para a existência de uma heteronormatividade que atua em várias direções, presente nas instituições por meio da legislação, da organização dos espaços físicos e dos próprios papéis e comportamentos relacionados a cada gênero. A heteronormatividade caracteriza-se como um exercício de poder que normaliza e define as identidades hegemônicas. Aquelas definidas como cisgêneras e heterossexuais são naturalizadas e tornam-se a referência de normalidade sexual (BUTLER, 1999). Neste quadro a escola não é apenas mais um dos espaços regulados, mas uma das mais tradicionais instituições de reprodução desse modelo hegemônico de sexualidade, que se faz presente na organização dos espaços, práticas pedagógicas, conteúdos e na subjetivação dos indivíduos. Por consequência, ela promove a exclusão de todas aquelas identidades lidas como cis-hetero-divergentes.

Para nos ajudar a compreender a disputa biopolítica pelo espaço escolar, faremos uso dos estudos de Gilbert Herdt (2009), que aprimora o conceito de pânico moral a partir das ideias de outros autores, como Stanley Cohen²² e Gayle Rubin²³. Segundo Herdt (2009), os pânicos morais são processos de

²² Societies appear to be subject, every now and then, to periods of moral panic. A condition, episode, a person or group of persons emerges to become defined as a threat to societal values and interests; its nature is presented in a stylized and stereotypical fashion by the mass media; [...] Sometimes the object of the panic is quite novel and at other times it is something which has been in existence long enough, but suddenly appears in the limelight. Sometimes the panic passes over and is forgotten, except in folklore and collective memory; at other times it has more serious and long-lasting repercussions and might produce such changes as those in legal and social policy or even in the way the society conceives itself. (COHEN, 1972, p. 1).

²³ Os pânicos morais raramente aliviam um problema real já que eles focam em quimeras e significantes. Eles tomam a preexistente estrutura discursiva em que se inventam vítimas para

representação e demonização de bodes expiatórios (pessoas ou grupos) na cultura popular e na mídia, identificando-os como uma ameaça, ou como subalternos, minando sua sociabilidade e moral. No entanto, o que determina a existência do processo é a desproporcionalidade das reações frente à suposta ameaça, segundo o autor,

what marks each of these cultural happenings as “panics” is the level to which the societal and personal expressions are out of proportion with the threat posed by the so - called “folk devils” (e.g., masturbating children, unwed mothers) and evil - doers (e.g., homosexuals) groups. In the worst cases, the rights of these persons are qualified or revoked, undermining citizenship and threatening democracy. By citizenship, I mean the full rights, entitlements, and opportunity structures that support household security and well - being (“life, liberty, and the pursuit of happiness”) in the public domain as well as in the private lives of individuals (HERDT, 2009, p. 1).²⁴

Definido o conceito, nos interessa compreender como um conjunto específico de discursos, que se originaram em contraposição às demandas das populações cis-hétero-divergentes, tem sido recentemente caracterizado como um pânico moral, denominado “ideologia de gênero”.

[...] a construção da doutrina católica contrária ao gênero começou no pontificado do papa Wojtyla (João Paulo II), sob o comando do prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, cardeal Ratzinger, que em 2005 sucederia a Wojtyla no papado, adotando o nome de Bento XVI. A partir dos anos 2000, delineia-se com clareza o adversário a ser combatido: aquilo que no Brasil recebeu o nome de “ideologia de gênero”, mas que na França e na Itália costuma ser chamada de “teoria do gender” (“théorie du gender”, “teoria del gender”), com o uso do inglês como forma de marcar sua origem alienígena (MIGUEL, 2016, p. 598).

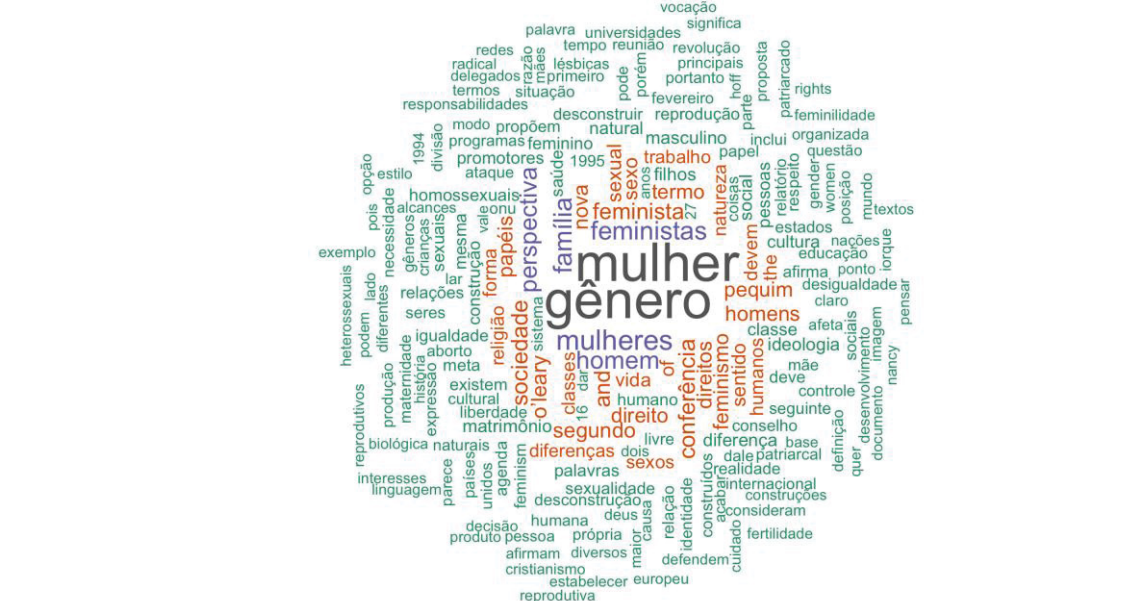
justificar o tratamento dos “vícios” como crimes. A criminalização de comportamentos inócuos como a homossexualidade, prostituição, obscenidade, ou consumo recreativo de drogas é racionalizada ao representá-los como ameaças a saúde e segurança, mulheres e crianças, segurança nacional, a família, ou a civilização em si mesma. Mesmo quando a atividade é entendida como inofensiva, pode ser banida pela alegação de “levar” a algo ostensivamente errado [...] Edifícios grandes e poderosos foram construídos com base em tais fantasmas. Geralmente o surto resultante de um pânico moral é precedido por uma intensificação de tais representações excludentes (RUBIN, 2003, p. 32).

²⁴ Livre tradução: O que marca cada um desses acontecimentos culturais como “pânico” é o nível ao qual as expressões sociais e pessoais estão fora de proporção com a ameaça representada pelos grupos assim chamados de “demônios folclóricos” (por exemplo, crianças que masturbam, mães solteiras) e grupos que praticam o mal (por exemplo, homossexuais). Nos piores casos, os direitos dessas pessoas são restringidos ou revogados, minando a cidadania e ameaçando a democracia. Por cidadania, quero dizer amplos direitos, títulos, e estruturas que promovem a segurança e o bem estar (“vida, liberdade e busca da felicidade”) no domínio público, bem como na vida privada dos indivíduos.

O autor nos alerta para o fato de que a "ideologia de gênero" apoia-se superficialmente na literatura feminista e *Queer*, buscando deslegitimar os estudos de gênero por meio de uma caricaturização. No entanto, como veremos, a estratégia de sequestro semântico possui efeitos mais profundos, que vão além de uma simples caricatura. Para compreendermos as reais implicações da emergência desse sintagma, precisamos aprofundar nossa análise e, nesse sentido, Maria Rita César e André Duarte (2017, p. 149) nos auxiliam, apresentando um breve histórico de sua origem:

A primeira referência à ideia de ideologia vinculada ao conceito de gênero aparece em 1998, na conferência episcopal do Peru, em uma nota intitulada *La ideologia de género: sus peligros y alcances*. O documento é dividido em onze tópicos e, ao longo de suas dezesseis páginas, discorre sobre a existência de uma natureza humana originada em uma lei natural completamente imutável, criada por Deus e comprovada cientificamente pela biologia. Ali se procura demonstrar como os “defensores de uma ideologia de gênero” promovem a destruição da família, da educação, da cultura e, principalmente, da religião. (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998) A nota faz referência à IVth. World Conference on Women – UN, realizada em Beijing em 1995, considerando-a como o lançamento de uma campanha de difusão de uma nova perspectiva de gênero [...]. Em contraponto à definição construída na conferência de Beijing, a nota peruana reforçava a existência natural de um homem e uma mulher naturais, bem como considerava o sexo como sendo uma característica exclusivamente biológica.

A nota da Conferência Episcopal Peruana de 1998 aborda diversos conceitos utilizados pelo movimento feminista e pela academia, citando Judith Butler, Adrienne Rich, Ann Ferguson e outras autoras feministas. O Gráfico 1 apresenta uma nuvem de palavras obtida a partir do documento, na qual podemos observar a centralidade das palavras gênero, mulher, homem, família e feministas. O que é coerente com o texto, que trata da defesa de uma natureza fixa dos seres humanos e da família contra uma nova perspectiva de gênero.



FONTE: A autora (2021).

Busca-se assim evitar a desconstrução da sociedade que está sendo imposta pelo feminismo e que tem como principal estratégia a educação. Porém, outros elementos devem ser ressaltados. Em primeiro, a identificação do Marxismo como base ideológica de um feminismo de gênero. Em segundo, o posicionamento da luta por direitos reprodutivos como pedido pelo aborto, além da apologia à homossexualidade como estilo de vida. Em terceiro, a necessidade de proteger a família, as crianças e a religião dos perigos da "ideologia de gênero".

Na análise da disputa biopolítica pelo espaço escolar percebemos o estabelecimento de um *pânico moral* no Brasil a partir do final dos anos 2000. Naquele momento, o MEC produzia material de apoio para abordar diversidade sexual e de gênero para o programa chamado Escola sem Homofobia. O conjunto foi produzido em 2010 e era composto por vídeos, boletins e cartilhas, tratando de questões relacionadas à sexualidade e do combate à homofobia. Houve uma violenta reação de setores conservadores e fundamentalistas da sociedade, que pejorativamente apelidaram o material de *kit gay*, fazendo com que sua distribuição fosse suspensa pelo governo federal em 2011. César e Duarte (2017, p. 148) identificam esse momento como o início de um pânico moral, pois

se pensarmos nos termos de uma genealogia do nosso recente pânico moral, ele se iniciou com as polêmicas em torno ao “kit gay” e prosseguiu com a introdução no debate nacional da noção de “ideologia de gênero”, dando prosseguimento ao pânico moral. O emprego da noção de “ideologia de gênero” visa desmerecer e criminalizar a produção acadêmica e dos movimentos sociais em torno das questões relativas à igualdade de gênero e do respeito à diversidade sexual.

4.2 EMPREENDIMENTO MORAL

Foucault (1988) define o dispositivo da sexualidade como parte de uma dinâmica de controle dos corpos e das populações por meio de diversas instituições, em especial a escola. Para garantir uma certa homeostase, fez-se necessário alinhar a sexualidade demandada pelo Estado àquela presente no interior da família. Como desdobramento desse movimento, a escola tornou-se essencial para a reprodução de uma sexualidade hegemônica alinhada aos interesses econômicos, atuando para que os indivíduos sejam formados de acordo com as normas estabelecidas.

Nas últimas décadas, a escola passou a ser um dos temas centrais dos estudos de gênero²⁵, que a interpretam como uma instituição edificada sobre uma concepção de *gênero natural*. Para Judith Butler (1999), essa naturalização do gênero é reflexo da ideia de uma *sexualidade normal*, que estabelece normas regulatórias para as instituições humanas e para os próprios corpos. Os efeitos desta regulação são percebidos em termos de inclusão e exclusão, que pode ocorrer com maior ou menor intensidade, dependendo do grau de *abjeção* dos indivíduos, como definido pela autora:

o *abjeto* designa aquilo que foi expulso do corpo, descartado como excremento, tornado literalmente ‘Outro’. Parece uma expulsão de elementos estranhos, mas é precisamente através dessa expulsão que o estranho se estabelece. A construção do ‘não eu’ como abjeto

²⁵ No ano de 2003, durante a 26ª Reunião Anual da Anped, realizada em Poços de Caldas, um entusiasmado grupo de pesquisadoras/es, docentes e estudantes mobilizou-se para propor à Associação a criação de um Grupo de Estudos que se voltasse para as temáticas de gênero e sexualidade em sua articulação com o campo da educação. Com o expressivo apoio da assinatura de cerca de 500 colegas, a proposta foi levada à Assembleia Geral daquela 26ª RA e aprovada. Criava-se, assim, o GE 23 Gênero, sexualidade e educação (ANPED, 2021).

estabelece s limites do corpo, que são também os primeiros contornos do sujeito (BUTLER, 1999, p. 169).

Neste sentido, o abjeto torna-se necessário para a definição da própria norma. A autora aponta para a existência de uma heteronormatividade que atua em várias direções, presente nas instituições por meio da legislação, da organização dos espaços físicos e dos próprios papéis e comportamentos relacionados a cada gênero. A heteronormatividade caracteriza-se como um exercício de poder que normaliza e define as identidades hegemônicas. Aquelas definidas como cisgêneras e heterossexuais são naturalizadas e tornam-se a referência de normalidade sexual, as demais se tornam abjetas (BUTLER, 1999). Nesse cenário, a escola não é apenas mais um espaço regulado, mas uma instituição de reprodução do modelo hegemônico de sexualidade. Por consequência, ela promove a exclusão de todas aquelas identidades lidas como *cis-hetero-divergentes*.

No cenário brasileiro, observamos a mobilização de grupos religiosos e conservadores contrários às pautas da diversidade sexual. Esses grupos recebem apoio de alguns setores da sociedade civil. Podemos citar como exemplos o movimento Escola sem Partido²⁶, Igreja Universal²⁷, Igreja Católica²⁸, partidos políticos²⁹, além de várias pessoas públicas.

Notamos uma preocupação no que se refere aos efeitos da educação sobre a formação de alunas e alunos. Suas principais demandas concentram-se justamente no resgate de modelos normalizados de sociedade e de indivíduo, que recentemente vêm sendo questionados e desconstruídos pelas Ciências Humanas e pelos movimentos sociais.

O projeto de poder que ora se apresenta parece vir de encontro às recentes conquistas voltadas à inclusão obtidas por grupos feministas, LGBTI+, negros, indígenas e de outras populações subalternizadas. Essas conquistas são muito recentes e ocorrem em vários campos, sendo a educação o que mais chama a atenção de fundamentalistas e conservadores. A escola, em especial a universidade, tornou-se diversa: mulheres, negros, gays, lésbicas, travestis e

²⁶ <https://escolasempartido.org>

²⁷ <https://www.universal.org/noticias/post/identidade-de-genero-respeito-sim-doutrinacao-nas-escolas-nao>

²⁸ <https://www.cnbb.org.br/ideologia-de-genero>

²⁹ <http://www.generonumero.media/pp-psc-psdb-e-mdb-os-partidos-da-escola-sem-partido/>

tantas outras pessoas que antes eram rotuladas e preteridas passaram a circular por seus corredores. A escola, de forma comedida, acolheu outros modelos de sexualidade³⁰ por meio da oferta de cotas, uso de nome social, bolsas estudantis e outras estratégias. Isso foi o suficiente para que ela ficasse mais democrática e crítica, alterando a frágil homeostase da heteronormatividade e, por isso mesmo, tornando-se perigosa aos olhos desses grupos, sobretudo nas universidades.

Diante deste quadro, em termos foucaultianos, presenciamos uma disputa pelo estabelecimento de certos modelos biopolíticos que vêm sendo travada no plano discursivo, tendo como principal foco a educação. Tentar delinear tais modelos nos leva à conclusão de que eles são difusos, uma vez que agregam as demandas de diversos grupos. No entanto, é possível observar uma certa polarização no que diz respeito às demandas de movimentos sociais e da Academia em oposição àquelas dos movimentos fundamentalistas e conservadores. Se por um lado busca-se romper com a reprodução de um modelo heteronormativo presente na escola, por outro, busca-se o seu resgate integral e a consequente abjeção por ele produzida.

Se o discurso é o elemento central no desenvolvimento desse embate, faz-se necessário defini-lo para que possamos prosseguir nossa análise. Foucault trata do conceito de discurso em sua obra *A Arqueologia do Saber*, de 1969, na qual afirma que

chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (FOUCAULT, 2008b, p. 132).

Percebe-se que o enunciado é fundamental para essa definição, assim como em muitas outras definições de discursos que permeiam a obra do autor

³⁰ <https://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/conselho-aprova-o-uso-do-nome-social-de-acordo-com-identidade-de-genero-na-ufpr/>

<https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2019/07/11/trans-conseguem-cotas-e-cursos-em-universidades-mas-geram-reacoes.htm>

<http://www.guiadoestudante.ufc.br/base-de-informacoes/nome-social>

(FISCHER, 2001). Ou seja, para podermos caracterizar um discurso, precisamos compreender sua conexão com os seus enunciados, permitindo que ele exista. Fischer (2001, p. 201) argumenta que essa função é exercida de forma transversal sobre unidades como a frase, a proposição ou o ato de linguagem, “[...] cruzando o domínio de estruturas e de unidades possíveis”. Essa transversalidade, no entanto, não significa que os enunciados sejam independentes dos signos, antes pelo contrário, é neles que se apoiam para sua realização. Nas palavras do próprio Foucault (2008b, p. 130),

examinando o enunciado, o que se descobriu foi uma função que se apoia em conjuntos de signos, que não se identifica nem com a ‘aceitabilidade’ gramatical, nem com a correção lógica, e que requer, para se realizar, um referencial (que não é exatamente um fato, um estado de coisas, nem mesmo um objeto, mas um princípio de diferenciação); um sujeito (não a consciência que fala, não o autor da formulação, mas uma posição que pode ser ocupada, sob certas condições, por indivíduos indiferentes); um campo associado (que não é o contexto real da formulação, a situação na qual foi articulada, mas um domínio de coexistência para outros enunciados); uma materialidade (que não é apenas a substância ou o suporte da articulação, mas um status, regras de transcrição, possibilidades de uso ou de reutilização).

Para este trabalho, nos interessa mapear um determinado conjunto de enunciados relacionados ao discurso da *ideologia de gênero*, de acordo com os quatro elementos que os compõem, segundo Foucault (2008b), o referencial, o sujeito, o campo associado e a materialidade. É importante ressaltar que esse discurso não se encerra nos enunciados aqui analisados, antes, eles fazem parte de um grande campo enunciativo que vêm se fortalecendo nos últimos anos.

O que está em curso é uma disputa semântica, na qual grupos conservadores/fundamentalistas se apropriam e ressignificam os termos utilizados originalmente pelos movimentos sociais e pela Academia, como podemos observar nesta publicação *online* do Instituto Liberal:

A ideologia de gênero não é nada mais que a negação de que existem sexos ao nascimento, com a afirmação que a sexualidade é uma construção social, onde a pessoa escolheria o que deseja ser. É também implantada na linguagem, com a negação de gênero nas palavras, com a substituição das letras o e a pela letra x; para dar um exemplo, a palavra menino, ou a sua variação no feminino, que seria a palavra menina, transformam-se em meninx, visando à neutralidade. A ideologia de gênero, na verdade, tem suas origens nas ideias dos pais

do comunismo, Karl Marx e Friedrich Engels. [...] Na submissão da mulher ao homem através da família, e na própria instituição familiar, Marx e Engels entenderam estar a origem de todos os sistemas de opressão que se desenvolveriam em seguida. Se essa submissão fosse consequência da biologia humana, não haveria nada que fosse possível fazer. Mas no livro 'A origem da família, da propriedade privada e do Estado', o último livro escrito por Marx e terminado por Engels, esses autores afirmam que a família não é consequência da biologia humana, mas do resultado de uma opressão social produzida pela acumulação da riqueza entre os primeiros povos agricultores. Eles não utilizaram o termo gênero, que ainda não havia sido inventado, mas chegaram bastante perto (VIANA, 2015, sem paginação).

Do ponto de vista acadêmico, esse texto pode parecer estranho e equivocado, mas na disputa pelos significados busca-se justamente apresentar uma narrativa outra àquela oferecida pela Academia. Isso aponta para o surgimento de uma relação saber-poder que define uma unidade política baseada em um moralismo religioso e que se opõe às demandas da população cis-hetero-divergente.

Pensando em termos de enunciado, no caso brasileiro, o referencial trata da apresentação da *ideologia de gênero* como instrumento para destruição da família. Em alguns enunciados, ela encontra-se alinhada a uma suposta doutrinação comunista, em outros, trata da sexualização precoce de crianças nas escolas e da destruição das famílias. Essa estratégia discursiva criou um lugar de ameaça, que passou a ser ocupada por qualquer grupo que defenda políticas mais à esquerda: direitos humanos, direitos da população cis-hetero-divergente, direitos das mulheres e de quaisquer outras populações subalternizadas. Mais recentemente, esse lugar passou a incluir grupos de pesquisa, professores, produções científicas e tudo mais que se relacione a gênero e sexualidade na Academia, nos movimentos sociais e na sociedade como um todo.

Isso abre margem para a coexistência de todo um campo enunciativo que realiza o discurso da *ideologia de gênero*. A materialidade desses enunciados se assenta sobre a reafirmação da sexualidade hegemônica, ao mesmo tempo em que atribui às demandas feministas e LGBTI+, bem como aos estudos de gênero, o status de desvio moral e principalmente de ameaça às *crianças, à família e à sociedade*.

Com esses enunciados sendo apresentados ao grande público, os grupos fundamentalistas e conservadores obtêm sustentação política, tomam corpo e empreendem sua cruzada moral. Estabelecem então uma rede de poder, voltada a combater a reconfiguração de forças que os movimentos sociais e a Academia vêm provocando nas instituições no campo da sexualidade. Como afirma Howard Becker (2008, p. 160),

com o estabelecimento de organizações de impositores de regras, a cruzada torna-se institucionalizada. O que começou como uma campanha para convencer o mundo da necessidade moral de uma regra torna-se finalmente uma organização dedicada à sua imposição. Assim como movimentos políticos radicais se transformam em partidos políticos organizados, e seitas evangélicas vigorosas se tornam denominações religiosas moderadas, o resultado final da cruzada moral é uma força policial.

O resultado da movimentação dos atores é a institucionalização dessa força policial. Observamos a reafirmação das práticas de exclusão das mulheres e da população LGBTI+, a retomada do essencialismo sexual e da abjeção. Os grupos fundamentalistas e conservadores passaram a atuar nos campos da política, dos direitos humanos, da Academia e na vigilância constante do espaço escolar, reiterando aquilo que Gayle Rubin (RUBIN, 2003) chama de legislação sexual.

Temos nesse momento a incorporação do pânico moral ao discurso conservador/fundamentalista influenciou de forma contundente as discussões acerca do PL 8035/2010, que deram origem ao Plano Nacional de Educação de 2014 (BRASIL, 2014). Como vimos no capítulo 3, A chamada *Frente Evangélica Parlamentar*, em conjunto com outros deputados conservadores, exerceu pressão política até que os termos gênero e orientação sexual fossem suprimidos do documento, o que pode ser entendido como um empreendimento moral orquestrado em torno do discurso da “ideologia de gênero”.

4.3 ESCOLA SEM PARTIDO

No campo da educação, a materialidade dos enunciados discursivos é dada justamente por meio da institucionalização de uma cruzada moral e pelo reforço da chamada legislação sexual (RUBIN, 2003), conduzidos pelas mãos

de diversos atores. Um de seus principais nomes é o movimento Escola sem Partido – ESP. Alegando combater uma suposta *doutrinação ideológica de esquerda* nas escolas, a associação convoca os pais a se contraporem à *ideologia de gênero*. O discurso se evidencia quando entendemos que esse *combate* busca bloquear a produção acadêmica, projetos de lei e a ação de movimentos sociais e indivíduos que defendam questões relativas à igualdade de gênero e respeito à diversidade sexual.

Fazendo uso de linguagem científica, a associação retoma a ideia de um essencialismo sexual, que caracteriza as expressões *cis-hetero-divergentes* da sexualidade como estados de confusão mental ou de doença que seriam transmitidos às crianças:

[...] é urgente o combate a ideologia de gênero que, com a noção de igualdade de gênero e o incentivo às relações homoparentais, coloca em risco as diferenças sexuais que possuem função estruturante no desenvolvimento psíquico da criança. O grande dano provocado pela ideologia de gênero consiste em subverter os papéis sociais atribuídos a cada sexo, que reafirmam e consolidam a identidade sexual. Esse dano vai muito além de um desvio dos desejos heterossexuais, de uma estética corporal ou até mesmo de uma revolução dos costumes. Ele chega, na verdade, às raias de uma confusão mental deliberada. [...] O professor é também um representante da lei da cultura para a criança; é ele um substituto do pai, um coadjuvante na formação do Superego. Daí, a responsabilidade de educar não se inscreve apenas no reino de uma militância política que coloca em risco o desenvolvimento saudável da criança. Ora, assim como não cabe exigir de uma criança que ela corra antes da fase do engatinhar, também não se deve esperar que uma criança compreenda e assimile a homossexualidade num momento em que ela ainda está construindo a sua identidade sexual por meio da elaboração das diferenças entre os sexos (SOARES, 2017, sem paginação).

Temos aqui um novo enunciado cujo referencial trata da defesa da criança contra a militância político-ideológica de professores³¹, garantindo o desenvolvimento saudável de sua identidade sexual. Note-se que a palavra *saudável* na citação carrega consigo a ideia de naturalidade, ou seja, refere-se ao padrão heteronormativo de sexualidade. Ao contrário do enunciado anterior, o sujeito aqui está bem definido, trata-se do professor, em especial aquele responsável pela educação das crianças, que acaba por ocupar uma posição de

³¹ Para compreender os desdobramentos desse tipo de enunciado, recomenda-se a leitura da entrevista com o Professor Fernando Penna intitulada *Sobre o ódio ao professor* (PENNA, 2015).

ameaça. É neste ponto que o enunciado se conecta ao campo enunciativo do discurso da *ideologia de gênero*, na necessidade de defender a criança e a família de um perigo iminente, comandado por um inimigo furtivo e poderoso, cujo objetivo é subverter os papéis sociais associados a cada sexo e produzir confusão mental na sociedade.

Em relação à materialidade desse enunciado, ela ocorre por meio da forte atuação do ESP e de sua presença física e virtual nos espaços de discussão política e legislativa, além da contínua produção de notícias e textos. A associação disponibiliza modelos de anteprojeto de lei para os níveis federal, estadual e municipal, que buscam instituir o “Programa Escola sem Partido”. No momento da escrita deste texto, vários municípios brasileiros estavam em processo de discussão e votação dos referidos projetos. Mesmo sendo inconstitucionais, esses documentos ilustram a busca pelo resgate de um padrão cis-heteronormativo:

Art. 1º. Esta Lei institui, no âmbito do sistema municipal de ensino, com fundamento nos artigos 23, inciso I, 30, incisos I e II, e 227, caput, da Constituição Federal, o ‘Programa Escola sem Partido’, em consonância com os seguintes princípios:

[...]

II – neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado;

[...]

VIII – direito dos pais sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos, assegurado pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Art. 2º. O Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero.

[...]

Art. 9º. O disposto nesta Lei aplica-se, no que couber:

I – às políticas e planos educacionais;

II – aos conteúdos curriculares;

III – aos projetos pedagógicos das escolas;

IV – aos materiais didáticos e paradidáticos;

V – às avaliações para o ingresso no ensino superior;

VI – às provas de concurso para ingresso na carreira docente;

VII – às instituições de ensino superior, respeitado o disposto no art. 207 da Constituição Federal (ESCOLASEMPARTIDO.ORG, 2018, sem paginação).

O artigo 9º do documento expressa outro enunciado: é obrigação do Estado garantir a liberdade religiosa e moral, supervisionar e controlar todas as atividades relacionadas à educação, em todos os níveis, impedindo quaisquer

abordagens relativas aos temas gênero e sexualidade, contrapondo-se inclusive ao inciso II do art. 206 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) que define a liberdade de aprender e ensinar como princípios do ensino no país. Ao contrário do que se escreve, no entanto, a posição reservada ao Estado nesse enunciado é a de impor a sexualidade hegemônica, que o ESP busca reafirmar.

Este projeto recebeu total apoio do Movimento Brasil Livre (MBL), uma entidade que, nas próprias palavras “[...] visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera” (MBL, 2014, sem paginação). Dentre as propostas políticas do MBL, disponíveis em seu site, encontrava-se a “[...] apresentação do Projeto de Lei ‘Escola sem Partido’ em legislativos estaduais e municipais” (MBL, 2015, sem paginação). Recentemente, o MBL deixou de promover explicitamente o ESP, porém, sua influência no período pré-campanha presidencial de 2018 não pode ser ignorada.

O que preocupa, no entanto, é a articulação política em torno do pânico moral da “ideologia de gênero”, que está avançando para além do campo discursivo, tomando corpo e transformando-se em uma verdadeira cruzada, encabeçada por um conjunto de novos e velhos empreendedores morais que buscam criar novas regras.

O protótipo do criador de regras, mas não a única variedade [...] é o reformador cruzado. Ele está interessado no conteúdo das regras. As existentes não o satisfazem porque há algum mal que o perturba profundamente. Ele julga que nada pode estar certo no mundo até que se façam regras para corrigi-lo. Opera com uma ética absoluta; o que vê é total e verdadeiramente mal sem nenhuma qualificação. Qualquer meio é válido para extirpá-lo. O cruzado é fervoroso ímprobo, muitas vezes hipócrita (BECKER, 2008, p. 153).

Presenciamos a criação de uma rede de poder dedicada a impedir o avanço das discussões sobre gênero e sexualidade, com atuação nos campos da política, dos direitos humanos, da academia e principalmente na escola. A movimentação de atores para a formação dessa rede tem resultado na institucionalização dessa cruzada moral, cujas ações assumem a forma de força policial (BECKER, 2008). Esta correlação torna-se evidente ao tomarmos como exemplo o movimento Escola sem Partido. Empunhando a flâmula do combate à “doutrinação ideológica de esquerda” nas escolas, a associação alerta para que, dentre outras coisas, os pais digam não à “ideologia de gênero”. Com esse

objetivo, a associação faz uso de linguagem científica para reafirmar o modelo hegemônico de sexualidade. Ao mesmo tempo, ela caracteriza as expressões cis-hetero-divergentes como estados de confusão ou de doença que seriam “transmitidos” às crianças, engrossando ainda mais o caldo do pânico moral:

[...] é urgente o combate a ideologia de gênero que, com a noção de igualdade de gênero e o incentivo às relações homoparentais, coloca em risco as diferenças sexuais que possuem função estruturante no desenvolvimento psíquico da criança. O grande dano provocado pela ideologia de gênero consiste em subverter os papéis sociais atribuídos a cada sexo, que reafirmam e consolidam a identidade sexual. Esse dano vai muito além de um desvio dos desejos heterossexuais, de uma estética corporal ou até mesmo de uma revolução dos costumes. Ele chega, na verdade, às raias de uma confusão mental deliberada (SOARES, 2017, sem paginação).

.....

É necessário compreender a forma pela qual o discurso de combate à “ideologia de gênero” é articulado por grupos conservadores e fundamentalistas. Esse discurso está presente nas mídias sociais e tem sido utilizado como instrumento de ataque àqueles que defendem uma escola mais inclusiva e diversa. Neste sentido, é importante que possamos mapear sua presença não apenas nas mídias sociais, mas principalmente nos fóruns e documentos responsáveis pela regulação do espaço escolar.

5 MÍDIAS SOCIAIS E DISCURSO

O último capítulo desse trabalho é produto do esforço da autora no sentido de mapear a presença do discurso da “ideologia de gênero” nas mídias sociais e em proposições legislativas que busquem regular a educação. Vimos que o esse discurso causou impacto durante o processo de tramitação do PL 8035/2010, resultando na exclusão dos termos “identidade de gênero” e “orientação sexual” da redação final do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014).

No entanto, mesmo após a sanção do plano, o campo da educação continuou sendo uma arena de batalha, na qual grupos fundamentalistas e conservadores continuam impulsionando o discurso da “ideologia de gênero”. Esse discurso encontra ressonância na sociedade e faz parte de um projeto de poder que provoca a reiteração de um modelo cis-hetero-normativo, reproduzindo assim as práticas de exclusão e violência contra aqueles que não se enquadram nesse modelo.

5.1 MÍDIAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO

Uma vez caracterizados o discurso da *ideologia de gênero* e os objetivos do ESP, podemos tratar da questão de sua presença nas redes sociais e na legislação, ou seja, da materialidade dos diversos enunciados que o compõem. As redes sociais possuem o poder de conectar pessoas em torno de determinados discursos, promovendo uma espécie de ressonância e atuando sobre a opinião pública. Essa ressonância é capaz de promover a sustentação política de indivíduos e de grupos conservadores e fundamentalistas.

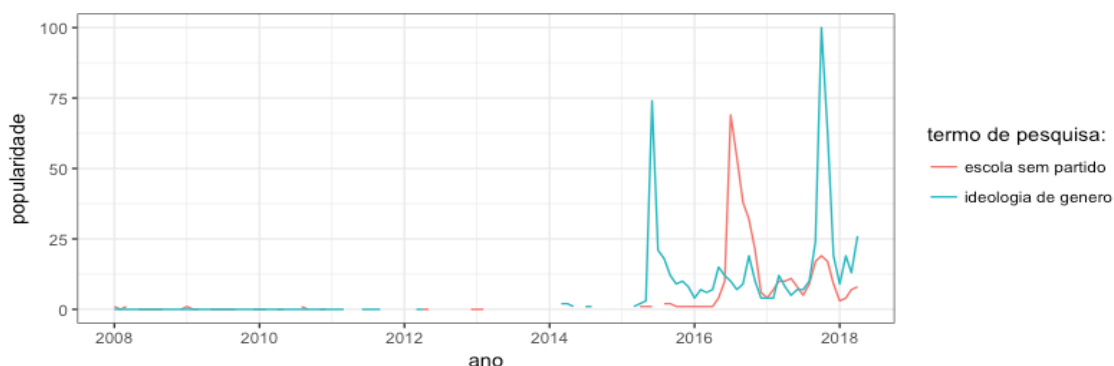
Com objetivo de observar tal ressonância, faz-se necessário escolher um conjunto de ferramentas que nos permita rastrear os enunciados do discurso da *ideologia de gênero*. Iniciamos a análise exploratória utilizando os dados de tendência de pesquisas do buscador Google, apresentados no Gráfico 2. Esses dados de tendência de pesquisa podem ser obtidos pela ferramenta *Google*

Trends (2018). No entanto, optamos pelo desenvolvimento de um script em linguagem R³² para captura e geração de gráficos.

A ferramenta não nos fornece números absolutos. Isso significa dizer que o valor de 100 indica o pico da popularidade de um termo de pesquisa em um determinado período selecionado pelo pesquisador. Ou seja, ela nos indica o momento de maior procura pelo termo e calcula os demais valores em relação a esse pico.

Embora o sintagma “ideologia de gênero” tenha origem em 1998 (SILVA; CESAR, 2017), o gráfico indica o rápido crescimento do interesse pelo assunto apenas a partir do primeiro semestre de 2015. Isso aponta para a presença de atores que, por algum motivo, passaram a impulsionar o tema na internet. O interesse pelo assunto teve início em 2014, o que coincide com as discussões acerca do PNE. Naquele ano, houve um discreto aumento das buscas concentrado no primeiro semestre. Após a Lei 13.005/2014 ser sancionada, em 25 de junho daquele ano, identifica-se no gráfico a perda de interesse pelo tema.

GRÁFICO 2 - Tendência de Pesquisas no Google



FONTE: A autora (2021), a partir de dados de Tendência no Google.

Em 2015 iniciam-se as discussões dos Planos Estaduais e Municipais de Educação. Naquele momento, diversos atores entraram em ação e o termo passa a ter maior visibilidade e procura nas redes sociais e nos mecanismos de busca. Cabe destacar que naquele momento o debate ganhou uma capilaridade inexistente durante a tramitação do PNE 2014 em grande medida pela ação do

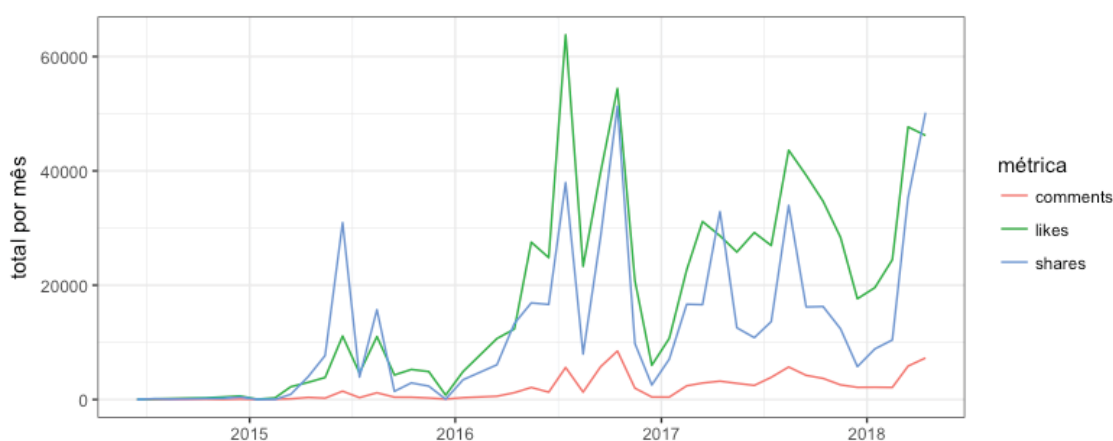
³² R é uma linguagem de programação voltada à manipulação, análise e visualização de dados. Foi criada por Ross Ihaka e por Robert Gentleman no departamento de Estatística da Universidade de Auckland, Nova Zelândia.

movimento Escola sem Partido e de lideranças religiosas. Essa movimentação é objeto de estudo dos trabalhos de Amanda da Silva (2017) e Karina Veiga Mottin (2019).

Chegando aos estados e municípios, o debate suscitou a participação mais ativa da sociedade civil em nível local. De maneira mais assertiva, tais atores assumem o papel de *impulsores do discurso*, na medida em que criam um fluxo de sustentação da materialidade dos enunciados, o que pode ser verificado por meio de postagens, notícias e documentos. Verifica-se no Gráfico 2 que o interesse pelo tema se amplia substancialmente a partir de 2015.

O Gráfico 2 apresenta ainda as estatísticas de procura pelo termo “escola sem partido”. Neste caso, também há um aumento de interesse, mas apenas a partir de 2016. Isso se explica pelo fato de que o discurso de combate à “ideologia de gênero” nas escolas emergiu como pauta política. o “Projeto de Lei Escola sem Partido” foi proposto por vereadores e deputados em vários municípios e estados do Brasil. Essa pauta foi acolhida por parte da sociedade e serviu inclusive como promessa de campanha do candidato e atual presidente Jair Bolsonaro no período pré-eleições de 2018, o que impulsionou novamente as buscas pelo termo, como pode ser observado no gráfico 2.

GRÁFICO 3 - Postagens do ESP no Facebook



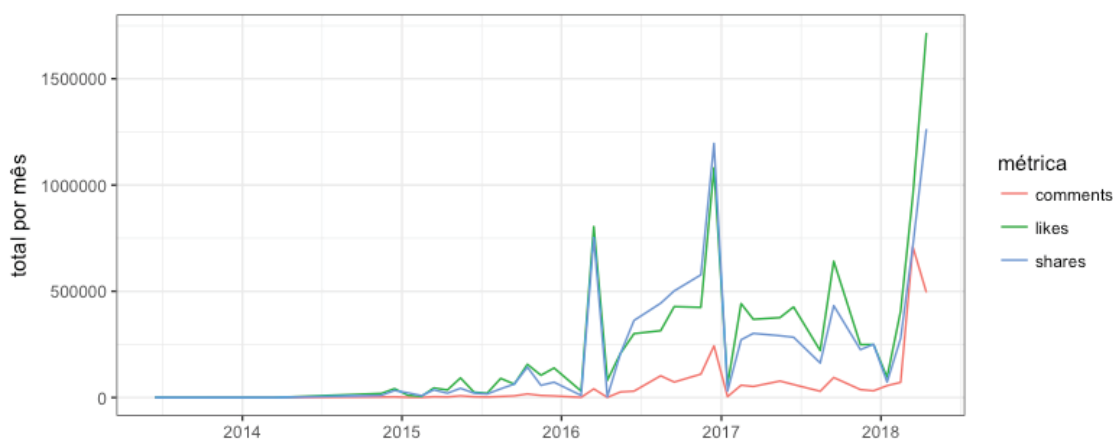
FONTE: A autora (2021), a partir de dados do Facebook

Observando a atividade da página *escolasempartidooficial* no Facebook, conforme apresentado no Gráfico 3, percebemos que o número de postagens ganha volume a partir do primeiro semestre de 2015. Em 2016 as postagens

aumentam em número, bem como suas visualizações. Até o final de abril de 2018 a página contava com 168 mil seguidores, tendo sido feitas 1662 postagens que alcançaram picos de mais de 60 mil curtidas (*likes*) e 50 mil compartilhamentos. O grande número de “likes” fortalece a hipótese de que há ecos na sociedade para o que é dito pelo ESP em sua página. No entanto, os compartilhamentos podem ter sido feitos por pessoas favoráveis ou contrárias ao conteúdo dos posts, com o objetivo de denúncia.

Considerando o apoio manifesto pelo Movimento Brasil Livre – MBL – ao movimento Escola sem Partido, tornou-se interessante monitorar também a sua ação no período pré-eleitoral, conforme exposto no Gráfico 4. A página *mblivre* no Facebook contava, até o final de abril de 2018, com 2,7 milhões de seguidores. Foram feitas 2816 postagens desde o final de 2014, sendo que 36 faziam menção direta ao ESP.

GRÁFICO 4 - Postagens do MBL No Facebook



FONTE: A autora (2021), a partir de dados do Facebook.

Por meio desses gráficos, podemos observar de forma superficial o movimento de um discurso que se constrói a partir de um pânico moral e que foi sedimentado no sintagma “ideologia de gênero”. Esse discurso ganhou materialidade pela ação do movimento Escola sem Partido, setores fundamentalistas de igrejas e de outros impulsores do discurso que atuaram de forma intensa nas mídias sociais e junto às comunidades locais.

A reverberação desse discurso pode ser observada nas mídias sociais e demonstra que uma parcela da sociedade acredita que a família e as crianças

estão sob ameaça e que a educação é a principal engrenagem nas mãos daqueles que querem destruir a sociedade.

5.2 INFERÊNCIA DO DISCURSO

Acompanhar a dinâmica de discursos como o do combate à “ideologia de gênero” na sociedade demanda algum tipo de observação. É preciso fazer uso de instrumentos analíticos que sejam capazes de detectar com certa sensibilidade as variações, mudanças de direção ou mesmo o desaparecimento do discurso que se observa.

No entanto, a instabilidade dos arranjos de forças que sustentam um discurso se traduz em um certo “não determinismo”, que invalida qualquer iniciativa mais simplista de modelagem e análise. Mas, se as configurações momentâneas são tão frágeis, precisamos compreender como alguns discursos se mostram estáveis no decorrer de longos períodos. Na perspectiva das relações de poder, a estabilidade e naturalidade aparentes das relações pode ser explicada por meio dos esforços empreendidos pelas próprias instituições humanas e seus atores. Esses esforços são orientados no sentido de constantemente reiterar as normas para garantir a forma e os limites da organização social. Ou seja, o conjunto dos atores sociais exerce seus poderes continuamente, estabelecendo uma espécie de processo ou jogo, cujo resultado momentâneo é a cristalização ou a reconfiguração de um certo arranjo de poder.

A dinâmica deste jogo de forças envolve a demarcação de áreas, tomada de territórios e reserva e direcionamento de recursos no sentido de melhor atender às demandas de determinados grupos. Este controle é feito tanto pela regulação do funcionamento das instituições, quanto do modo de vida dos indivíduos, a partir de determinadas lógicas de governo, como nos mostra Foucault em sua análise da governamentalidade biopolítica.

Temos presenciado nos últimos anos o rápido aumento do uso de mídias sociais em todo o mundo. Este fenômeno tornou-se foco de interesse para as ciências sociais. Porém, as ferramentas e teorias necessárias para sua análise estão apenas começando a surgir, sendo assunto de debates e controvérsias. O que se propõe neste tópico é um modelo de “**inferência do discurso**” em

base textual, composto por uma etapa de análise e outra de mapeamento. A primeira consiste em uma análise do discurso feita a partir de um determinado referencial teórico, neste caso, tomam-se por base as reflexões de Michel Foucault e Judith Butler. A segunda consiste na verificação da presença do discurso analisado em grandes corpora textuais, permitindo quantificar seu alcance.

Pretende-se analisar o discurso definido pelo sintagma “ideologia de gênero”, assunto recorrente na internet e nos veículos de comunicação nos últimos anos. Possuindo correlatos em outros países, no Brasil ele é difundido por grupos conservadores e fundamentalistas que são contrários ao avanço das pautas feministas e de toda população cis-hetero-divergente.

5.2.1 Foucault e o Discurso

É possível observar a ação das instituições e seus atores sobre a sociedade a partir da sua forma de regulação do corpo social. Essa regulação é feita por meio de um determinado conjunto de **enunciados** que Foucault (2008) chamou de **discurso**. Para Foucault (2008), a história não é contínua e nem linear, o que o autor denomina de discurso é algo que vai para além da simples sucessão de fatos ou da ação centrada nos indivíduos. Assim, para iniciar um processo de análise discursiva, é preciso identificar um conjunto de “regras de formação” que “(...) são condição de existência, mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento em uma dada repartição discursiva” (FOUCAULT, 2008, p. 148).

Com esse objetivo, Foucault (2008) enumera três etapas para identificar as regras discursivas: identificar as superfícies primeiras de emergências, identificar as instâncias de delimitação e analisar as grades de especificação. As superfícies de emergência referem-se aos grupos nos quais surgem determinados conceitos, antes de serem apropriados ou transferidos para outros domínios. As instâncias de delimitação referem-se às instituições superiores que dão forma os objetos discursivos. As grades de especificação, por sua vez, são uma matriz conceitual que permite a separação, oposição, associação, reagrupamento, classificação e derivação dos objetos.

Para Foucault, os objetos discursivos devem ser observados à luz de seus contextos históricos e das condições para que ele se inscreva em um feixe de relações com outros objetos. Relações estas estabelecidas entre as instituições e enunciados e destes com outros enunciados. Assim, um objeto só “(...) existe sob condições positivas de um feixe complexo de relações” (FOUCAULT, 2008, p. 50). Isso implica em dizer que as relações não pertencem ao interior dos objetos, mas que estão presentes nas instituições, em suas técnicas, nos tipos de classificação, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, permitindo que elas apareçam e definam sua heterogeneidade (FOUCAULT, 2008b). É importante ressaltar que nem todas as relações são discursivas, por isso, o autor as classifica ainda em reais e reflexivas. As reais são aquelas que não dependem discursos, como as relações entre normas, técnicas, instituições, formas de comportamentos, sistemas de normas, processos econômicos e sociais, ao passo que as reflexivas são aquelas que dependem de um determinado discurso, estando relacionadas aos sujeitos da enunciação.

O sistema de relações que pode ser chamado de discursivo não está nem no interior dos discursos, ligando entre conceitos e palavras, e nem fora do discurso, dando-lhe forma, mas situa-se em seu limite. Ou seja, é um sistema que agrega os objetos dos quais o discurso pode falar ao mesmo tempo em que determina as relações que o discurso deve estabelecer ao tratar destes objetos. Segundo Foucault (2008), este conjunto de relação estabelece a prática discursiva.

Assim, Foucault não busca por formas historicamente constantes e nem pela permanência e homogeneidade de um determinado conjunto de objetos. Ele está mais interessado no sistema de formação que caracteriza um determinado discurso, na estabilidade das relações entre as superfícies de emergência, instâncias de delimitação e as grades de especificação. Ou seja, para o autor, não importam as palavras, tampouco sua etimologia ou significado e muito menos uma suposta “verdade” para além delas. A estabilidade procurada é aquela que possibilita a emergência dos objetos discursivos, assim, discurso é algo que não se refere signos, mas à prática que forma estes objetos.

Para Foucault (2008), é preciso compreender as modalidades enunciativas, identificar quem fala, com qual autoridade, de que lugar

institucional, qual a relação deste sujeito com o discurso em questão. Do ponto de vista da prática discursiva, nos interessa o feixe de relações que conferem autoridade ao sujeito e organizam a prática no espaço social. Assim, as regras de enunciação, não são determinadas pelos sujeitos, mas pelas regras do discurso específicas de cada formação discursiva, orientadas pelo feixe de relações.

Partindo da organização o campo enunciativo Foucault (2008) destaca a importância dos conceitos. Para ele, o campo enunciativo pode ser organizado em função das formas de sucessão, dos tipos de correlação e dos esquemas retóricos. Além disso, o autor preocupa-se com as formas de coexistência, que se classificam em: campo de presença, campo de concomitância e campo de memória.

O campo de presença agrega os enunciados com status de verdade, além dos criticados e dos rejeitados e excluídos. Neste campo ocorrem as relações de validação empírica ou lógica, repetição e atribuição de erro ou significado oculto aos enunciados, sendo estas relações aprovadas pela autoridade ou pela tradição. O campo de concomitância é formado pelo conjunto de enunciados pertencentes aos discursos de outros domínios que se relacionam aos enunciados do discurso em questão. O campo de memória comporta os enunciados sedimentados que não são mais passíveis de questionamento e que estabelecem a base a partir da qual serão avaliados os outros enunciados.

É importante ressaltar que, ao focar nas regras que permitem a formação e coexistência dos conceitos, o próprio Foucault (2008) classifica sua análise como pré-conceitual.

Embora seja tentadora a ideia de uma “metodologia”, capaz de fornecer uma análise a partir da identificação dos objetos, modos de enunciação e conceitos, as características individuais de cada discurso não permitem que isso seja feito. Para cada discurso analisado é preciso identificar uma estratégia específica, levando em consideração suas regras próprias. Segundo Foucault (2008), para auxiliar nesta identificação, é preciso determinar os pontos de difração no discurso (incompatibilidades, equivalências, ligações), identificar as instâncias de decisão que definem os enunciados praticados, analisar as práticas não discursivas, já que o discurso pode atuar fora do campo estritamente discursivo.

Neste sentido, fica evidente que as escolhas estratégicas dependem da relação do sujeito com determinado discurso, tendo, portanto, suas possibilidades definidas pelo próprio discurso. Assim, uma estratégia não se configura como uma ferramenta independente, pelo contrário, ela faz parte da própria materialidade permitida pelo discurso.

Tomando por base a análise foucaultiana, Fairclough (2003) introduz elementos linguísticos e passa a entender o termo discurso como sinônimo de aplicação da linguagem à prática social. Desta forma, o autor entende que o discurso está em constante relação com social, sendo responsável pela construção deste e vice-versa, sendo sempre orientado pelas relações de poder que nele se estabelecem e se reiteram.

Compreendendo a função constitutiva do social apresentada pelo discurso, Fairclough (2003) foca sua análise sobre o caráter interdiscursivo e intertextual das práticas discursivas, buscando entender a forma pela qual os textos recorrem a outros textos. Estabelece dessa forma uma linha analítica que conecta poder, discurso e mudança social. Assim, o discurso é o local de exercício e de disputa do poder, uma arena na qual estão presentes aqueles que

Um ponto de destaque na análise de Fairclough (2003) é a ideia de que ter poder sobre a prática discursiva significa o poder de definir não apenas o *status* de quem fala, mas de estabelecer as regras do direito de fala dentro de uma determinada instituição. Como consequência, as instituições precisam tornar explícitos estes enunciados de sujeito, autoridade e direito de fala.

5.2.2 Sequestrando Significados

Buscando estabelecer protagonismo no combate à “ideologia de gênero”, grupos ultraconservadores e fundamentalistas religiosos passaram a adotar uma estratégia que chamaremos de **sequestro semântico**, definida neste trabalho como o processo de apropriação e ressignificação discursiva de teorias e/ou conceitos oriundos de um campo de estudo com o objetivo de desestabilizá-lo. Trata-se de um exercício de violência, uma vez que se busca classificar as teorias e os indivíduos inseridos no campo de estudo como ameaças à

sociedade, deslocando as discussões do campo acadêmico para o campo do medo ou de um pânico moral.

O dicionário Houaiss (INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS DE LEXICOGRAFIA, 2005) define a palavra sequestrar como tomar à força ou às escondidas, privar de liberdade, tyrannizar, seu uso faz sentido na medida em que buscamos explicitar o caráter violento desse processo. Ao deslocar os conceitos do seu contexto original e ressignificá-los a partir de outra lógica (ou de outros interesses), assume-se o controle da produção de um novo discurso.

Neste trabalho, identificam-se como alvos de sequestro semântico os estudos de gênero, os movimentos LGBTI+ e feminista. Um dos exemplos mais representativos dessa estratégia é a criação do sintagma "ideologia de gênero". A exemplo do que ocorreu na Itália e na França, no Brasil também ocorre esse movimento de sequestro, originando um novo discurso, fonte de polêmicas e reações desproporcionais, violentas e extremas. Segundo Rogério Diniz Junqueira (2018, p. 456),

com efeito, especialmente entre a primeira e a segunda décadas dos anos 2000, o sintagma "teoria/ideologia de gênero" e suas variações espalharam-se na forma de um poderoso slogan, inflamando a arena política em todos os continentes, catalisando, em vários contextos, manifestações virulentas contra aquilo que os movimentos antigênero acusam serem dispositivos de indiferenciação sexual, de aniquilação da família natural ou de ameaça à ordem simbólica. Situados dentro de um mesmo campo discursivo e com nítidas semelhanças no plano das ações políticas, esses movimentos em adotar estratégias relativamente distintas e priorizar diferentes questões ou áreas, embora tendam a acionar argumentos idênticos, semelhantes ou análogos e a nutrir a mesma aversão à afirmação dos direitos sexuais como direitos humanos, entre outras coisas.

Trata-se de um fluxo de transformação, no qual observamos demandas sociais sendo convertidas em alvos de um pânico moral. No entanto, talvez o fato mais relevante desse episódio seja o uso do sequestro semântico por uma rede de poder contrária às demandas das populações cis-hetero-excluídas. Isso pode ser observado nas discussões acerca do PL 8035/2010, que deu origem ao Plano Nacional de educação de 2014. Aproveitando-se do pânico gerado a partir do "kit gay", a chamada Frente Evangélica Parlamentar, em conjunto com outros deputados conservadores, exerceu pressão política até que os termos "gênero" e "orientação sexual" fossem suprimidos do documento.

Assim, o processo de discussão do PNE 2014 é um momento no qual verifica-se a ebulição de um pânico moral e a incorporação do sintagma “ideologia de gênero” ao discurso conservador/fundamentalista. Como vimos, a partir desse momento, esses grupos causaram o bloqueio das pautas de inclusão nos planos estaduais e municipais. Ao mesmo tempo em que passaram a atacar as pautas feministas e do movimento LGBTI+, bem como a Academia, seus professores e suas pesquisas.

O uso dessa estratégia permitiu que grupos fundamentalistas e conservadores passassem a pautar parte da opinião pública, apresentando uma visão negativa, na qual a academia e os movimentos sociais seriam autores de um discurso perigoso, atribuindo-lhes o status de "nocivos à sociedade". O sequestro semântico se configura não apenas pela apropriação e ressignificação de conceitos do campo dos estudos de gênero, mas principalmente pela tentativa de calar ou "privar de liberdade" dos enunciados originais e de seus locutores.

5.2.3 Processamento de Língua Natural

Com o objetivo de detectar a presença do discurso de combate à “ideologia de gênero”, precisamos nos debruçar sobre sua materialidade, ou seja, buscar localizá-lo textualmente em mídias sociais, projetos de lei que circulam no Congresso Nacional, notícias e artigos publicados em páginas como a do movimento Escola sem Partido e de igrejas e outras entidades envolvidas com esse discurso.

A ciência de dados é um campo multidisciplinar de estudos que surgiu recentemente e que abrange um conjunto de princípios, definições de problemas, algoritmos e processos para extrair padrões não óbvios e úteis de conjuntos de dados. Suas ferramentas são frequentemente aplicadas em contextos nos quais se busca procurar padrões entre dezenas, centenas, milhares e, em casos extremos, milhões de atributos. Quando tratamos de textos, faz-se uso de um subconjunto de ferramentas da ciência de dados denominado processamento de língua natural, ou seja, a língua utilizada no dia a dia para comunicação falada ou escrita.

O crescente interesse pela produção textual nos meios digitais fez surgir técnicas de mineração de texto, que buscam justamente extrair informações de *corpora*. Muitas vezes temos em mãos coleções de documentos, como postagens em mídias sociais, notícias ou artigos que gostaríamos de classificar em grupos para efetuar uma análise. A modelagem de tópicos é um método de classificação não supervisionada (automática) que pode ser aplicado a esses documentos. Ela se assemelha aos métodos estatísticos de agrupamento de dados numéricos, encontrando grupos mesmo quando não temos certeza do que estamos procurando, por isso, demanda fundamentação teórica a análise dos resultados.

[...] text data mining is concerned with data mining methodologies applied to textual sources. A document is a sequence of words and punctuation, following the grammatical rules of the language. A document is any relevant segment of text and can be of any length. Examples of documents include sentences, paragraphs, sections, chapters, books, web pages, emails, etc. A term is usually a word, but it can also be a word-pair or phrase. [...] A corpus is a collection of documents, and we will see that many of the feature extraction methods are corpus dependent. Finally, a lexicon is the set of all unique words in the corpus (SOLKA, 2008, p. 96)³³.

Ao contrário das línguas formais, que são necessariamente específicas de domínio, as línguas naturais são de propósito geral e universal. Podemos usar uma mesma palavra para falar de coisas totalmente diferentes, a palavra “manga” é um exemplo clássico, pode ser uma fruta ou parte de uma camisa. Por isso, é necessário compreender o contexto de enunciação da palavra para extrair seu significado. Para capturar a extensão da expressão em uma variedade de discursos, a linguagem deve ser redundante. A redundância apresenta um desafio – uma vez que não podemos especificar um símbolo literal para cada associação, cada símbolo é ambíguo por padrão.

O passo seguinte do modelo de Inferência do Discurso trata da extração de medidas relacionadas à frequência e ocorrência simultânea de palavras no

³³ Livre tradução: [...] a mineração de dados de texto está preocupada com as metodologias de mineração de dados aplicadas a fontes textuais. Um documento é uma sequência de palavras e pontuação, seguindo as regras gramaticais da língua. Um documento é qualquer segmento relevante do texto e pode ser de qualquer comprimento. Exemplos de documentos incluem frases, parágrafos, seções, capítulos, livros, páginas da Web, e-mails, etc. Um termo geralmente é uma palavra, mas também pode ser um par de palavras ou frase. [...] Um corpus é uma coleção de documentos, e veremos que muitos dos métodos de extração de recursos são dependentes de corpus. Finalmente, um léxico é o conjunto de todas as palavras únicas no corpus.

texto (análise lexicométrica). Com esse objetivo, desenvolvemos um *software* capaz de realizar tais medições. A questão é como esses dados podem indicar se um grupo, indivíduo ou instituição está impulsionando um determinado discurso. Max Reinert (1993; 2008) descobriu que, ao aplicarmos repetidas vezes tais métodos sobre corpora similares, percebemos a emergência de mundos lexicais compostos por conteúdos que tendem a se estabilizar, como define Max Reinert (1993, p. 11),

notre hypothèse principale consiste justement à considérer le vocabulaire d'un énoncé particulier comme une trace pertinente de ce [un] point de vue il est à la fois la trace d'un lieu référentiel et d'une activité cohérente du sujet-énonciateur. Nous appelons mondes lexicaux, les traces les plus prégnantes de ces activités dans le lexique³⁴.

Ou seja, conjuntos diferentes de documentos, que tratem de um mesmo tema, tendem a apresentar as mesmas ocorrências de palavras.

Em termos mais técnicos, um modelo simplificado de representação estatística é suficiente para destacar, pelo menos na análise de um certo *corpus* textual, uma tendência do vocabulário a ser distribuído em mundos lexicais estabilizados. Existe, portanto, uma probabilidade de encontrarmos mundos semelhantes durante as análises de *corpora* muito diferentes, em relação ao conteúdo, tamanho e condições de produção. Embora não seja possível afirmar nada sem uma sólida base teórica, a existência de mundos semelhantes em diferentes *corpora* pode ser utilizada como indicador em um processo de análise.

Tomando por base a análise fatorial de correspondência³⁵, Max Reinert (1993) desenvolveu a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que detecta os principais mundos lexicais presentes em um corpus (REINERT, 1987). Essas ferramentas estão disponíveis de forma gratuita no software IRaMuTeQ – *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* – Interface do R para Análises Multidimensionais de Textos e Questionários (RATINAUD; MARCHAND, 2012). Como o nome descreve, o

³⁴ Livre tradução: Nossa principal hipótese é justamente considerar o vocabulário de uma determinada afirmação como um traço relevante desse ponto de vista [a] é tanto o traço de um local referencial quanto uma atividade coerente do sujeito-enunciador. Chamamos mundos léxicos, os traços mais marcantes dessas atividades no léxico.

³⁵ A análise fatorial de correspondência permite detectar a relação entre variáveis categóricas em um determinado conjunto de dados.

software é uma interface para o R, uma linguagem de programação de código aberto, desenvolvida por estatísticos. Além de ser muito difundido, o R conta ainda com um ambiente integrado, que permite executar diversas análises, possuindo uma grande comunidade de desenvolvedores.

Embora o IRaMuTeQ seja de fácil manuseio, ele exige uma minuciosa preparação do *corpus* para que a análise seja bem-sucedida (CAMARGO; JUSTO, 2013). É preciso editar os documentos para prepará-los para a análise, removendo caracteres especiais e outros elementos que podem gerar erros durante o processamento. Após a preparação, é preciso classificar manualmente os conteúdos utilizando um formato de marcação próprio do software.

Além disso, o processamento é sensível a grandes *corpora*, podendo demorar horas e dificultando as análises exploratórias. Assim, embora o conceito de mundos lexicais seja útil, sua verificação torna-se difícil quando tratamos de milhares (ou milhões) de documentos.

Em função disso, optamos por explorar os documentos utilizados como fonte nesta pesquisa fazendo uso de outra técnica, a modelagem de tópicos. Para esse trabalho, foi desenvolvida uma ferramenta de análise de tópicos em linguagem R utilizando o método de alocação latente de Dirichlet.

Latent Dirichlet allocation is one of the most common algorithms for topic modeling. Without diving into the math behind the model, we can understand it as being guided by two principles.

- Every document is a mixture of topics. We imagine that each document may contain words from several topics in particular proportions. For example, in a two-topic model we could say “Document 1 is 90% topic A and 10% topic B, while Document 2 is 30% topic A and 70% topic B.”
- Every topic is a mixture of words. For example, we could imagine a two-topic model of American news, with one topic for “politics” and one for “entertainment.” The most common words in the politics topic might be “President”, “Congress”, and “government”, while the entertainment topic may be made up of words such as “movies”, “television”, and “actor”. Importantly, words can be shared between topics; a word like “budget” might appear in both equally.

LDA is a mathematical method for estimating both of these at the same time: finding the mixture of words that is associated with each topic, while also determining the mixture of topics that describes each document. There are a number of existing implementations of this

algorithm, and we'll explore one of them in depth (SILGE; ROBINSON, 2017)³⁶.

Cada tópico corresponde a um conjunto de palavras que frequentemente aparecem juntas no decorrer do texto, sendo que uma mesma palavra pode ocorrer em tópicos distintos. A definição do número de tópicos de um *corpus* é uma questão complexa. Mesmo havendo métodos matemáticos para seu cálculo, nem sempre se consegue uma representação que possibilite interpretação. De forma intuitiva, quanto mais diversos os assuntos presentes em um *corpus*, maior será o número de tópicos. Podemos imaginar esse número como uma lupa que aproxima ou afasta nossa visão, mostrando mais ou menos detalhes. O ponto ótimo é aquele que nos permite ver os tópicos latentes da forma nítida. O referencial teórico e a análise discursiva podem nos dar boas pistas para encontrarmos o melhor ajuste. A análise de tópicos pode ainda ser combinada com outras técnicas para possibilitar uma análise mais abrangente dos corpora textuais.

5.2.4 Projeto NOCTUA

Durante o desenvolvimento desse trabalho, a autora desenvolveu o sistema Noctua, que permite explorar *corpora* textuais sem a necessidade de pré-classificação ou edição manual dos textos. Isso permitiu a rápida exploração

³⁶ Livre tradução: A alocação latente de Dirichlet é um dos algoritmos mais comuns para modelagem de tópicos. Sem mergulhar na matemática por trás do modelo, podemos entendê-la como sendo guiada por dois princípios.

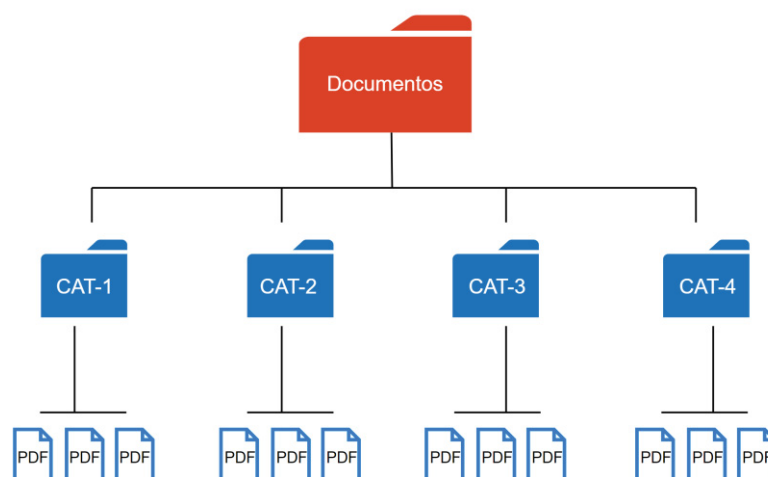
- Cada documento é uma mistura de tópicos. Imaginamos que cada documento pode conter palavras de vários tópicos em proporções particulares. Por exemplo, em um modelo de dois tópicos poderíamos dizer "Documento 1 é 90% tópico A e 10% tópico B, enquanto Documento 2 é 30% tópico A e 70% tópico B."
- Cada tópico é uma mistura de palavras. Por exemplo, poderíamos imaginar um modelo de dois tópicos de notícias americanas, com um tópico para "política" e um para "entretenimento". As palavras mais comuns no tema política podem ser "Presidente", "Congresso" e "governo", enquanto o tema do entretenimento pode ser composto de palavras como "filmes", "televisão" e "ator". É importante ressaltar que as palavras podem ser compartilhadas entre tópicos; uma palavra como "orçamento" pode aparecer em ambos igualmente.

LDA é um método matemático para estimar ambos ao mesmo tempo: encontrar a mistura de palavras que está associada a cada tópico, ao mesmo tempo em que determina a mistura de tópicos que descreve cada documento. Existem uma série de implementações existentes deste algoritmo, e vamos explorar uma delas em profundidade

de conjuntos de documentos para verificar a presença de determinados conteúdos. Isso tornou possível trabalhar diretamente com documentos de diferentes naturezas utilizando diferentes abordagens exploratórias. O sistema foi desenvolvido em linguagem R, testado e refinado durante um período de dois anos e está disponível para *download* e para testes³⁷.

O *corpus* para análise deve ser composto por documentos em formato PDF que devem estar organizados em pastas de acordo com as categorias (CAT) desejadas para análise, como mostrado na figura 2. A pasta dos documentos deve então ser compactada em formato ZIP.

FIGURA 2 - Estrutura de Arquivos do Corpus para Análise



FONTE: A autora (2021).

A interface de controle do sistema (figura 3) apresenta um processo dividido em duas etapas. Na ETAPA 1, o utilizador deve alimentar o software com o *corpus* compactado utilizando o botão Selecionar da interface. A ETAPA 2 (figura 3) apresenta as ferramentas de análise que foram incluídas no sistema. O campo de seleção da categoria permite analisar todas as categorias simultaneamente ou apenas a que for desejada.

³⁷ Dispo

nível para testes em: <https://jflower.shinyapps.io/noctua>

Disponível para download em: <https://github.com/jasminemoreira/noctua>

FIGURA 3 - Interface de Controle do Sistema

The interface is divided into two main sections:

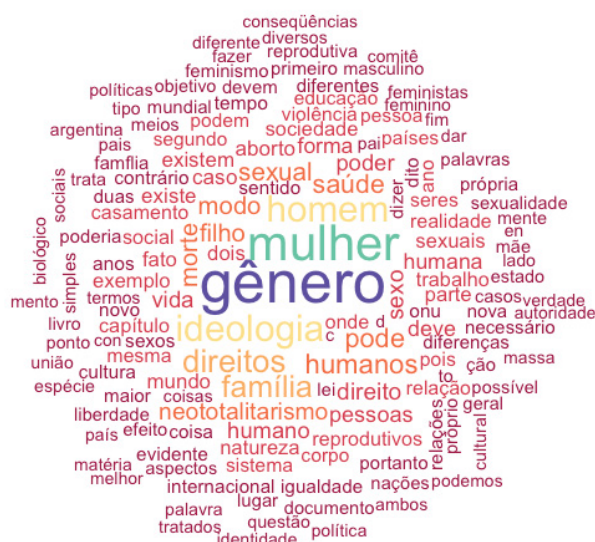
- ETAPA 1 - Subir o arquivo ZIP:** Contains a 'Selecionar' button and a status bar showing 'No file selected'.
- ETAPA 2 - Explorar os dados!**
 - Selecione a Categoria:** A dropdown menu currently set to 'todas'.
 - Visualização:** A dark rectangular area displaying a list of analysis options: 'Nuvem', 'Ocorrências', 'Bigramas', 'Trigramas', 'Quadrigramas', 'Tópicos', and 'Distribuição'.
 - Selecione o Número de Tópicos:** A horizontal slider ranging from 2 to 16, with a blue bar and a white knob currently positioned at 5.

FONTE: A autora (2021).

Os gráficos a seguir foram gerados a partir da análise do livro “Ideologia de gênero: O neototalitarismo e a morte da família” de Jorge Scala (2011). O livro é uma das principais referências utilizadas por grupos fundamentalistas e conservadores, sendo constantemente citado em documentos que circulam na Câmara dos Deputados e que abordam a temática da “ideologia de gênero”.

A primeira ferramenta permite a criação de gráficos de nuvem (gráfico 5) para o conjunto de documentos selecionado, trata-se de um gráfico de frequência que permite observar as palavras que mais ocorrem no texto, destacando no centro a de maior recorrência.

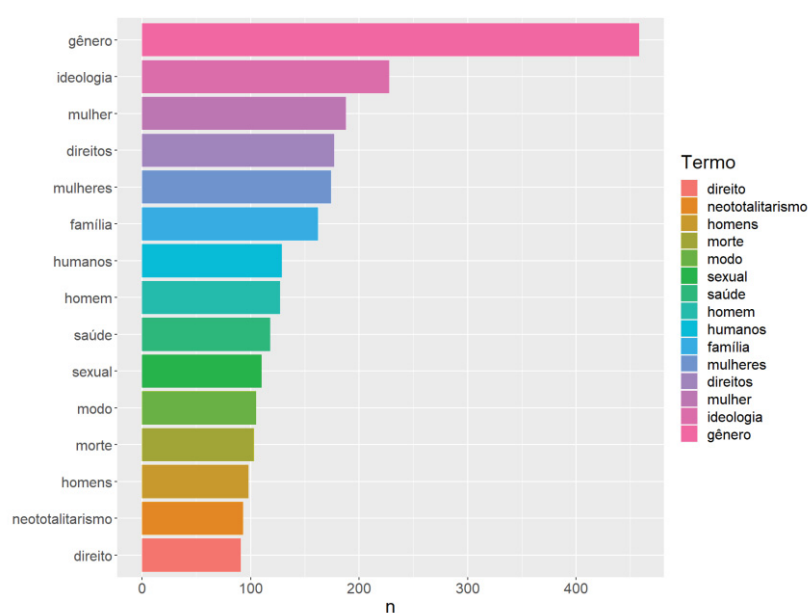
GRÁFICO 5 - Nuvem de Palavras



FONTE: A autora (2021).

Um dos problemas apresentados pelo gráfico de nuvem é a ausência de valores, não é possível ler o número de ocorrências de cada palavra. Para complementar a informação, o sistema apresenta um gráfico de ocorrências (gráfico 6). Nesse gráfico é possível identificar o número de ocorrências de cada termo nos textos.

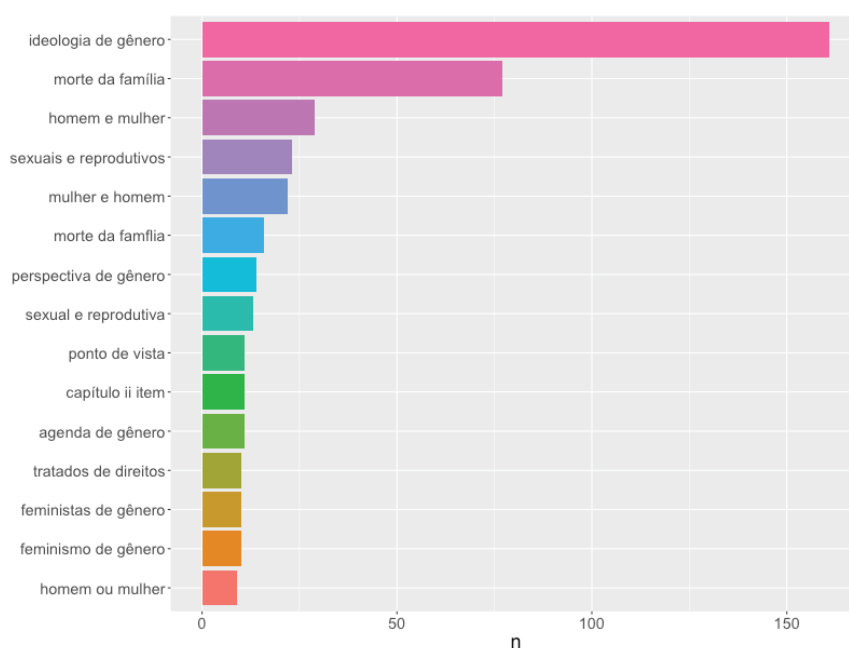
GRÁFICO 6 - Frequência dos Termos



FONTE: A autora (2021).

A análise de frequência de palavras é bastante útil para identificar elementos textuais representados por um único termo. Porém, a análise fica prejudicada se os elementos procurados forem identificados por mais de uma palavra. Por isso, o sistema apresenta a possibilidade de calcular as frequências de n-gramas, que são conjuntos de duas, três ou quatro palavras que aparecem juntas com certa frequência no corpus. Na interface (figura 3) estão disponíveis as opções de bigramas, trigramas e quadrigramas. O gráfico 7 apresenta um exemplo no qual o termo “ideologia de gênero” é identificado pela análise de trigramas.

GRÁFICO 7 - Frequência de Trigramas



FONTE: A autora (2021).

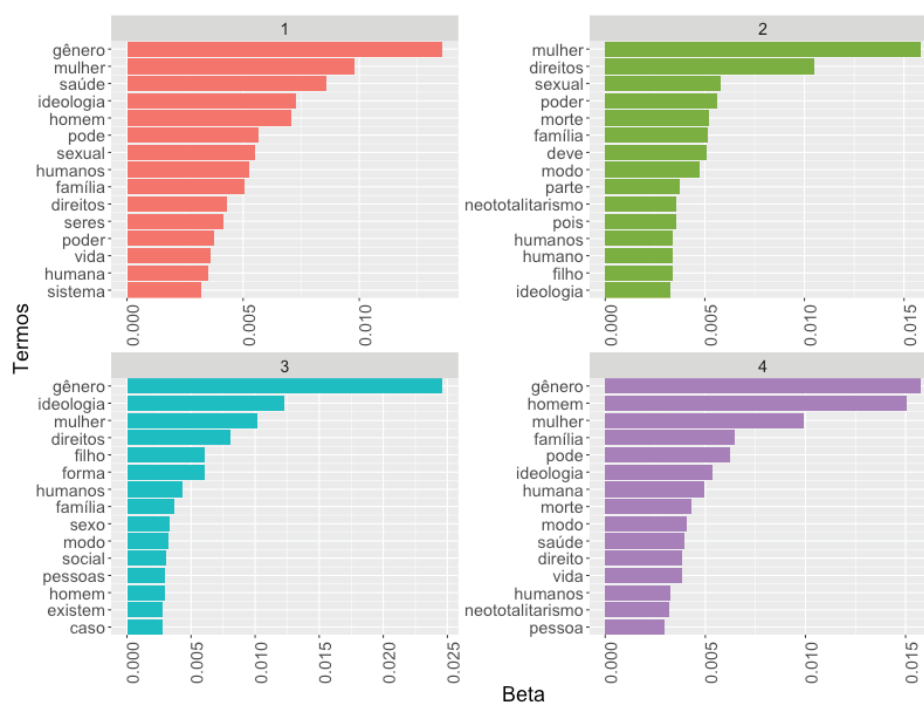
A ferramenta mais sofisticada do sistema é a análise de tópicos (gráfico 8). Por meio dela é possível observar a presença dos mundos lexicais descritos por Max Reinert (1993), que tratam basicamente de conjuntos de várias palavras que aparecem em conjunto repetidas vezes e de forma distribuída pelo *corpus*. Esses conjuntos nos fornecem indícios de que determinados temas estão presentes nos textos, possibilitando a rápida exploração de enormes conjuntos de documentos.

Idealmente, cada tópico refere-se a um assunto, porém, é comum haver a interseção de tópicos. Isso está de acordo com a forma pela qual os textos são

construídos, conectando diversos temas para formar um todo coerente. Assim, é comum que algumas palavras estejam presentes em vários tópicos, pois indicam temas centrais que percorrem os documentos se entrelaçando com outros temas (SILGE; ROBINSON, 2017).

A interface do sistema (figura 3) permite a seleção do número de tópicos. Esse número depende do número de documentos e da diversidade de temas abordados no corpus. De forma geral, quanto mais temas, maior o número de tópicos que podem ser extraídos. Porém, a ferramenta nos permite analisar o *corpus* a partir de diferentes “distâncias”. Com menos tópicos, veremos apenas os assuntos centrais, que aparecem com maior frequência em todos os textos. Com mais tópicos, poderemos ver detalhes, tópicos secundários e menos frequentes. Porém, um número exagerado de tópicos pode dificultar a análise. O coeficiente Beta trata da probabilidade de ocorrência de uma palavra em um determinado tópico, considerando todas as ocorrências da palavra nos documentos analisados. Isso quer dizer que nem todas as aparições de uma determinada palavra estarão associadas a um tópico específico.

GRÁFICO 8 - Análise de Tópicos

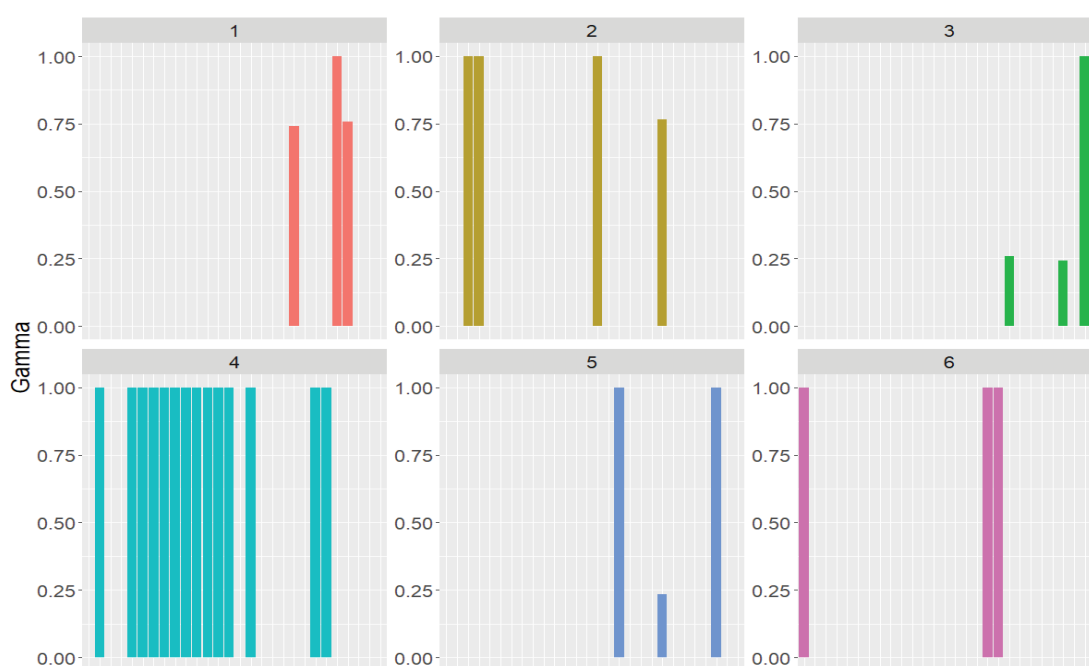


FONTE: A autora (2021).

A última ferramenta trata da distribuição dos tópicos no corpus. Essa análise é essencial, pois os documentos analisados podem ter diferentes tamanhos. Quando alguns documentos são desproporcionalmente maiores do que outros, pode haver enviesamento da análise, fazendo que os temas desses documentos se sobressaíam. Para evitar esses desvios, é preciso visualizar de que forma os tópicos identificados estão distribuídos no *corpus*. Tópicos que estão presentes em mais documentos são mais relevantes para a identificação dos temas tratados pelo conjunto.

O gráfico 9 apresenta um exemplo de distribuição de tópicos e foi gerado a partir de vários documentos apenas para ilustrar a explicação. O tópico 4 é o mais relevante para a definição do conteúdo do *corpus*, uma vez que está mais presente do que os outros nos documentos. O coeficiente Gamma indica a probabilidade de um tópico estar presente em um determinado documento.

GRÁFICO 9 - Distribuição dos Tópicos



FONTE: A autora (2021).

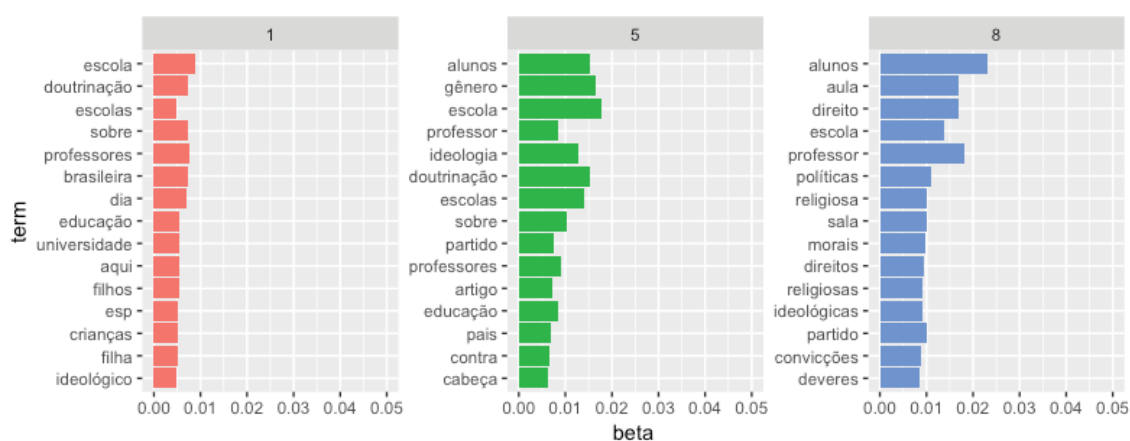
As ferramentas disponíveis compõem um conjunto que permite olhar para o *corpus* de diferentes maneiras com o objetivo de inferir a presença de determinados temas. Quando associada a um quadro analítico teórico, como o apresentado neste trabalho, pode oferecer informações relevantes para a

análise e o monitoramento de discursos, como o do combate à “ideologia de gênero”.

5.3 EXPLORANDO DISCURSOS

Definidas as ferramentas de análise, podemos tentar inferir a presença do discurso *ideologia de gênero* na página do ESP no Facebook³⁸. Foram analisadas as 1662 postagens, feitas desde o final de 2014 até o dia 30 de abril 2018. Optou-se por não converter as palavras ao seu radical, uma vez que plurais e gêneros poderiam nos interessar. O número de tópicos foi ajustado para 10, sendo selecionados os de número 1, 5 e 8, fornecendo uma boa visualização dos temas, conforme o gráfico 10. No eixo vertical identificam-se as palavras pertencentes a cada tópico. No eixo horizontal apresenta-se o coeficiente beta, que indica a probabilidade de uma palavra ocorrer em um tópico específico. Trata-se de uma medida proporcional à variedade de assuntos do *corpus*, ou seja, quanto mais tópicos existirem em um *corpus*, menores serão os coeficientes. Na análise dos tópicos, vamos identificar as palavras de maior beta e associá-las ao discurso da *ideologia de gênero*.

GRÁFICO 10 - Tópicos das Postagens do ESP no Facebook



FONTE: A autora (2021), a partir de dados do Facebook.

Observando o gráfico 10, podemos inferir que o tópico 1 trata do enunciado da doutrinação ideológica feita pelos professores nas escolas.

³⁸ Em 2018 o Facebook encerrou os serviços de acesso aos dados de postagem de instituições e usuário em função do episódio conhecido como “Escândalo da Cambridge-Analítica”, ver mais em: <https://www.nytimes.com/2018/04/04/us/politics/cambridge-analytica-scandal-fallout.html>.

Percebe-se que o tópico apresenta ainda outros termos, como *educação* e *universidade*, alvos constantes de ataques do ESP. O tópico 5 parece ser o mais rico em termos de um enunciado relacionado à *ideologia de gênero*. Ele trata das questões escola, gênero e alunos, trazendo em destaque as palavras *doutrinação* e *ideologia*. O tópico 8 é o mais complexo de se interpretar, mas basta uma leitura nos anteprojeto de lei do ESP para verificarmos que se refere ao enunciado do artigo 9º do Anteprojeto de Lei Federal do ESP, que trata da obrigação do Estado em garantir a liberdade religiosa e moral.

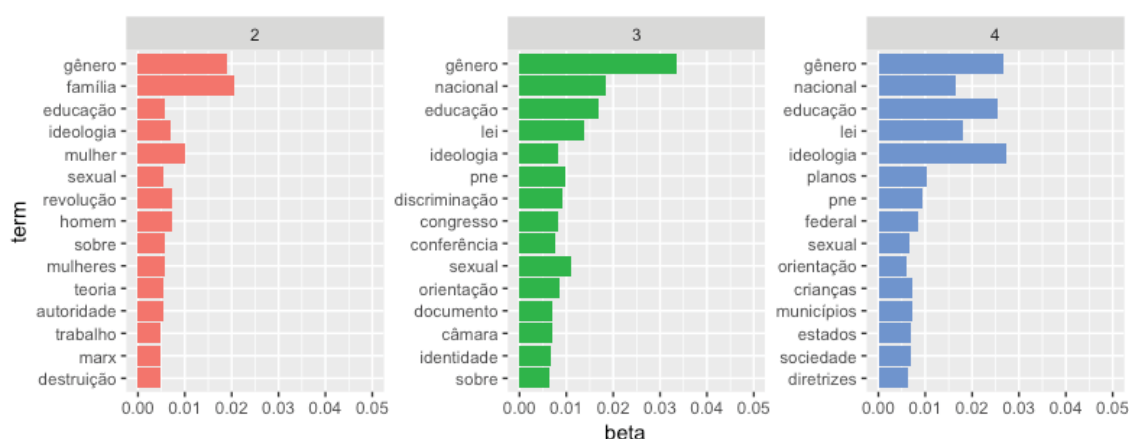
Os tópicos omitidos apresentaram as mesmas informações gerais, com pequenas variações que podem ser analisadas em estudos futuros. Percebemos então que é possível inferir uma acentuada presença do discurso da *ideologia de gênero* nas postagens do movimento Escola sem Partido. Isso nos permite classificar o ESP como um impulsor desse discurso nas redes sociais, embora não seja o único.

A mesma técnica foi utilizada para classificar e analisar um conjunto de documentos que circulava na Câmara do Deputados no primeiro trimestre de 2018³⁹, conforme exposto no gráfico 11. Eles foram extraídos via sistema de dados abertos⁴⁰. Para facilitar essa análise adotou-se o critério da presença do termo *ideologia de gênero* no texto. Essa decisão provocou a exclusão de alguns documentos que tratam do assunto de forma indireta. Por outro lado, permitiu uma visualização mais limpa da incorporação dos enunciados aos textos. Foram analisados 17 documentos contendo o referido termo, sendo que, destes, 14 contêm também o termo *educação*. O número de tópicos foi ajustado para 5, sendo então selecionados os de número 2, 3 e 4 por serem mais representativos, conforme o gráfico 11.

³⁹ No ano de 2018 o projeto Noctua era apenas um embrião e não contava com todas as ferramentas que possui atualmente. A análise dos documentos desse período foi incorporada ao trabalho para demonstrar a presença do discurso da “ideologia de gênero” nos documentos daquele ano e dos anos anteriores.

⁴⁰ O sistema de dados abertos da câmara dos deputados é bastante limitado enquanto ferramenta de pesquisa. Para esta análise foi desenvolvido, em linguagem R, um software próprio de coleta, capaz de acessar, converter para formato texto e salvar localmente todas as informações presentes no sistema.

GRÁFICO 11 – Tópicos da Câmara dos Deputados em 2018



FONTE: A autora (2021), a partir de documentos da Câmara dos Deputados.

O tópico 2 trata de gênero e família, a palavra ideologia está novamente em destaque. Mas, o que chama a atenção é a presença das palavras revolução, Marx e destruição, que fazem referência ao enunciado da *destruição da família pelo marxismo ou comunismo*. O tópico 3 trata da questão do gênero na educação nacional, em especial do PNE 2014. As palavras ideologia, identidade, gênero, orientação e sexual referem-se ao debate travado em torno da presença dos termos gênero e orientação sexual no documento, o que se conecta ao enunciado da doutrinação ideológica nas escolas. O tópico 4 trata explicitamente da *ideologia de gênero* na educação nacional, o PNE está novamente presente, bem como a preocupação com os planos de municípios e estados. Aqui, as palavras sociedade e crianças merecem atenção por fazerem parte do enunciado da proteção da família, das crianças e da sociedade.

Em abril de 2021, a Câmara dos Deputados contava com exatamente 100 proposições contendo o termo “ideologia de gênero”, das quais 67 estavam em tramitação. Embora a procura pelo termo no mecanismo de busca da Google tenha reduzido, a atuação de grupos fundamentalistas e conservadores era tão ou até mais intensa do que em 2018. O gráfico 12 apresenta a nuvem de palavras dessas proposições. Podemos perceber a centralidade da educação nas proposições, o que demonstra o esforço desses grupos para criar regulações nesse campo.

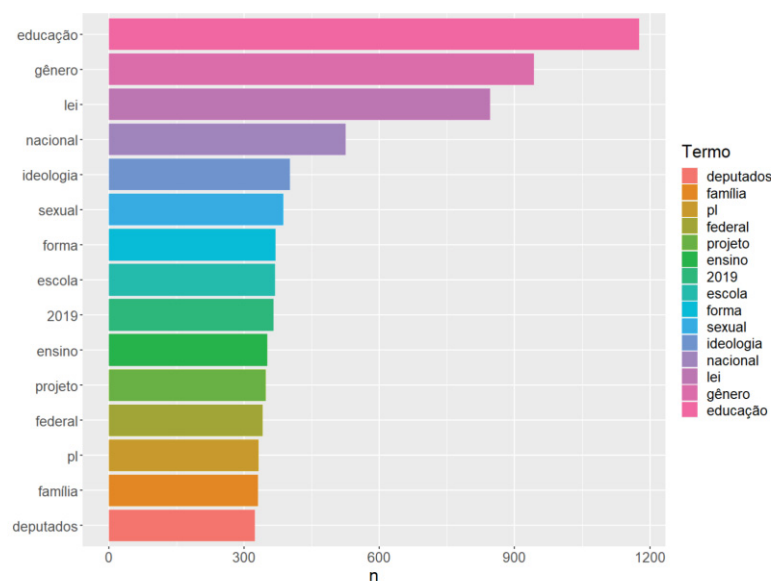
GRÁFICO 12 - Nuvem das Proposições de 2021



FONTE: A autora (2021), a partir de documentos da Câmara dos Deputados.

O gráfico 13 demonstra que a palavra “educação” foi utilizada quase 1200 vezes, ao passo que a palavra “gênero” foi utilizada mais de 900 vezes. As palavras “ideologia” e “sexual” aparecem logo abaixo no gráfico. A palavra “lei” é coerente com o espaço no qual o discurso está sendo enunciado. O gráfico reforça ainda a ideia de que essas proposições buscam regular a sexualidade na educação.

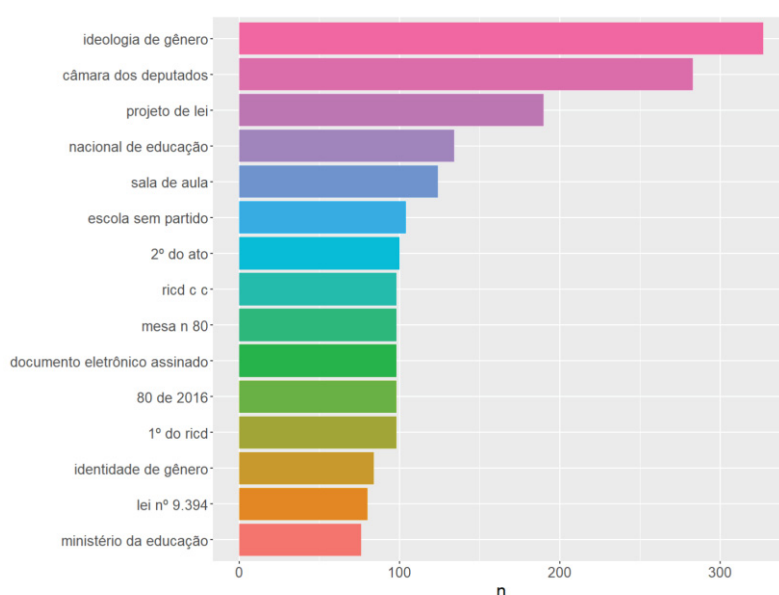
GRÁFICO 13 - Frequência de Palavras das Proposições de 2021



FONTE: A autora (2021), a partir de documentos da Câmara dos Deputados.

A presença do discurso da “ideologia de gênero” fica bem caracterizada ao analisarmos o *corpus* via trigramas, gráfico 14. O termo aparece cerca de 350 vezes nos documentos. Chama a atenção a presença do termo “escola sem partido”, que aparece mais de 100 vezes e indica que o ESP é referência para a criação de proposições na Câmara dos Deputados.

GRÁFICO 14 - Trigramas nas Proposições de 2021

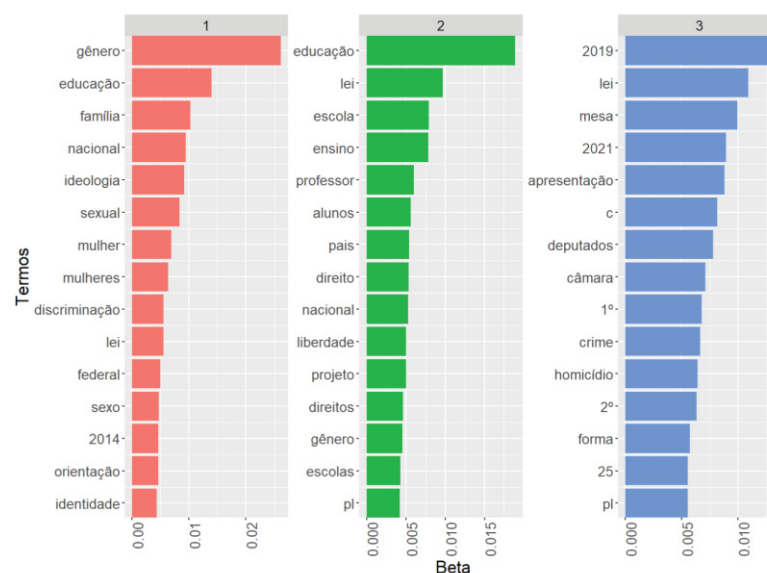


FONTE: A autora (2021), a partir de documentos da Câmara dos Deputados

A análise dos tópicos, feita no gráfico 15, aponta para três temas principais. O tópico 1 fala da questão da ideologia de gênero, destacando a família e a mulher, os termos “orientação” e “identidade” também estão presentes. Esse tópico tem relação direta com os embates em tornos dos planos de educação e reforçam o esforço dos grupos fundamentalistas/conservadores no bloqueio das pautas da população cis-hetero-divergente. O tópico 2 trata da regulação do espaço escolar, falando de direito e liberdade. Porém, como já analisamos, trata-se da busca pela implantação do Projeto Escola sem Partido. Dentre outras coisas, o projeto limita a autonomia dos professores e promove a manutenção da norma heterossexual no ambiente escolar. O tópico 3 trata de questões relacionadas ao ambiente legislativo, incorporando as palavras “crime” e “homicídio” que não fazem parte do nosso escopo de análise. Porém, cabe

ressaltar que alguns tópicos não possuem interpretação direta, dada a ausência de um critério semântico no cálculo dos tópicos. Assim, cabe ao utilizador determinar os tópicos mais relevantes para a análise à luz do referencial teórico adotado.

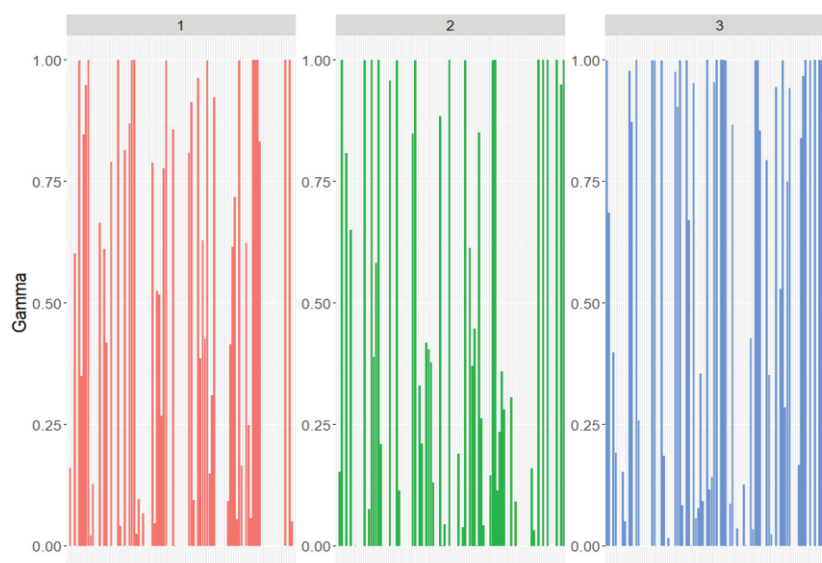
GRÁFICO 15 - Tópicos nas Proposições de 2021



FONTE: A autora (2021), a partir de documentos da Câmara dos Deputados

A última ferramenta nos ajuda a verificar a relevância dos tópicos no *corpus* analisado. O Gráfico 16 demonstra que os tópicos 1, 2 e 3 estão distribuídos por todo o conjunto de documentos, o que nos permite dizer que eles são válidos na representação do corpus com um todo. O critério de validação de um tópico deve ser definido pelo utilizador, para este trabalho adotamos um índice de 60%, ou seja, o tópico deve estar presente em pelo menos 6 documentos em cada 10.

GRÁFICO 16 - Distribuição dos Tópicos nas Proposições de 2021



FONTE: A autora (2021), a partir de documentos da Câmara dos Deputados

Na análise das postagens no Facebook e dos documentos da Câmara dos Deputados, percebemos a ação do sequestro semântico. Termos como gênero, orientação sexual, identidade de gênero, educação sexual e outros foram ressignificados por grupos como o Escola sem Partido e passaram a figurar em proposições na Câmara do Deputados. Esses grupos buscam legislar sobre conteúdos, práticas pedagógicas e sobre as próprias expressões da sexualidade no ambiente escolar.

O conjunto de ferramentas propostos pelo projeto Noctua demonstrou que é possível observar a movimentação de enunciados em proposições de leis, mídias sociais, jornais, documentos, transcrições de áudio e vídeo, além de outros recursos textuais. O uso da análise de tópicos, conforme apresentado, demonstra que a técnica pode ajudar a compor um quadro de ferramentas para uma análise do discurso, possibilitando inferir a sua presença em grandes *corpora* textuais.

6 CONCLUSÃO

O campo da educação converteu-se em, ou talvez sempre tenha sido, uma arena de disputa na qual competem diversos projetos de poder. Analisamos as condições de surgimento e de manutenção do embate entre a população cis-hetero-divergente e grupos conservadores e fundamentalistas, representados por grupos como o Movimento Escola sem Partido, igrejas neopentecostais, deputados conservadores e o próprio presidente da república.

Vimos a forma pela qual um discurso moral conservador é capaz de produzir efeitos na sociedade, bloqueando as pautas de movimentos sociais e reforçando a manutenção de uma norma heterossexual. Analisamos o surgimento de iniciativas como o “Projeto Escola sem Partido”, bem como sua interferência no processo de elaboração de políticas para a educação, em especial no PNE 2014 e nos planos estaduais e municipais de educação.

A exemplo do que ocorre nos modelos automáticos, como o sistema de tradução da Google. Nos preocupa a sedimentação de discursos que promovem a exclusão da população cis-hetero-divergente. Esses discursos que expressam ódio e violência e terminam por afetar a cultura, as práticas sociais e regular as instituições. Universidades e escolas estão sob ataque, seus professores, pesquisadores, técnicos e demais profissionais têm sido alvo da destruição sistemática de sua imagem perante a sociedade. Estratégias discursivas como a “ideologia de gênero” e o sequestro semântico têm sido amplamente utilizadas como esse objetivo e são reiteradas diariamente nas redes de WhatsApp, Facebook e em outras mídias sociais.

Como demonstrado neste trabalho, a ciência de dados pode auxiliar a monitorar a movimentação e a ação dos discursos. O modelo de *inferência do discurso* proposto mostrou-se útil para essa finalidade. Por meio dele, identificamos a presença do discurso da *ideologia de gênero* e mapeamos sua presença em postagens do Facebook e em proposições feitas na Câmara dos Deputados. A análise do número de postagens e visualizações demonstra o poder de ação do movimento Escola sem Partido no período pré-eleições de 2018, tanto de forma isolada quanto em associação com o Movimento Brasil Livre. Foi possível ainda caracterizar o ESP como um impulsor do discurso da *ideologia de gênero* nas redes sociais.

Percebemos ainda que, embora a busca pelo termo “ideologia de gênero” seja menor, a atuação dos grupos fundamentalistas e conservadores continua intensa. Novas proposições têm sido constantemente apresentadas, a educação ainda é uma arena de disputa, na qual o discurso de combate à “ideologia de gênero” se mantém vivo, reverberando na sociedade e impactando a vida de todos aqueles que divergem de um modelo cis-hetero-normativo.

REFERÊNCIAS

ABGLT. **PESQUISA NACIONAL SOBRE O AMBIENTE EDUCACIONAL NO BRASIL 2016**. Curitiba. 2016. Disponível em: <http://www.abgl.org.br/docs/IAE-Brasil.pdf>.

ANPED. **GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação**. 2021. Disponível em: <https://www.anped.org.br/grupos-de-trabalho/gt23-gênero-sexualidade-e-educacao>. Acesso em: 8 jun. 2021.

AQUINO, L. M. S. Formulação do plano nacional de educação 2014- 2024: a gestão democrática da escola na política. p. 251, 2015.

AZEVEDO, F. M. de. **Redes Neurais Com Aplicações Em Controle e Em Sistemas Especialistas**. Florianópolis: Visual Books, 2000.

BECKER, H. S. **Outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENTO, B. A. de M. **O que é Transexualidade?**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BENTO, B.; PELÚCIO, L. **Despatologização do Gênero: A politização das identidades abjetas**. v. 20, n. 2, p. 569–581, 2012.

BRASIL. **PROJETO DE LEI - Plano Nacional de Educação - Decênio 2011-2020**. p. 1–34, 2010 a. Disponível em: http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=108259. Acesso em: 8 jun. 2021.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Portal da Câmara dos Deputados: PL 8035/2010**. 2010b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116>. Acesso em: 7 jun. 2021.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **PROJETO DE LEI Nº 8.035-B DE 2010** Brasília: Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1033265&filename=Tramitacao-PL+8035/2010. Acesso em: 8 jun. 2021.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO PAULO FREIRE**. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=65B082D74D4129E82271339AC05C36D2.proposicoesWeb2?codteor=1240991&filename=Tramitacao-PL+8035/2010. Acesso em: 8 jun. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Documento Final – Conferência Nacional de Educação – CONAE**. Brasília. 2010 c. *E-book*. Disponível em: http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documetos/documento_final_sl.pdf. Acesso em: 8 jun. 2021.

BUTLER, J. **Gender trouble**. New York: Routledge, 1990. *E-book*. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-954X.00090>. Acesso em: 8 jun. 2021.

BUTLER, J. **Gender trouble feminism and the subversion of identity**. New York: Routledge, 1999. *E-book*. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&scope=site&db=nlebk&db=nlabk&AN=70541>. Acesso em: 8 jun. 2021.

BUTLER, J. **Undoing Gender**. New York: Routledge, 2004.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ**. 2013. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>. Acesso em: 6 maio. 2017.

CÉSAR, M. R. de A. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "epistemologia". **Educar em Revista**, n. 35, p. 37–51, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602009000300004>. Acesso em: 8 jun. 2021.

CÉSAR, M. R. de A. (Des)governos...: biopolítica, governamentalidade e educação contemporânea. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, 2010.

CÉSAR, M. R. de A.; DUARTE, A. Governo dos Corpos e Escola Contemporânea: pedagogia do fitness. **Educação & Realidade**, v. 2, n. 34, p. 119–134, 2009.

CÉSAR, M. R. de A.; DUARTE, A. de M. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. **Educar em Revista**, n. 66, p. 141–155, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.54713>. Acesso em: 8 jun. 2021.

CÉSAR, M. R.; DUARTE, A.; SIERRA, J. C. Governamentalização do Estado, movimentos LGBT e escola: capturas e resistências. **Educação - PPGE PUCRS**, v. 36, n. 2, p. 192–200, 2013.

COHEN, S. **Folk devils and moral panics**. 3. ed. New York: Routledge, 1972.

D'AVILA-LEVY, C. M.; CUNHA, L. A. **Embates em torno do Estado laico**. São Paulo: SBPC, 2018.

DALE, R. GLOBALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO: DEMONSTRANDO A EXISTÊNCIA DE UMA "CULTURA EDUCACIONAL MUNDIAL COMUM" OU LOCALIZANDO UMA "AGENDA GLOBALMENTE ESTRUTURADA PARA A EDUCAÇÃO"? **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 87, p. 423–460, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000200007>. Acesso em: 8 jun. 2021.

ESCOLASEMPARTIDO.ORG. **Anteprojeto de Lei Federal: Institui o "Programa Escola sem Partido"**. 2018. Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/pl-federal>. Acesso em: 1 maio.

2018.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse: Textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FISCHER, R. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, v. 114, p. 197–223, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2021.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 2004. *E-book*. Disponível em: www.sabotagem.cjb.net. Acesso em: 8 jun. 2021.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Edições Graal, 1988. *E-book*. Disponível em: <https://doi.org/10.4135/9781446218808>. Acesso em: 8 jun. 2021.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008 a.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2008 b.

FRIGOTTO, G. **Escola “sem” partido : esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro. 2017.

GARCIA, J. L. Uma crítica da economia da informação na era das mídias digitais. **Novos Olhares**, v. 4, n. 1, p. 178, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.no.2015.102233>. Acesso em: 8 jun. 2021.

GOOGLE. **Google Trends**. 2018. Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/>. Acesso em: 1 maio. 2018.

GOUVEIA, A. B. **Educação e diversidade : justiça social, inclusão e direitos humanos : livro 2: CONAE Paraná : reflexões e provocações**. [S. l.: s. n.].
HERDT, G. **Moral Panics, Sex Panics (Intersections)**. *E-book*. Disponível em: http://www.amazon.com.br/Moral-Panics-Sex-Intersections-ebook/dp/B002ZW7E1E/ref=sr_1_fkmr0_1?ie=UTF8&qid=1448207463&sr=8-1-fkmr0&keywords=moral+panics+and+sex+panicas. Acesso em: 22 nov. 2015.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS DE LEXICOGRAFIA. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva. 2001.

JUDITH BUTLER. **Bodies that matter: On the Discursive Limits of “Sex”**. New York: Routledge, 1993.

LANZ, L. **O CORPO DA ROUPA - A pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. 2014. - UFPR.

Curitiba. 2014.

LOPES, M. C. **Políticas de Inclusão e Governamentalidade**. v. 34, n. 2, p. 153–169, 2009 a.

LOPES, M. C. **Inclusão escolar: conjunto de práticas que governam**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009 b.

LOPES, M. C.; DAL'IGNA, M. C. **In/exclusão: nas tramas da escola**. Canoas: Ed. ULBRA, 2007.

LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autentica. 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742000000100012>. Acesso em: 8 jun. 2021.

LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista de Estudos Feministas - Dossiê Gênero e Educação**. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>. Acesso em: 8 jun. 2021.

MBL. **MBL - Movimento Brasil Livre**. 2014. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/mblivre/about/?ref=page_internal. Acesso em: 30 abr. 2018.

MBL. **Propostas Aprovadas No Primeiro Congresso Nacional Do Movimento Brasil Livre Em Novembro De 2015**. Disponível em: <http://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2018.

MIGUEL, L. Da doutrinação marxista á ideologia de gênero - Escola Sem Partido e as leis da mordaga no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, v. 07, p. 590–621, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/dep.2016.25163>. Acesso em: 8 jun. 2021.

MOREIRA, J. Janelas Fechadas: a questão LGBT no PNE 2014. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR. 2016.

MOTTIN, K. V. **A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” ATRAVÉS DAS NARRATIVAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ: O CASO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**. Curitiba: UFPR. 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/62045>. Acesso em: 8 jun. 2021.

PENNA, F. Sobre o ódio ao professor Entrevista com Fernando Penna. **Movimento Revista De Educação**, v. 2, n. 3, p. 294–301, 2015. Disponível em: <http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/275>. Acesso em: 8 jun. 2021.

PEREIRA, L. I.; LUIZ CALDAS, C. O. O fenômeno Shitstorm: Internet, intolerância e violação de direitos humanos. **Interfaces Científicas - Humanas**

e Sociaux, v. 6, n. 1, p. 123, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3801.2017v6n1p123-134>. Acesso em: 8 jun. 2021.

RATINAUD, P.; MARCHAND, P. Application de la méthode ALCESTE aux « gros » corpus et stabilité des « mondes lexicaux » : analyse du « CableGate » avec IRAMUTEQ. **Actes des 11eme Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles**, p. 835–844, 2012. Disponível em: [http://lexicometrica.univ-paris3.fr/jadt/jadt2012/Communications/Ratinaud, Pierre et al. - Application de la methode Alceste.pdf](http://lexicometrica.univ-paris3.fr/jadt/jadt2012/Communications/Ratinaud,Pierre%20et%20al.-Application%20de%20la%20methode%20Alceste.pdf). Acesso em: 9 jul. 2017.

REINERT, M. Classification Descendante Hierarchique et Analyse Lexicale par Contexte - Application au Corpus des Poesies D'A. Rihbaud. **Bulletin of Sociological Methodology**, v. 13, n. 1, p. 53–90, 1987. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/075910638701300107>. Acesso em: 8 jun. 2021.

REINERT, M. Les “mondes lexicaux” et leur “logique” à travers l’analyse statistique d’un corpus de récits de cauchemars. **Langage et société**, v. 66, n. 1, p. 5–39, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/lisoc.1993.2632>. Acesso em: 17 jul. 2017.

REINERT, M. Mondes lexicaux stabilisés et analyse statistique de discours. **Texte - Revue de Critique et de Theorie Litteraire**, 2008. Disponível em: <http://lexicometrica.univ-paris3.fr/jadt/jadt2008/pdf/reinert.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2017.

RUBIN, G. **Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality**. p. 143–179, 1984. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/096673500401200206>. Acesso em: 8 jun. 2021.

RUBIN, G. Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. **Cadernos Pagus pagu**, 2003. Disponível em: <http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/gaylerubin.pdf>

SCALA, J. **Ideologia de gênero: O neototalitarismo e a morte da família**. São Paulo: Katechesis; Artpress, 2011.

SCHULTZ, T. W. Human Capital: Policy Issues and Research Opportunities. *In: Economic Research: Retrospect and Prospect, Volume 6, Human Resources*. Chicago: National Bureau of Economic Research, 1972. v. 6p. 1–84. *E-book*. Disponível em: <http://www.nber.org/chapters/c4126>. Acesso em: 8 jun. 2021.

SILGE, J.; ROBINSON, D. **Text Mining with R: A Tidy Approach**. Califórnia: O'Reilly, 2017.

SILVA, A. da. **DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” À FAMÍLIA HETERONORMATIVA: UMA ANÁLISE DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBA**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR. 2017.

SILVA, A. da; CESAR, M. R. de A. A emergência da “ideologia de gênero” no discurso católico. **InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**. Campo Grande: UFMS. 2017.

SOARES, R. **Porque os pais devem dizer NÃO à ideologia de gênero**. 2017. Disponível em: <http://escolasempartido.org/artigos-top/558-porque-os-pais-devem-dizer-nao-a-ideologia-de-genero>. Acesso em: 8 jun. 2021.

SOLKA, J. L. Text Data Mining: Theory and Methods *. **Statistics Surveys**, v. 2, p. 94–112, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1214/07-SS016>. Acesso em: 7 ago. 2017.

VEIGA-NETO, A.; LOPES, M. C. Inclusão , Exclusão , in / Exclusão. **Verve**, v. 20, p. 121–135, 2002.

VIANA, J. **O perigo da ideologia de gênero nas escolas - Instituto Liberal**. [s. l.], 2015. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/o-perigo-da-ideologia-de-genero-nas-escolas/>. Acesso em: 30 abr. 2018.

ANEXOS

QUADRO 2 – Proposições da Câmara dos Deputados 2018

PDC 213/2015	Susta a PORTARIA Nº 916, de 9 de setembro de 2015 do Gabinete do Ministro do Ministério da Educação.	Professor Victório Galli	MT	PSC
PDC 214/2015	Susta a Portaria nº 916, de 9 de setembro de 2015, do Ministério da Educação, que "Institui Comitê de Gênero, de caráter consultivo, no âmbito do Ministério da Educação."	Pastor Eurico	PE	PSB
PL 1859/2015	Acrescenta Parágrafo único ao artigo 3º da Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação).	Alan Rick	AC	PRB
PL 2731/2015	Altera a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.	Eros Biondini	MG	PTB
PL 3235/2015	Acrescenta o art. 234-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências".	Pr. Marco Feliciano	SP	PSC
PL 3236/2015	Acrescenta parágrafo único ao artigo 2º da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que "Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências".	Pr. Marco Feliciano	SP	PSC
PL 5487/2016	Institui a proibição de orientação e distribuição de livros às escolas públicas pelo Ministério da Educação e Cultura que verse sobre orientação de diversidade sexual para crianças e adolescentes.	Professor Victório Galli	MT	PSC
PL 5686/2016	Altera o Art. 42 do Decreto-Lei N. 3.688, de 03 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), para constitui contravenção, a pessoa que usar o banheiro público diferente de seu gênero masculino ou feminino.	Professor Victório Galli	MT	PSC
PL 5774/2016	Altera o Art. 42 do Decreto-Lei N. 3.688, de 03 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), para constitui contravenção, a pessoa que usar o banheiro público diferente de seu sexo masculino ou feminino.	Professor Victório Galli	MT	PSC

REQ 2290/2015	Requer a criação da Comissão Externa Temporária, sem ônus para esta Casa, para coletar informações e acompanhar os resultados dos Estados e Municípios que já implementaram a chamada "Ideologia de Gênero" nas escolas.	Marcelo Aguiar	SP	DEM
REQ 5115/2016 => PL 4972/2013	Requer a revisão de despacho das proposições abaixo elencadas para que a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher se pronuncie acerca das matérias tratadas nos respectivos projetos.	Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher		
REQ 5591/2016	Requer a criação da Comissão Externa Temporária, sem ônus para esta Casa, para acompanhar uma diligência ao Colégio Pedro II no Estado do Rio de Janeiro.	Sóstenes Cavalcante	RJ	DEM
REQ 7581/2017	Requer a aprovação de Moção de repúdio pelo agendamento de palestra da norte-americana Judith Butler, no seminário internacional "Os Fins da Democracia", que será realizado no Sesc Pompeia, em São Paulo, entre os dias 7 e 9 de novembro de 2017.	Flavinho	SP	PSB
RIC 2783/2017	Requeremos informações do Ministro da Educação sobre Conteúdos Curriculares a Serviço de Competências na Terceira Versão da Base Nacional Comum Curricular.	Flavinho	SP	PSB
RIC 2818/2017	Requeremos informações do Ministro da Educação sobre competências da Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania do Ministério da Educação.	João Campos	GO	PRB
RIC 565/2015	Requer ao Ministro de Estado da Educação Saúde informações sobre o Documento Final do Conae-2014, assinado e apresentado pelo Fórum Nacional de Educação, como passo na articulação da educação nacional como política de Estado, no qual define, contrariamente ao que foi estabelecido durante a votação do PNE nesta casa, a ideologia de gênero como diretriz obrigatória para o PNE, o planejamento e as políticas educacionais no Brasil.	Izalci	DF	PSDB
RIC 689/2015	Requer informações a Casa Civil da Presidência da República, no procedimento do critério	Alan Rick	AC	PRB

	utilizado para o desrespeito às decisões tomadas pelo Congresso Nacional frente à flagrante desaprovação do PNE - Lei 13.005, de 25 de junho de 2014.			
--	---	--	--	--

FONTE: A autora (2021).